



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE- FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO- ICHI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA-PPGEO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE OS PROCESSOS SOCIAIS DA
CONTRADIÇÃO EXCLUSÃO/INCLUSÃO**

Alexandre Eslabão Bandeira

Rio Grande, Junho de 2010.

**REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE OS PROCESSOS SOCIAIS DA
CONTRADIÇÃO EXCLUSÃO/INCLUSÃO**

Alexandre Eslabão Bandeira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande-FURG, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre sob a orientação do Prof Dr. Dário de Araújo Lima.

Rio Grande, Junho de 2010

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Dário de Araújo Lima (orientador)
Universidade Federal do Rio Grande, ICHI- FURG

Prof. Dr. Sandro de Castro Pitano
Universidade Federal de Pelotas, ICH- UFPEL

Prof. Dr. Fabrício Pedroso Bauab
Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE

Prof. Dr. Marcelo Vinicius de La Rocha Domingues/ FURG- RS (suplente)
Universidade Federal do Rio Grande, ICHI- FURG

Linha de pesquisa: Análise Urbano – Regional.

Rio Grande, Junho de 2010.

AGRADECIMENTOS

Seria muito difícil fazer justiça ao grande número de pessoas que de uma forma ou de outra, ao longo dos últimos três anos, que colaboraram com a realização deste trabalho. Sendo assim, reconheço todos que de alguma forma participaram desta caminhada. Considero apenas justo nesse sentido reconhecer algumas pessoas que deram aporte a mim nessa construção:

Agradeço o apoio fundamental de Dário de Araújo Lima na construção desta pesquisa, e do mesmo modo ao Alfredo Gentini pelo apoio informal na construção e desconstrução desta pesquisa.

Agradeço a minha companheira Bruna pela base e atitudes que sustentaram a minha pessoa no equilíbrio existencial, juntamente com a minha família.

Nesse sentido, no caso do presente trabalho, a escolha, é de ordem pessoal, uma vez que, considerando minha trajetória de vida em relação à dialética exclusão/inclusão, ao invés de ter me constituído pesquisador, poderia estar em condições subalternas, precárias e de mendicância. Desse modo, minha dedicação exaustiva, com reflexão e análise dos discursos sobre a exclusão social, deve-se a minha trajetória social, emocional e ambiental.

Obrigado.

RESUMO

O trabalho analisou os movimentos inclusivos e exclusivos que, dentro desse estudo, são elencados diante da dialética social ao individual. As escalas de realidades foram postas e sobrepostas, convergindo diversos caminhos de métodos, que contemplam os sistemas de objetos e de ações (Santos, 1996) que ocasionaram e condicionam os espaços nas suas ações de “uso” e que ficam camufladas diante das “metáforas das verdades” (Nietzsche, 1983). O caminho foi regressivo-progressivo (Martins, 1996; Rique, 2004), visto que a realidade deriva da lei do desenvolvimento desigual, e os processos históricos fazem parte de sua constituição e formação. O debate teórico contemplou no primeiro capítulo possíveis caminhos metodológicos para uma abordagem da dialética exclusão/inclusão, na sua complexidade social. O segundo capítulo procura especificidades que problematizam os processos da “exclusão social”. No terceiro capítulo, são estudadas as estruturas e ações que condicionaram e serviram de base para o surgimento de um mercado mundial de produção e consumo. O quarto capítulo aborda o Brasil e sua formação social a partir da perspectiva econômica de dependência. No quinto capítulo, busca-se a compreensão da cidade, produzida e distribuída. O sexto capítulo foi aferido o processo de urbanização da cidade do Rio Grande, onde se manifesta a dialética exclusão/inclusão. Posteriormente, no sétimo capítulo encontra-se a construção da subjetividade e a repressão do capitalismo no indivíduo (Canevassi, 1984). Evidenciou-se, a partir disso, uma dialética exclusão/inclusão, em que a exclusão cria uma subjetividade específica que promove a ilusão de inclusão. Assim, cada segmento faz parte de um todo e este todo confere as atitudes e não atitudes dentro da realidade do desenvolvimento desigual, que estes submetem e são submetidos, onde cada ser é a imagem viva da materialidade do espaço tempo.

Palavras chaves: **Dialética inclusão/exclusão. Processos sociais e Complexidade do sistema.**

RÉFLEXIONS THÉORIQUES SUR LES PROCESSUS SOCIAUX DE LA CONTRADICTION EXCLUSION/INCLUSION

RÉSUMÉ

Ce travail fait l'analyse des mouvements d'inclusion et d'exclusion qui sont réperées face à la dialectique du social à l'individuel. Les échelles de réalités ont été posées et surposées, dans une convergence de chemins et de méthodes divers qui focalisent les systèmes d'objets et d'actions (Santos, 1996) , en conditionnant les espaces dans leurs actions d' « usage » et en restant camouflées devant les « métaphores de vérités » (Nietzche, 1983). Le chemin parcouru fût regressif-progressif (Martins, 1996; Rique, 2004), vu que la réalité dérive de la loi du développement inégal et que les processus historiques font partie de sa constitution et formation. Le débat théorique ouvre, dans le premier chapitre, chemins méthodologiques possibles pour une abordage da dialéctique exlusion/inclusion dans sa complexité sociale. Dans le deuxième chapitre on procure les spécificités de la problématique des processus de la « exclusion social ». On étudie, dans le troisième chapitre, les structures et les actions qui conditionèrent et servirent de base pour le surgissement d'un marché mondial de production et consommation. Au quatrième chapitre on étudie le Brésil, sa formation social à partir de la perspective économique de la dépendance. Le cinquième chapitre cherche la compréhension de la cité, produite et ditribuée. Dans le sixième, on focalise sur le processus d'urbanisation de la ville de Rio Grande, où la dialectique d'exclusion/inclusion se manifeste. Finelkement, dans le septième chapitre, on trouve le processus de construction de la subjectivité et la répression que le capitalisme exerce sur l'individu (Canevassi, 1984). On voit bien, à partir de tout cela, dans la dialectique exclusion/inclusion, que l'exclusion crée une subjectivité spécifique qui promeut l'illusion de l'inclusion. De cette manière, chaque segment fait partie d'un tout qui donne aux attitudes et aux non attitudes, un être qui est l'image vivante de la materialité de l'espace-temps auquel elles sont submissées dans la réalité du développement inégal.

MOTS-CLÉS: Dialectique inclusion/exclusion. Processus sociaux et Complexité du système.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| AGRADECIMENTOS | 3 |
| RESUMO | 4 |
| RÉSUME..... | 5 |
| INTRODUÇÃO..... | 07 |
| | |
| CAPÍTULO I - Possíveis Caminhos Metodológicos para a abordagem da dialética exclusão/inclusão..... | 20 |
| CAPÍTULO II - A dialética da exclusão/inclusão..... | 34 |
| CAPÍTULO III – Ilusão moderna de pertencimento..... | 52 |
| CAPÍTULO IV – Especificidades brasileiras dentro de uma economia (dependente?)..... | 71 |
| CAPÍTULO V - A exclusão social na cidade | 83 |
| CAPÍTULO VI - O espaço urbano de Rio Grande – da gênese a realidade excludente..... | 96 |
| CAPÍTULO VII- As construções da subjetividade do indivíduo nos processos de exclusão/inclusão..... | 112 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 129 |
| LISTA DE FIGURAS..... | 138 |
| | |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 143 |

INTRODUÇÃO

Admiro todos que, de alguma forma, colocam seus argumentos em pauta, o que não é fácil, mas também não é impossível, sendo que, muitas vezes, é a isso que se propõe este trabalho. Além disso, qualquer movimento em direção a uma escolha tem uma justificativa. Nesse sentido, no caso do presente trabalho, essa justificativa, inicialmente, é de ordem pessoal, uma vez que, considerando minha trajetória de vida em relação à “dialética exclusão/inclusão”, ao invés de ter me constituído pesquisador, poderia estar em condições subalternas, precárias e de mendicância. Desse modo, minha dedicação exaustiva, com reflexão e análise dos discursos sobre a exclusão social, deve-se a minha trajetória social, emocional e ambiental.

Como profissional de geografia, devo ter a compreensão da cidade, pensada na perspectiva dos estudos geográficos e colocada diante de sua dimensão espacial. Como opção de ativismo, coloco-me como ser humanista, numa escola da geografia na qual se observa e se contempla o espaço geográfico, com sua gama de imaginação, sentimento e subjetividade do lugar. Assim, este caminho pessoal, é percorrido dentro do método dialético, onde é uma escolha, um percurso, onde ajudará na estratégia de conhecer os fatos, diante dos guias metodológicos proferidos nesta dissertação.

De que maneira um geógrafo contribui para o bem estar humano como, por exemplo, no projeto de um meio ambiente físico melhor? Seu colega científico pode sugerir um sistema de transporte mais eficiente, ou localizações ideais para novas indústrias ou para as estações de esgoto. O que pode fazer o humanista? [...] a competência de um humanista repousa na interpretação da experiência humana em sua ambigüidade e complexidade. Sua principal função como Geógrafo é esclarecer o significado dos conceitos, dos símbolos e das aspirações, à medida que dizem respeito ao espaço e ao lugar (TUAN, 1983, p. 162).

Dedico o trabalho àqueles que menos consomem os bens da civilização, aos lugares destinados a essas populações, junto com suas capacidades espantosas de sobrevivência. Com isso em mente, procurei não falar da pobreza, mas dos processos que levam à pobreza.

A questão da pobreza não é somente de interesse da academia, mas também de políticas públicas, sendo um processo de repressão do acesso às vantagens sociais. Dentro do sistema capitalista, há um paradoxo das desigualdades: o que é para uns, não

se aplica a outros. No Brasil, apesar da sua economia moderna, existem milhões de seres excluídos/ incluídos, vivendo sob a ilusão de pertencerem em pé de igualdade ao sistema, sob a lógica do individualismo, pois é nesse âmbito que o mundo do consumo age, sendo o indivíduo aqui visto como um mero consumidor.

Nessa perspectiva é que se insere a justificativa deste trabalho de natureza essencialmente teórica: não basta fazer um diagnóstico de pobreza, marginalização, opressão, pois ele envolve aspectos de privação deste meio técnico científico e informacional no qual nos encontramos, os quais constroem uma não participação do indivíduo na composição política e social. A opção teórica é uma escolha essencialmente pessoal, visto que em trabalho anterior (monografia), foram contemplados dados quantitativos e que neste momento houve-se uma necessidade de um aprofundamento teórico, dos processos de exclusão/inclusão. Digo pessoal, pois foi uma necessidade de crescimento intelectual e metodológico. Foi feita uma busca no cruzamento de teorias, feitas por pesquisadores, que elevassem o tal diagnóstico “cru” há um diagnóstico crítico, onde houvesse uma maior concretude dos fatos discutidos, sendo assimilado por mim e pela academia para objetividades futuras, onde o propósito é a práxis social. Não procuramos na ciência estatística, também representada pelo IBGE, e demais instituições, a objetividade material do dado matemático/ estatístico. Optamos por redigir uma reflexão teórica sobre o título “Os processos sociais da contradição exclusão/inclusão no espaço urbano”.

O objetivo geral do presente trabalho é, portanto, buscar elucidar e iluminar a manifestação da complexidade do social (homem e suas relações) (MORIN, 1998), evidenciando a necessidade de transcender o ato de constatar, visto que nesta dissertação, a realidade não condiz com os fatos, precisando resgatar os processos que conduziram para esse momento, desenvolvendo uma análise teórica da contradição, que neste caso é a dialética exclusão/inclusão.

Todo conhecimento humano emerge incessantemente do mundo da vida, no sentido biológico do termo (Cf. La Méthode 3,1, pp. 35-36), insisto em observar que todo conhecimento filosófico, científico ou poético emerge da vida cultural comum. [...] É verdade que todo conhecimento, inclusive o científico, está enraizado, inscrito no e dependente de um contexto cultural, social, histórico. Mas o problema consiste em saber quais são estas inscrições, enraizamentos, dependências, e de perguntar-se se pode aí haver, e em que condições, uma certa autonomização e uma relativa emancipação do conhecimento e da idéia.(MORIN, 1998, p. 14 e 20)

Os objetivos específicos conduzem para uma análise da categoria exclusão/inclusão, que elevará o debate do social ao indivíduo.

- Através da análise da categoria exclusão/ inclusão, numa dialética do social ao indivíduo, investigar fatores que conduzem a essa categoria.

- Investigar os processos sociais e individuais que estão implicados nessa categorização.

As cidades e suas organizações são ambientes onde os indivíduos se organizam conforme seu status (SANTOS, 2007), sendo essa uma técnica de exclusão (consentida, tolerada e desejada), pois esta organização é dada por leis universais dos direitos humanos, dentro de um regime democrático onde cada indivíduo é visto como cidadão (aqui visto como um mero consumidor), mesmo assim, cada segmento tem sua realidade dentro desta “sociedade do espetáculo” (DEBORD, 2006). Nesse sentido, tendo em vista que é parcial uma avaliação da sociedade através de modelos econômicos perfeitos, essa dissertação busca considerar a complexidade do social, apontando as contradições e combinações de inúmeros desses fatores complexos. Aqui a complexidade da sociedade é visto como um sistema aberto, onde os conflitos fazem parte da construção do momento. Esta realidade não pode ser medida ou regido por métodos perfeitos, visto que a própria sociedade não é.

Sendo assim, é pertinente aqui um olhar para o que Edgar Morin (1998, p.53) retratou como a dialógica das classes, o que pra ele significa que a “ambivalência dialógica da luta de classes interfere sem cessar nos conflitos sociais”.

A dialógica das classes é potencialmente fecunda para a complexificação da própria sociedade, portanto indiretamente, para o desenvolvimento cognitivo. Mas pode fazer regredir a complexidade social, da qual é, contudo, a expressão, quando não é regulada no interior de instituições democráticas. Montesquieu tinha observado, com grande lucidez, que as causas da grandeza e da decadência romanas eram as mesmas: o conflito social. [...] A complexidade está, ao mesmo tempo, na base da virtude e da fragilidade da democracia, que pode autodestruir-se sob o efeito dos conflitos alimentados por ela própria, ou permitir o acesso ao poder do partido ou do chefe que a destruirá. (MORIN, 1998, p.53)

Deste modo, a democracia permite aquilo que é pertinente a ela, sendo assim, os homens, as cidades e suas instituições são organizadas neste conflito social. Portanto, consiste em saber quais são estas inscrições, enraizamentos e dependências dentro do espaço urbano. Pois, o espaço urbano é uma combinação de ações, combinações, nos

quais determina um sistema “aberto”, isso coloca a dimensão humana nesta complexidade, visto que a dialética promove uma incerteza, que é a tensão entre as classes sociais.

Assim, busca-se dar um salto qualitativo que ultrapasse o diagnóstico, e, através de cada capítulo, fazer um cruzamento de pensamentos que contemplem a dialética exclusão/inclusão. Não será uma proposta final, mas um caminho para uma atitude em relação aos espaços. Para isso, foram estudadas as escalas, numa dialética social e numa dialética individual, numa “causa e efeito”, os processos e as situações, com uma análise das descrições e do uso de conceitos, propondo novas veredas, novos questionamentos.

Desse modo, acredito ser preciso denunciar e problematizar a pretensa homogeneização no cotidiano da cidade, onde todos vivem e convivem como se fossem iguais, sendo isso um fator discriminatório e que evidencia as contradições da sociedade. Na cidade, nem todos são consumidores e os que são não necessariamente merecem ser chamados de cidadão. O fato de o consumidor consumir bens materiais e usufruir de toda a estrutura vigente no sistema, não quer dizer que este merece ser chamado de cidadão, uma vez que, para assim o merecer ser chamado, deverá ter uma maior amplitude de conhecimento de mundo (SANTOS 1997). Acontece uma cidadania às avessas, pois o espaço é confeccionado pela forma do dinheiro e assim o pseudo-cidadão é formado de acordo com o lugar em que se vive. A contradição faz parte do espaço vivido, pois o indivíduo é deixado ao exclusivo jogo do mercado, consagrando um espaço da desigualdade e injustiça. Esse processo cria estigmatizações causadas pelo pertencimento a classes distintas, a certo grupo, a ser ou não ser determinado elemento. As estigmatizações são, de um lado, pejorativas, como: preguiçosos, malandros, marginais, pobres, excluídos e gente perigosa, de outro, os senhores detentores do ter e do ser: doutor, patrão, chefe. Aqui a inserção do indivíduo na sociedade é proporcional à estigmatização que lhe caiba e ao lugar que ocupa.

Tendo isso em vista, é preciso investigar a questão social com uma crítica profunda, pois a fragilidade à que certos segmentos da sociedade estão expostos, com suas condições precárias e de subalternidade dentro do sistema, é um fator marcante de vida. Estes segmentos sofrem com qualquer mudança de ordem social, econômica e política, dentro da estrutura macro econômica mundial.

Assim, as disparidades são facilmente visíveis no espaço urbano: suas condições de vida, sua habitação, o acesso à educação, ao lazer e à “cultura”(Pinto,1979), tidas pelo autor como “bens de produção e consumo” da existência humana, todos em uma

escala mínima, são fatores que criam distúrbios endógeno das periferias, a mendicância e miserabilidade, a do não acesso. Surge, nesse contexto, o ser da periferia, da favela, da vila, do mocambo, do subúrbio, sendo que os lugares onde habitam são “alvos” de agentes manipuladores da sociedade civil, das igrejas e do Estado, a periferia faz parte destas instancias (ROCHA, 2006)

Para essas pessoas, a política social foi e segue sendo desenvolvida de uma forma assistencialista e não de caráter de emancipação. No presente trabalho, é defendido que a emancipação é somente individual e nunca pode ser de uma classe como um todo. A periferia toda não pode ser emancipada da sua condição de miserabilidade, mas o indivíduo da periferia pode.

Por conta disso, os processos históricos como fatores que promoveram exclusão e pobreza na sociedade devem ser considerados. O aspecto da individualidade serve de parâmetro da crise institucional e civilizacional. Pode-se crescer individualmente, mas socialmente não. O indivíduo pobre pode chegar a sua superação individual e “crescer na vida”, mas uma classe pobre não pode e não consegue uma superação em conjunto, continuando numa situação de assistência contínua e conformadora.

Nesse contexto, estou amparado no objetivo do programa do mestrado em geografia da Universidade Federal do Rio Grande, que tem como propósito a análise regional urbana. Essa dissertação é de um caráter exploratório das teorias cruzadas, sob um olhar crítico da realidade urbana, numa construção regressiva- progressiva do espaço e tempo. Coloco, ao longo deste trabalho, os “processos sociais contraditórios” em oposição aos conceitos numa perspectiva em que se engessam de forma amorfa. Portanto, travar um debate teórico é necessário, pois a perda dos significados na burocratização acadêmica dos conceitos leva a uma ciência acrítica. A práxis social é o desafio: o pesquisador deve conceber a ciência como construtora de vidas, deve ter a consciência de que a sua construção é para o social.

Nesse contexto, o método utilizado nesse trabalho obedece a diferentes escalas de manifestações da realidade, com uma periodização do espaço tempo. O caminho é regressivo progressivo (RIQUE, 2004), visto que a realidade deriva da lei do desenvolvimento desigual, e os processos históricos fazem parte de sua constituição e formação. Assim sendo, o estudo cujo foco é a desigualdade social visa uma derivação de diferentes escalas, do local ao global. O território de cada escala é visto como extensão apropriada e usada, uma unidade na diversidade. Essa apropriação de uso

constrói a relação de mercado, com trocas e valores, proporcionando uma hierarquia dos lugares através das diferenças de consumo em cada nicho urbano.

Assim, é importante compreender que a divisão social do trabalho é fruto da cultura, aqui na dissertação trabalhada como opção teórica com o filósofo Álvaro Vieira Pinto (1979). A cultura é derivada de todo conhecimento da humanidade, das técnicas, dos padrões de conduta, é uma herança social. O ato de inovar, dentro de etapas sociais, mediante educação diferenciada para cada momento, criou e recria as culturas tecnológicas que proporcionam divisores de tarefas e de acesso. A cultura, como a totalidade de bens materiais e imateriais, é um bem de produção e de consumo, portanto, o homem é a sua própria contradição, entra em estado de ser “coisificado”, marginalizado pela sua criação, torna-se um bem de produção e de consumo. Assim este conceito contribuirá com a temática desta dissertação, justificando em parte os processos da contradição inclusão/exclusão.

Na concepção do filósofo Álvaro Vieira Pinto em seu livro “Ciência e Existência (1979): a ciência encontra-se dentro do aspecto particular da realidade geral da cultura. Com isso a origem do saber científico esta ligado, a manifestação existencial do homem, pelo processo de sua origem e de sua formação histórica. É diante destes fatores que o homem mediante as suas necessidades, funções e relações com a natureza circundante vive produzindo as condições objetivas do seu ser. A cultura, “cultura em geral” denominada pelo filósofo, é uma criação do ser humano, resultado da complexidade crescente das operações de que esse animal se mostra capaz no trato com a natureza material, e da luta a que se faz na sua sobrevivência. Perante sua capacidade de inovação, a partir de uma ideação reflexiva, com práticas inéditas. As práticas vão-se acumulando na consciência comunitária, que segundo Vieira Pinto, fazem parte da “hereditariedade social dos conhecimentos adquiridos”. Todo esse processo é coetâneo ao processo de hominização, o que significa que caminha junto à cultura. A vida ao homem impõe desafios e lutas que são impostas mediante necessidades de ações coletivas, para a realização do seu ser. “Nessas ações há o acúmulo de conhecimentos que são transformados em instrumentos através da ideação, desse modo são postos a serviço de finalidades” (PINTO, p.123).

Para o autor esta aqui o fator predominante da cultura na sua manifestação e concretude. A cultura é indissociável do processo de produção, sendo um fato da produção da existência em geral.

Assim a cultura é interpretada como produto do processo produtivo, ou seja, bem de consumo e bem de produção. Onde a cultura existente em cada momento histórico permanece sob as formas de idéias gerais, de teorias sobre a realidade e de objetos fabricados de acordo com a técnica então conhecida [...] a cultura é um bem de consumo, que a sociedade obrigatoriamente, mediante a educação, distribui a seus membros. Mas por outro lado, a cultura, sendo o acervo de conhecimentos e de instrumentos que vão permitir a exploração coletiva do mundo pelo homem, revelando-se claramente um bem de produção, um meio de operação sobre a natureza, uma força social a serviço da sobrevivência do indivíduo e da espécie (PINTO, 124).

Neste sentido, o homem é ele próprio um bem de produção. O homem produz a cultura por uma necessidade existencial, para se apropriar dela, pois é por meio dela que chega a postular as finalidades da sua ação. O que se passa em tempos como os atuais, porém, e em sociedades como a nossa, é que, por motivo do rumo tomado pela estruturação social, o homem em vez de se apropriar da cultura, de dominá-la, faz o inverso, aliena-se a ela, transformando numa realidade do espetáculo.

Nesse caminho, ao longo da dissertação, comparecem os estudos de sociologia, geografia, ciências políticas, psicologia social, economia, educação e filosofia. Dento das varias opções filosóficas e científicas [CANEVACCI (1984); (RIQUE, 2004); (PINTO, 1979)], contemplaram estudos sobre o debate “questão existencialista”, e chegou-se a vontade de potência de Nietzsche (1983), e que foi abraçado parte do debate deste filósofo ao longo desta dissertação. A escolha foi mérito das próprias leituras que ao longo da dissertação, os autores contemplaram e que foi seguido nos caminhos da dialética social e individual.

Todas essas contribuições proporcionaram um cruzamento de idéias, as quais propõem radicalidade e especificidade dos fatores contribuintes dos descasos das relações intra-humanas.

Desse modo, essas ciências, junto com a dialética social e individual, são propostas de caminhos de compreensão da realidade. A dialética social com sua lei do desenvolvimento desigual, mediante ritmos e espaços tempo diferentes. A investigação através das relações sociais, mediante a questão de uso que se passa no cotidiano, é a mediação entre o econômico e o político. A criação das formas, as dualidades, a busca da práxis social, a busca da harmonia entre pensamento e natureza, teoria e prática e a consideração da complexidade são as premissas das ciências humanas, elementos que estão em consonância com este trabalho.

Esse caminho, entretanto, não se esgota na dialética social, uma vez que envolve outra instância, que diz respeito ao indivíduo na sua existência como parte de um todo. A dialética do indivíduo com suas inquietudes, sua “vontade de potência” [CANEVACCI (1984); (RIQUE, 2004)] que escraviza o próprio homem no seu interior e exterior, com seu permanente desejo de autoconhecimento, suas ações com seu entorno, com os outros, suas crueldades, estupidez e com o seu amor e compaixão, são as contradições e os enigmas da espécie humana. Assim, homem é um ser espacial que ocupa e constrói espaços.

É na dialética do indivíduo (CANEVACCI, 1984) que poderemos ter as respostas para a individualização do homem, gerida pelo capitalismo num ato de consumo exacerbado, uma repressão sobre o indivíduo: aqui que realmente veremos os excluídos/incluídos. Nesse caso, todos os problemas (competição, individualismo) na subjetividade, participam como não sujeitos, simplesmente marionetes do sistema.

Por meio de revisão bibliográfica, busca-se, no âmbito deste trabalho, investigar e problematizar a complexidade de fatores que conduzem à dialética da exclusão/inclusão. Nesse sentido cada opção teórica é justificada através de um cruzamento de teorias nos quais fui absorvendo durante a caminhada da construção desta dissertação. A diversidade teórica é visível em cada parte escrita, e que poderá ser vista nas referências bibliográficas.

Desse modo, justifico o processo social da contradição exclusão/inclusão [SAWAIA (2006); MARTINS (1997)], termo que busco no cruzamento de dados teóricos dentro das ciências sociais, aqui distribuídos na Geografia. Assim, busquei realizar uma seleção de conceitos em teóricos que procuram problematizar as questões debatidas no âmbito desta dissertação. No que se refere à organização do espaço, utilizarei muitos autores, tais como Lefebvre (1991), Harvey (2005) e Pinto (1979; 2005), que partem do referencial teórico-metodológico proposto por Karl Marx em torno do entendimento do capitalismo e seus mecanismos voltados para a acumulação.

Já no que tange à percepção espacial, utilizarei matrizes teóricas da geografia humanística, e suas formulações acerca das relações entre o sujeito e o espaço como uma relação orientada pelos referenciais, tendo em vista a “Topofilia”, “vontade de potência” enquanto atitude e sentimento do sujeito ao lugar [TUAN, (1983); YORY, (2005); BOAVENTURA DE SOUZA, (1997); CANEVACCI, (1984)]. No que respeita ao problema do lugar, buscarei base metodológica na estrutura do espaço, com ênfase

na questão de gestão e planejamento territorial, no qual me refiro a uma dinâmica do local ao global [(SOUZA, 2003); (SANTOS, 1997)].

A obra que influenciou na prática desta técnica de pesquisa, refere-se ao Francês Remi Hess, onde ele retrata no seu livro de 2005: “Produzir sua obra: o momento da tese”, que o pesquisador deve procurar pesquisar e escrever sobre sua vida, onde ele descreve passo a passo a sua técnica. Sendo assim, procurei seguir seus passos, onde a pesquisa deve ser contínua, numa progressividade, aonde o vai e vem na história deverá ser feito. Desse modo, a pesquisa tem uma escolha, uma relação de valores, onde para Hess (2005) a pesquisa é jamais neutra.

É neste contexto, junto com outros autores, assimilando suas idéias que é desenvolvida esta dissertação numa combinação de fatos, onde “a realidade é contraditória e combinada” (RIQUE, 1981).

Outro aporte metodológico foi uma série de fotografias referentes a cidade do Rio Grande- RS. Estas fotos contemplam as transformações sentidas pela cidade do Rio Grande, do período do século XIX até dias atuais. A escolha de cada foto respeita cada etapa da dissertação, ela não fez parte de uma saída de campo, como objeto de estudo, mas sua postura serve para cada leitor abstrair o que o pesquisador explana a cada etapa dos processos. As fotografias foram pesquisadas nos bancos de dados de arquivos da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini, do pesquisador Solismar Fraga e também fotos do meu arquivo pessoal. Foi feito um comparativo dos tempos e do espaço, para uma contribuição ao método regressivo- progressivo, cujo, o efeito é a dialética exclusão/ inclusão. Qualquer semelhança entre os tempos não foi mera coincidência, mas apenas um detalhe desta combinação de fatores que contribuem para a lei do desenvolvimento desigual. Alguns setores demonstraram suas evoluções, porém, outros estagnaram e juntos formaram um conflito de partes que é a dialética do coletivo ao indivíduo. A fotografia é uma forma de observação das partes no todo, e que ao analisar poderemos observar as atitudes que os homens colocam ao espaço, conseqüentemente, é refletido as artimanhas da exclusão/ inclusão. A justificativa das fotos é simplesmente pelo fato de que o momento atual não condiz com os processos, da miséria e da opressão de certos seguimentos da sociedade. A ferramenta fotografia servirá como comparativo, para dar sustentáculos daquilo que o olho atual não percebe, ou não querem perceber.

A contradição se caracteriza por aquilo que não é visto quando fazemos um diagnóstico: ela procura ir além das aparências e aprofundar um fato, dentro de uma condição crítica. Assim, os termos invisíveis fazem um contraponto às conceituações,

num processo em que o conhecimento não pode ser vazio, mas sim tem de ser visto como aspectos visíveis e palpáveis. No âmbito da pesquisa, portanto, há a necessidade de uma radicalidade (RANGEL, 2005) e de uma especificidade nos posicionamentos, sendo que os conceitos devem ser vistos com o olhar crítico e servir de ferramenta de trabalho, fugindo da anestesia de se ficar somente no papel, o que constitui a sociedade do diagnóstico.

Uma das peculiaridades do homem diz respeito ao seu diferencial em relação a outras espécies: o raciocínio. Esse, ao mesmo tempo em que o eleva perante os outros seres, o coloca em uma condição que lhe obriga a criar estruturas conceituais para sua sobrevivência. A base para este estudo, nessa perspectiva, são as concepções de verdade e mentira, que são o reflexo de nossas ações nesse cenário, seja ele local, nacional, continental ou global, em que o homem “acha-se” no centro do universo, numa acepção antropocêntrica, na qual tudo gira em seu entorno e a sua racionalidade o envolve e o torna tutor deste patrimônio que é a Terra.

Um batalhão móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismo, enfim, uma soma de relações humanas, que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas, e que, após longo uso, perecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões, das quais se esqueceu que o são, metáforas que se tornaram gestos e sem força sensível, moedas que perderam sua efígie e agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas (NIETZSCHE, 1983, p. 48).

Conforme Nietzsche, o homem precisa de justificativas para o seu viver, para o seu cotidiano. Assim, o homem usa o seu intelecto e, conforme as situações, as percepções e concepções, distinguirá as diferenças comportamentais nos espaços. Com isso, nascem os conceitos, simplificadores das diferenças, que as enquadra em modelos únicos como se tudo fosse igual, saído da mesma forma. Assim como a moeda tornou-se mero metal, o homem perdeu em suas relações, tornando-se um atravessador, uma máquina de trocas de objetos.

Tudo o que destaca o homem do animal depende desta aptidão de, liquefazer a metáfora intuitiva em um esquema, portanto de dissolver uma imagem em um conceito [...] edificar uma ordenação piramidal por castas e graus, criar um novo mundo de leis, privilégios, subordinações, demarcações de limites (NIETZSCHE, 1983, p. 49).

Diferentes aglomerados geográficos humanos se manifestam distintamente sobre o espaço, colocando diversas maneiras de conceber os fenômenos da natureza e os

modos de vida conforme a necessidade e angústia de cada grupo humano. Alguns justificam suas ações com os conceitos, que são, para essas pessoas, verdades inquestionáveis.

Conforme explicita Nietzsche, o homem conceitua a palavra árvore como pertencente à categoria de gênero feminino, assim ocorre também com as folhas, todas, apesar de suas diferenças, classificadas em uma espécie igual. Esse padrão ajuda o homem a justificar seu raciocínio e a criar uma justificativa do ser, que é a ideologia. Este padrão, essa regra, ajuda o homem a justificar o seu raciocínio e criar uma justificativa do ser que é a ideologia. Como gênio construtivo o homem se elevará sobre as demais espécies e até mesmo sobre os homens durante sua evolução.

Marilena Chauí (1986) elabora a sua concepção de ideologia a partir de Aristóteles, onde toda alteração de uma realidade é justificada por uma causa. A causa seria produto da existência humana com suas obras: ética, política e técnica e mais os fenômenos naturais. Assim, a causa final é uma questão de “uso”, que depende da vontade de quem ordena a produção de algo. O homem “livre” é, portanto, um ser universal (sempre existiu e sempre existirá) que se caracteriza pela união de um corpo mecânico e de uma vontade finalista, em que é recompensado com o fruto do seu trabalho, adquirindo poder econômico e poder político e, por fim, prestígio social, o que significa a forma burguesa de nossa sociedade. Para Marilena Chauí, ideologia é o ocultamento da realidade, uma legitimação de condições sociais de exploração e dominação, com uma roupagem de verdadeiras e justas.

Na concepção marxista de ideologia é a história dos homens que deve ser desvendada. A história é um dos aspectos dessa ideologia. Nessa história, os homens não se conhecem como produtores das obras e como sujeitos de sua história, o que significa o processo de alienação. Sabendo das contradições e conflitos, por que os homens permanecem numa situação amorfa? Segundo Marilena Chauí, isso se deve à ideologia. O homem projeta a sua existência, cria as formas de existir e sobreviver e cria as hierarquias dentro da divisão social do trabalho, que é engendrada pela desigualdade social e de propriedade. Assim, a ideologia é o mascaramento da realidade social que permite a legitimação da exploração e da dominação. Por meio dela, toma-se o falso por verdadeiro, o injusto por justo (CHAUÍ, 1986). A ideologia é sempre a do dominante, por isso existem mecanismos ideológicos, cujo sistema encontra-se no Estado, na religião, no judiciário, na escola, etc. Esses mecanismos têm por função dissimular e ocultar as contradições das produções sociais.

Assim, esse mascaramento, que se dá por meio de conceituações, evidencia a limitação do ato de conceituar. Por isso, será problematizado, no decorrer do trabalho, o conceito de exclusão, o qual constitui uma das facetas do sistema capitalista. A maioria das pessoas encontra-se inserida nesse conceito, através de insuficiências, precariedades e privações. É defendido no trabalho, que, em lugar da exclusão, o que se tem é a dialética exclusão/ inclusão. Essa problemática é o elo entre os debates travados em cada capítulo.

Isso porque a exclusão tem um caráter ilusório: a inclusão (inserção social perversa) faz com que a sociedade exclua para incluir e essa transmutação é condição da ordem social desigual, o que manifesta o caráter ilusório da inclusão. Todos estão inseridos de algum modo, apesar de nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico. Nesse viés, Bader Sawaia (2005) afirma que, no lugar da exclusão, o que se tem é a “dialética exclusão/inclusão”.

O debate teórico presente neste ensaio, é distribuído da seguinte forma: no primeiro capítulo, exponho os possíveis caminhos metodológicos para a abordagem da dialética inclusão/exclusão, elencando conceitos. Assim, escolher um caminho de método é considerar diversas escalas de realidades, buscando contemplar a complexidade e evidenciar caminhos para melhor compreender a dialética inclusão/exclusão.

O segundo aborda a dialética inclusão/exclusão, buscando uma revisão bibliográfica dos principais autores que falam sobre a exclusão. Esse resgate teórico tem a finalidade de confrontar esses estudos com alguns juízos do senso-comum, os quais, por serem ingênuos, podem engessar a conduta em relação a essa categoria, bem como busca associá-los à dimensão espacial, numa postura problematizadora.

No terceiro capítulo, situa-se o debate teórico acerca do termo “moderno colonial”, parte em que o sistema-mundo será o fator de discussão. Entende-se que é preciso periodicizar cada momento de modernidade bem como perceber o sistema-mundo como um novo padrão de poder. Esse sistema, por sua vez, passou a governar o mundo com a descoberta da América, o mapeamento da sociedade, a hierarquia da sociedade e a prática do conceito de raça superior e inferior. Nesse contexto, o fator de conquista e dominação foram seus princípios e esses processos trazem importantes esclarecimentos para a condição atual.

O quarto capítulo aborda o Brasil e sua formação social a partir da perspectiva econômica. O Brasil é concebido aqui como um país ainda em formação, de raízes aristocrata, escravista e agrária e com intensa pluralidade cultural. Esse capítulo debate a posição de país periférico, dependente, com industrialização tardia e de uma construção de relações internas e externas, enfocando o papel representado pelo Brasil diante do mundo. Além disso, são analisados os desafios do país, com sua enorme disparidade social e com altas concentrações de renda.

No quinto capítulo, busca-se a compreensão da cidade e de seus circuitos: o lugar das trocas, os seus conflitos e os processos de segregação. Os espaços são contemplados numa diferenciação de acesso e afetividade, tendo a consciência de que os pobres fazem parte da cidade, vindo a periferia como consequência direta do tipo de crescimento econômico cujo Estado é o agente propulsor. Assim, pretende-se problematizar alguns mitos que envolvem o estilo de vida urbano e que evidenciam as diferenças entre as classes e os indivíduos.

O sexto capítulo analisa o processo de urbanização da cidade do Rio Grande, onde se encontra a dialética exclusão/ inclusão, evidenciada por meio dos seus ciclos de urbanização, de sua identidade portuária e de sua constituição social. Nesse sentido, investiga-se qual é o tipo de planejamento e gestão da cidade, os quais desenham sua conjuntura atual. No momento que falei no capítulo anterior das cidades abstratas, diante de teóricos que problematizam a cidade e seus circuitos, e seus conflitos, houve a necessidade de colocar a cidade do “Rio Grande” em evidência, pois a dialética social ao individual passa por esta instância, que é a cidade do Rio Grande no Rio Grande do Sul, visto que sou pesquisador desta cidade. Frisamos que a referida dissertação fez uma rápida e breve visita, que consiste em uma apresentação de caráter mais teórico, visto que são os autores contemplados nesta discussão que darão o foco de visibilidade quanto a cidade e sua categoria. Posteriormente encontra-se a cidade com seus sujeitos e suas percepções: aqui colocadas num contexto de subjetividade: cidadão, sujeito, não sujeito, indivíduo e coletivo. As periferias são o resultado das relações de poder e os periféricos estão à mercê, a serviço da ação do poder, sendo que a relação de dependência vai do coletivo ao indivíduo, para, aí sim, tentar compreender os processos que atuam no indivíduo, do macro ao micro, assim, saber um pouco da história do indivíduo e sua dialética, num processo de conhecimento, construção e desconstrução.

CAPÍTULO I

Possíveis Caminhos Metodológicos para a abordagem da dialética exclusão/inclusão

Escolher um caminho de método, segundo Milton Santos (1996), significa considerar diversas escalas de manifestações da realidade, havendo uma necessidade de periodização do espaço-tempo. Desse modo, às manifestações no espaço transcorre uma história de fatos que se manifestam sob diferentes formas e significados. Conforme o mesmo autor, o "espaço geográfico se define como união indissolúvel de sistema de objetos e sistemas de ações, e suas formas híbridas, as técnicas que indicam como o território é usado" (p.19). Enfatizar-se-á, nessa pesquisa, o conceito de território (Santos, 1996) concebido como uma extensão apropriada e usada.

O território, visto como unidade e diversidade, é uma questão central da história humana e de todos os países e constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual [...] Na medida em que são representativas das épocas históricas, as técnicas, funcionando solidariamente em sistemas[...] Esses sistemas técnicos incluem, de um lado a materialidade e, de outro, seus modos de organização e regulação. Eles autorizam, a cada momento histórico, uma forma e uma distribuição do trabalho (SANTOS, 2003, p.20).

Essa manifestação é vista tanto em escala local como global, sendo que, diante das contradições, ela cria uma hierarquia territorial, onde "o peso do mercado externo na vida econômica do país acaba por orientar uma boa parcela dos recursos coletivos para a criação de infra-estruturas, serviços e formas de organização do trabalho" (SANTOS, 2003, p.21), os quais se manifestam na gênese de formação territorial do Brasil.

Nessa ótica, poderemos ter a percepção de como se manifesta o meio técnico científico e informacional, o qual, para Milton Santos é "a expressão geográfica da globalização" (2003, p.21). Esse sistema não ocorre por todo de uma só vez, ele transforma-se numa complexidade de fatores que vão do sistema econômico, base deste sistema vigente e de suas bases, que são os povos e suas diferentes culturas, erguendo assim uma sociedade de massas surgida das diferentes fragmentações.

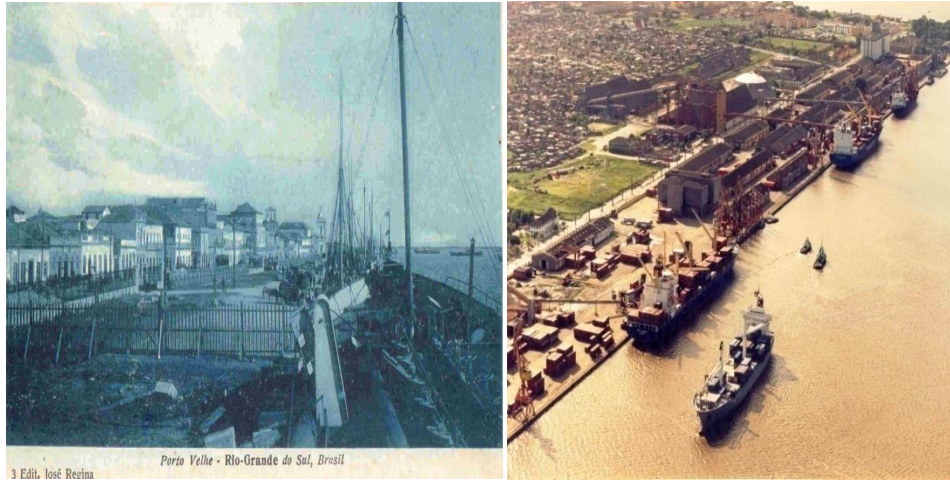


FIGURA 01

Fonte: Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini
O velho e o novo na estrutura materialista de economicismo planejado

A divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições. Na contemporaneidade, o novo conjunto de técnicas torna-se hegemônico e constitui a base material da vida da sociedade.

As sociedades que existem, atualmente, nas diversas regiões da Terra, embora apresentem as mesmas características organizacionais gerais, possuem um estilo de vida próprio, um comportamento coletivo particular, que é a cultura e que aqui é visto como um bem de produção, de consumo e de troca. Essa pode ser definida como a totalidade dos bens espirituais e materiais que caracterizam um grupamento humano. A cultura abrange não só o conjunto de idéias, conhecimentos, técnicas e artefatos, como também os padrões de conduta e de atitudes de determinado grupo social. Sua aquisição e perpetuação é um processo social, e não somente biológico resultante da aprendizagem, e por isso, a cultura também é chamada de herança social (PINTO, 1979).

Para o filósofo Vieira Pinto (1979), a cultura é vista como uma criação do homem, resultante da complexidade crescente daquilo que ele faz com a natureza material e da luta que trava para manter-se na mesma, ao longo de sua existência. Com o tempo e com o desenvolvimento da ideação reflexiva, foram ocorrendo transformações em sua organização, que lhe permitem inovar suas operações com a natureza e, assim, praticar atos antes desconhecidos.



FIGURA 02

Fonte: Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini
As diferentes organizações sociais dentro da lei do desenvolvimento desigual

A partir daí, começa a haver uma separação entre o mundo material e o pensamento humano, sendo que a cultura é uma manifestação histórica do processo de humanização em que o caráter de “humano” se apresenta como um conteúdo de valor ético.

Não se pode dissociar a cultura do processo de produção, pois essa é um bem de consumo que a sociedade produz e distribui aos seus membros através da educação. A cultura é tida como um instrumento que permite a exploração coletiva do mundo e como meio de produção é uma força social a serviço da sobrevivência do indivíduo e da espécie, sendo assim, o homem é ele próprio um bem de produção. A partir desse conceito pode-se entender por que surgem as desigualdades sociais, com separação de classes e alienações.



FIGURA 03

Fonte: Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini
As artimanhas do social no mundo contraditório e combinado

Ainda de acordo com Vieira Pinto:

A raiz da separação de classes, como consequência da posição do indivíduo no processo social da produção dos bens, está na natureza dual da cultura, que, em suas manifestações, materiais e objetivas, é simultaneamente bem de consumo e bem de produção (1979, p.127)

No campo da cultura, começam a aparecer distinções valorativas, diferenciadas em setores especializados e distribuídas em graus variáveis aos técnicos e aos próprios operários, embora a cultura surja de baixo para cima através da necessidade do conhecimento. A partir daí, podemos nos referir à cultura como a relação do homem com a natureza, através de técnicas desenvolvidas em sociedade, as quais utiliza para sua sobrevivência e para atribuir sentido às coisas.

A compreensão da divisão social do trabalho é de máxima importância para a inteligibilidade da teoria da ciência, uma vez que assim entende-se porque desde eras remotas se introduziu o divórcio entre a origem material do conhecimento e sua formulação teórica; divórcio esse que condicionará toda a história da ciência até a contemporaneidade. A mais nefasta das conseqüências dessa bipartição será o desacordo entre os grupos sociais no contato com a realidade natural.

Os que tomam a natureza nas mãos, a manipulam, e que, portanto, estariam em condições de pensá-la na concretude de seus objetos, fenômenos e de suas propriedades, estão subordinados a uma finalidade produtiva de que não são autores e pela qual não são responsáveis. Esse fim consiste em extrair da natureza os bens de consumo que não irão utilizar para si, como classe, mas ceder a outros, que os arrebatarão e os consumirão prontos (HESS, 2005).

Nesse sentido, as ciências humanas estão apenas no começo de sua jornada, tendo muito a se pensar nessa área. Hemi Hess salienta que a pesquisa deve ser progressiva, podendo retomar o método regressivo-progressivo, procurando articular a descrição de estrutura e historicidade, pensando uma questão que considera delicada: o que é local, o que é global? O que é geral, o que é específico?

Para Hemi Hess, aderir a um paradigma é mais profundo que inscrever-se em uma teoria. O paradigma da análise institucional traz, nele, valores que parecem ultrapassar o puro processo de pesquisa, em um engajamento militante por uma sociedade mais consciente dela mesma, mais autônoma, por relações interpessoais mais explícitas. A pesquisa inscreve-se, assim, em uma relação de valores: ela não é, portanto, jamais “neutra” (HESS, 2005).

Marco Mello (2004) ressalta que toda pesquisa nasce de um interesse, segundo ele: econômico, político, social, podendo até ser pedagógico. A realidade é o pano de fundo da questão, sendo um desafio a ser desvendado, tendo clareza do processo pretendido com a pesquisa: “A pesquisa de realidade é um dos princípios organizativos de uma nova cultura; a pesquisa de realidade é um princípio educativo que está nas raízes de uma educação libertadora”.



FIGURA 04
Fonte: Arquivo do Pesquisador
A realidade sob metáforas

Segundo José de Souza Martins (1996), o método dialético está no centro desse retorno progressivo-regressivo, retomando o homem como um ser protagonista da sua própria história, das suas ações. A questão do método, desde Marx até Lefebvre, é de suma importância, pois a relação entre prática e teoria, entre o pensar e o viver assume uma posição vital. Lefebvre indica que as relações sociais não são uniformes nem têm a mesma idade, portanto, numa relação de descompasso e desencontro elas coexistem (MARTINS, 1996).

Cada relação social tem sua idade e sua data, cada elemento da cultura material e espiritual também tem sua data. O que no primeiro momento parecia simultâneo e contemporâneo é descoberto agora como remanescente de época específica. De modo que no vivido se faz de fato combinação prática de coisas, relações e concepções que de fato não são contemporâneas. O desencontro das temporalidades dessas relações que faz de uma relação social em oposição a outra a indicação de que um possível esta adiante do real e realizado [...] são estes desencontros que dão sentido à práxis [...] no vivido, a práxis é contraditória. Ela reproduz relações sociais. Mas Lefebvre observa, não há reprodução de relações sociais sem produção de relações sociais sem uma certa produção de relações não há repetição sem uma certa inovação (MARTINS, 1996, p.22).

Conforme José de Souza Martins (1996), Lefebvre entende que a desigualdade dos ritmos do desenvolvimento histórico decorre do desencontro que faz do homem produtor de sua própria história, e ao mesmo tempo, o divorcia dela. A formação dos

ritmos desiguais é econômica e social porque abrange simultaneamente esses dois âmbitos da práxis: a natureza (o econômico) e a sociedade (o social). Sendo assim, o método regressivo progressivo, atende esse olhar para uma realidade de desenvolvimento desigual.

Nesse sentido José de Souza Martins, em referência a Lefebvre, interpreta que as forças produtivas e as relações sociais, juntamente com as superestruturas, vivem em ritmos diferentes.

A lei da formação econômico-social é a lei do desenvolvimento desigual: “ela significa que as forças produtivas, as relações sociais, as superestruturas (políticas, culturais) não avançam igualmente, simultaneamente, no mesmo ritmo histórico. mesmo aí, a lei do desenvolvimento desigual foi interpretada na perspectiva economicista que reduziu a qualidade das contradições que integram e opõem diferentes sociedades à mera gradação de riqueza na dicotomia insuficiente de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Na verdade, “a lei do desenvolvimento desigual tem uma multiplicidade de sentidos e aplicações” (MARTINS, 1996, p.17-18).

Conforme Odette Carvalho de Lima Seabra(1996), o uso é fundante do pensamento de Henri Lefebvre. Mas o uso do quê? Uso do espaço, do tempo, do corpo, essencialmente porque abrigam dimensões da existência, os sentidos da vida: o prazer, o sonho, o desejo, o riso. Uso e cotidiano, considerando que a confrontação uso- troca se opera no cotidiano, formula-se o conceito:

O cotidiano é ao mesmo tempo abstrato e concreto; [...] o cotidiano, é ele próprio, é uma mediação entre o econômico e o político, objetivação de estratégias do Estado no sentido de uma gestão total da sociedade. Lugar da realização da indústria cultural visando os modelos de consumo [...] no cotidiano, entre o concebido e o vivido, travam-se as lutas pelo uso [...] Assim, o cotidiano está referenciado ao Estado, âmbito da re- produção de relações sociais, ao passo que o vivido se liga às particularidades da reprodução biológicas, dos resíduos irredutíveis não capturados no plano do concebido, sendo lugar de carências, dos desejos, dos comportamentos, das esperanças e desesperanças, das mulheres, das crianças, dos jovens, dos velhos (SEABRA, 1996, p.77).

Bernadete de Castro Oliveira (1996) fala a respeito da teoria das formas de Henri Lefebvre. O mundo moderno estabeleceu uma cisão entre o pensamento e a natureza, uma separação entre a teoria e a prática social, entre o vivido e o concebido. Todo costume se estabeleceu no vivido, em uma certa unidade cultural, ao passo que a moral se coloca no domínio do concebido - é uma forma que surge como produto das

relações entre os homens, ao mesmo tempo em que os homens se representam por uma moral reguladora de atos e relações.

O homem cotidiano vive uma ilusão, a qual Lefebvre chama de transparência da realidade substancial. Essa consiste na percepção desse conjunto de transparências através de véus que as encobrem e que são necessários de serem desvendados. Entretanto, a intervenção no cotidiano permite resgatar, por meio das formas, o conteúdo que representa a substancialidade desse mundo real.

Outro caminho percorrido nessas considerações metodológicas é o que Lenyra Rique da Silva (2004) intitulou de: do senso comum à geografia científica, em que a autora faz um paralelo entre senso comum e a ciência, estabelecendo uma crítica ao excesso de senso comum no temário geográfico. Para ela, a ciência não pode ser só isso: um processo no qual os trabalhos científicos tornam-se banalidades científicas, senso comum. Ela chama a ciência para um maior aprofundamento: ir atrás de descobertas e não repetir o que já se encontra feito, trilhar novas metodologias.

Segundo a autora, ousar deve ser uma busca no contexto acadêmico. Lenyra caracteriza a questão do espaço-tempo como categoria universal, vista como a construção teórica da materialidade do tempo pelo trabalho na multiplicidade de lugares no lugar, e do espaço abstrato na pluralidade de relações das realidades especializadas ou não (RIQUE, 2004). A vontade de potência nietzschiana é o termo defendido pela autora, o qual é utilizado para identificar o processo de territorialização dos indivíduos no espaço urbano.

Conforme Lenyra, na dialética materialista do coletivo político é anulada a dialética psicológica do indivíduo social, com a finalidade de mostrar a identidade conflituosa dos chamados fenômenos geográficos, na relação cidade-campo e na arrumação geométrica dos lugares urbanos e agrários. A população constitui a relação desigual, pluralizada pelas deformações para mais, ou para menos, dos sujeitos sociais. O dinheiro é o equivalente da diferença da desigualdade de consumos entre os sujeitos.

De acordo com a autora, espaço-tempo é uma categoria universal na realidade processual de temas geográficos. Dentro desses espaços da vida, o cotidiano é realizado, concretizado na sua individualidade e coletividade, fatores necessários para a concretude do espaço e do tempo:

As ciências sociais, como o ramo das ciências da humanidade, necessita dessas duas dimensões. Nós somos a imagem viva-materializada pensante do espaço e do tempo porque somos seus

símbolos dotado de razão e emoção. [...] cada um de nós é a unidade contraditória do ir e do permanecer do tempo na nossa pele, músculos, órgãos, psiquismo, etc. Criamos épocas, momentos históricos, através do nosso agir (sempre submetido, nas sociedades históricas), que formam os traços culturais das diversas formações sociais, que se desenvolvem nos inúmeros territórios, que compõe os Estados-nações do mundo em que vivemos [...] Quer dizer, o nosso espaço moral-ético-político-social estão na exteriorização dos nossos valores e na ação político-social, que desenvolvemos[...] esse raciocínio, o lugar especializado, territorializado, traduz a concretude do tempo, lugar, espaço, território, trabalho, estão anelados, superpostos, envolvidos nas relações simbióticas necessárias a existência de cada um deles (RIQUE, 2004, p.16).

Ainda para essa autora, “o senso-comum é um momento de qualquer ciência, é a manifestação fenomênica, o ultra-sensível a intuição sensível” (p. 23). Assim, a visão é o sentido fundamental para o pesquisador geográfico e é o olhar do senso comum que indaga o que a reflexão vai responder

A situação urbana sofre a mobilização das relações sociais, impulsionadas pelas necessidades criadas no âmbito do privado e do público, onde a lei do dinheiro é quem determina as suas regras. As funções urbanas são a carcaça das relações de poder entre credores e devedores, das relações mercantis (distribuição, troca, consumo), financeiras; de relações contratuais no condito da produção de mercadorias, da prestação de serviços, da produção do saber e todos eles são permeados pelo trabalho, quer como ação alienação, ou como resultado alienado, encravado no empírico sensível. As moradias urbanas mostram que a função residencial nem sequer esconde mais (hoje em dia) uma hierarquia de classes. Em momentos passados ela estava na hierarquia de bairros; do núcleo à periferia urbana. Nos últimos tempos, a evidencia na paisagem sensível é a de que essa função desapareceu para os “excluídos”, os quais têm na rua, no relento, o seu abrigo. É bom frisar o que se esconde por de trás de toda estratificação social vista na função urbana é o resultado da ação-omissão combinada do binômio- Estado versus capital (RIQUE, 2004, p.28).

Os lugares geográficos são vivos e não inertes na paisagem, sendo que os lugares construídos são resultados de processos sociais. Eles estão sofrendo alguns desgastes pelo uso, levado a efeito nas relações sociais; e, ao considerar o lugar continente, o lugar país, o lugar Estado, o lugar cidade, ou qualquer outra unidade de locação reconhecida oficialmente, não se pode perder de vista a sua mobilidade (RIQUE, 2004).

O território geográfico transcende de uma cidade, de uma rua, de um bairro, município, Estado, país, de uma fabrica uma fazenda, de um sítio, etc. O que importa, no caso, é a escala considerada. Fala-se também no território continente, o que, na nossa

concepção, é desconsiderado. Há inúmeros territórios, segundo a lógica fragmentária, os quais são delimitados por poderes políticos pretéritos ou atuais.

O território não é algo estático; de certa forma, é o fenômeno da territorialidade privada no processo de territorialização. A especificidade da territorialidade está na territorialização, que corresponde à ação de mando, manifestação de poder. O território é concretude da “vontade de potência” em momentos do espaço. Isso se dá do âmbito global ao local (RIQUE, 2004).

A vontade de potência, nesse contexto, escraviza o homem na sua interioridade, no seu pensamento, desejo, na ausência de um autoconhecimento e nas suas ações com o outro, cheias de crueldade, comiseração e estupidez. É a contradição psicológica do homem, materializada na sua relação com o outro; atitudes próprias de emoções conflitantes em conformidade com as exigências de situações circunstanciais.

A autora, a partir da leitura que faz de Nietzsche, entende que a vontade de potência é um poder que emana das entranhas do egoísmo do indivíduo, independente de sua equivalência social, da classe em que ele se encontra, sendo a vontade de poder mandar, dominar. Assim, a potência de quem está no cume da escala social é muito mais forte do que os micro poderes, que se inserem rapidamente em micro especialidades (RIQUE, 2004).

A filosofia do método na prática geográfica, conforme Silva (2004), confere à dialética o estatuto do método que contempla com maior propriedade a sociedade. A autora nos propõe uma espécie de rompimento com as relações concretas e objetivas que a dialética materialista concretiza. Ao denunciar a inversão do mundo das mercadorias, o fetiche da vida, ficamos apenas nisso, e não denunciemos as nuances das relações desiguais.

o método dialético é muito mais abrangente do que qualquer outro, por ocupar-se de opostos. Constatamos pela mediação da mercadoria, a inversão do mundo das coisas no mundo das humanidades e vice-versa [...] denunciemos essas vidas e ficamos nisso. Nos propomos exacerbadamente a desvendar as nuances da opressão das classes dominadas, manifestadas nas relações de troca desigual, com as classes dominantes e nos diversos tipos de carência social e deixamos de lado, os contrários de que residem na vida individual dos homens, de uma e de outra classe e que também fazem parte de sua reprodução como gente. Daí nunca discutimos a humanidade “interna” dos indivíduos, o que nos conduz a considerar o coletivo dos homens: vemos no oprimido a vítima virtuosa e no opressor o vilão maldito (RIQUE, 2004, p.49-50).

Nessa reflexão, a autora aponta para a importância de que não tenhamos uma consciência subordinada ou um pensamento escravizado; que não sejamos cópias estereotipadas de modelos convencionalmente colocados. Desse modo, a contribuição de Lenyra Rique da Silva neste texto é a ousadia de ultrapassar da questão do social ao individual. Essa questão, entretanto, não se fecha em Marx, conforme a autora: refere-se ao indivíduo o qual não discutimos, sendo que é em Nietzsche que haverá a dialética do indivíduo. Além disso, de acordo com Silva, apesar de o método dialético ser o que mais nos aproxima da realidade, ele também conduz apenas a considerar o homem social, abandonando sua dimensão subjetiva. Portanto, é preciso buscar no indivíduo subjetivo e defasagem construída pelo indivíduo social.

O indivíduo na natureza

Na dialética do indivíduo, Massimo Canevacci (1984) busca respostas para a individualização do homem. Para o autor, é preciso uma ciência interdisciplinar, sem fragmentação de especialidades fechadas, uma ciência que veja o indivíduo na sua complexidade, ou seja, no seu ato de refazer uma nova dialética: a do indivíduo como sujeito ou não sujeito diante da sociedade. Nesse viés, o autor busca clarear a questão:

é preciso restabelecer uma nova dialética entre o conjunto das ciências humanas e as ciências da natureza, em suas transformações históricas e estruturais (CANEVACCI, 1984, p.41).

Canevacci ressalta também que o capitalismo é autônomo e que cria uma repressão na maioria dos indivíduos. Ele fala sobre quem foi sempre excluído da sociedade, todos aqueles “não-eu”, que são os que não conseguem manifestar a sua subjetividade e a sua individualidade (CANEVACCI, 1984).

As várias formas históricas de exclusão da condição de pessoa - motivadas em cada oportunidade por ideologia patriarcal, racistas, católicas, luterano-calvinistas, científico-rationais, as que encontram a sua unidade no fato de serem todas marcadas por aquele espírito vivificador oculto que é a forma de propriedade historicamente determinada - voltaram-se agora contra os que excluem. A tendência atual ao desaparecimento da individualidade tem suas raízes no próprio nascimento do individualismo, desde a origem das origens: por isso, as causas “naturais” da discriminação são inseparáveis das causas sócio- culturais (CANEVACCI, 1984, p.42).

Portanto, todos aqueles indivíduos que, de alguma forma, fizeram parte do desenvolvimento urbano, sejam negros, índios, mulheres, estudantes, deficientes, marginalizados, etc., todos, conforme o autor, emergem como negação materialista

dentro do capitalismo. Cada indivíduo participa como não-sujeito e o que lhe serve de consolo é somente a capacidade de ser usuário, consumista. Nesse mesmo sentido, de acordo com o autor, ao participarmos da vida, vivemos como marionetes do sistema: “O fetiche das mercadorias se dilata e penetra até o interior da psique dos indivíduos oprimidos” (CANEVACCI, 1984, p. 43).

Desse modo, foi visto nesse capítulo os caminhos e descaminhos que os autores aqui citados, verificaram em seus estudos formas de contemplar o espaço da vida, na sua forma coletiva e na sua forma individual. Escolher um caminho de método é considerar diversas escalas de realidades, onde é preciso periodicizar o espaço e o tempo. Conforme Milton Santos (1996), espaço geográfico se define como união de sistemas de objetos e sistemas de ações e suas formas híbridas, as técnicas que indicam como o território é usado. Desse modo, o território é uma extensão apropriada e usada.

Em relação à cultura, pode-se dizer que essa é um “lugar” onde se evidenciam as relações contraditórias de exclusão e inclusão. Isso porque, nos contatos interculturais, há sempre uma tensão entre a cultura do dominador e a do dominado, sendo que aquela sempre se sobrepõe a essa. Nesse sentido, as capacidades de inovação e reflexão latentes no ser humano ficam amorfas, uma vez que a cultura dominada não cria, apenas consome e (re) produz o que é imposto pela dominante. Assim, a cultura é indissociável do processo de produção e por isso é bem de consumo, criando distinções valorativas, especializações. Esse processo de mediação entre dominante/dominado é feito pela educação, que é fator de desníveis de funções e aquisições de cultura diferenciadas, o que, para Álvaro Pinto (1979), é a raiz da separação de classes.

Um caminho para melhor compreender a dialética inclusão/exclusão é a compreensão da divisão social do trabalho, pois, desde eras remotas, se introduziu o divórcio entre a origem material e sua formulação teórica. A lei da formação econômico e social é a lei do desenvolvimento desigual. O que quer dizer que as forças produtivas, as relações sociais, as superestruturas (políticas, culturais) não avançam igualmente, simultaneamente, no mesmo ritmo histórico. Portanto, a realidade é o passo de fundo da questão, sendo um desafio a ser desvendado, pois o homem, em seu desencontro da práxis, não faz produtor de sua própria história, e ao mesmo tempo o divórcio dela, não o torna senhor do que faz.

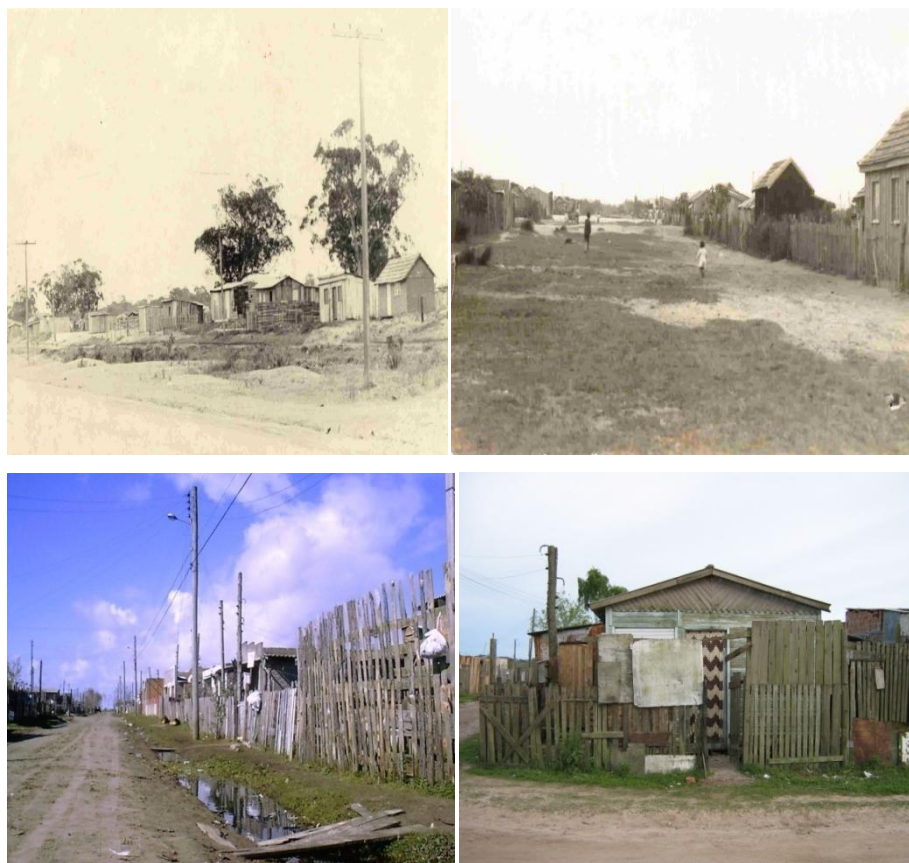


FIGURA 05

Fonte: Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini e do Pesquisador
O regressivo e o progressivo: uma mera coincidência

Assim, o método regressivo progressivo é um possível caminho de retorno para uma realidade do desenvolvimento desigual. Cada relação social é remanescente de épocas específicas, o que torna o modo vivido fato de combinações praticas de coisas, relações e concepções que de fato não são contemporâneas. Estes desencontros dão sentido à práxis, e essa práxis é contraditória. As relações são contraditórias, as relações de exploração, de dominação e de humilhação devem perseguir em caminho de ruptura. As relações de produção devem ultrapassar as de bens materiais e devem se dirigir para as relações sociais. As relações de dependência e de poder que atravessam dominadores e dominados, governantes e governados, líderes e não líderes, sujeitos e não sujeitos visam o aspecto individual em detrimento do coletivo, o que reforça as contradições que invertem a função que deveria ser intrínseca ao ato de representar a coletividade.

Mais um caminho possível é a questão do espaço-tempo, vista como categoria universal. Categoria na qual se concretiza a materialidade do tempo através do trabalho nos múltiplos lugares e do espaço abstrato na pluralidade de relações das realidades especializadas ou não (Rique, 2004), onde cada ser é uma unidade contraditória (com

diferentes reações de âmbito individual). Cada ser é a imagem viva da materialidade do espaço-tempo, submetido, dentro das sociedades, através dos momentos históricos. Esse movimento espaço-tempo concretiza os traços culturais, as formações sociais, que se desenvolvem nos diferentes territórios geográficos e por fim constitui-se em Estados e nações no mundo.

Por fim, outro caminho de reflexão é a questão da própria dialética social e individual, pois são caminhos de métodos que abrangem com muita propriedade as tendências da sociedade. Porém, essa questão não se fecha numa dialética marxista, pois, apesar de o aspecto materialista e social ser contemplado com êxito, a dialética do indivíduo precisa de um diálogo maior com pensadores de tendências existencialistas. Nesses caminhos, a ciência deve ser interdisciplinar, sem fragmentação de especialidades fechadas.

Com isso, aqui se propõe não um padrão econômico, visto que a sociedade faz parte de uma complexidade de fatores. Portanto, não pode ser gerenciada sob formas de modelos perfeitos, pois a própria sociedade (coletiva e individual) não é perfeita. É preciso, nesse sentido, uma ciência que veja o indivíduo na sua complexidade, uma vez que a relação que cada indivíduo perpetua com o modo de produção capitalista cria uma repressão. A opção teórica é fruto deste caminho, busca de compreensões dos processos e não dos efeitos, e sim das causas. Para isso não foram aferidos métodos estatísticos e quantitativos, pois o método regressivo progressivo é um vai e vem dos fatos e não poderiam ficar enrijecidos sobre números ou formas perfeitas, sob a justificativa que o social esta no complexo.

CAPÍTULO II

A dialética da exclusão/inclusão

Nesse capítulo, é feita uma revisão bibliográfica de autores que falam sobre a exclusão. Esse resgate teórico tem a finalidade de confrontar esses estudos com alguns juízos do senso-comum, os quais, por serem ingênuos, podem engessar a conduta em relação a essa categoria, bem como busca associá-los à dimensão espacial, numa postura problematizadora.

Indivíduos são distribuídos no território, segundo suas classes sociais e seu poder aquisitivo. No território, a economia e a cultura do consumo promovem uma cidadania incompleta, uma cidadania atrofiada. Nos países em desenvolvimento, cada classe possui cidadãos diversificados, mas o fato de o indivíduo ser consumidor não é suficiente para que seja o exercício da cidadania seja considerado pleno. As relações de compra e venda de ilusões, tornadas realidades, tais como casa própria, automóveis, proporcionam um status dentro da sociedade, porém esse grau não lhe confere o plenamente o grau de cidadão. Sendo assim, a cidadania está subordinada a este modelo cívico de exclusão, subordinada ao modelo econômico.





FIGURA 06

Fonte: Arquivo do Pesquisador
Cada classe com o seu pertencimento

Desse modo, se estabelece e se evidencia a desigualdade e injustiça. Entende-se aqui desigualdade como sendo as estratificações e as segregações sociais e injustiça como a falta de mobilidade e oportunidade das pessoas, gerando opressão de grande parcela da sociedade.

Em situações como a da América Latina e, principalmente, no caso do Brasil, processos que caracterizam essas situações de pseudo-cidadania foram dados pela “desruralização, com as migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante” (SANTOS, 2007), etc.

Cada indivíduo habitará um lugar de acordo com seu valor como produtor/consumidor, ou seja, o cidadão depende de sua localização no território, sendo que as oportunidades não são as mesmas para todos. O lugar é conferido, na maioria das vezes, pela condição classe/renda, pela distribuição da população e pela repartição dos serviços públicos e do tipo de comércio: os indivíduos são vistos a partir do lugar que ocupam, segundo o nível social desse lugar. Esse cenário revela o que se entende por segregação espacial:

Nas grandes cidades hoje, é fácil identificar territórios diferenciados: ali é o bairro das mansões e palacetes, acolá o centro de negócios, adiante o bairro boêmio onde rola a vida noturna, mais à frente o distrito industrial, ou ainda o bairro proletário. Assim quando alguém, referindo-se ao Rio de Janeiro fala em zona sul ou baixada Fluminense, sabemos que se trata de dois Rios de Janeiro bastante diferentes; assim como pensando em Brasília lembramos do plano-piloto, das mansões do lago ou das cidades satélites. Podemos dizer que hoje nossas cidades têm sua zona sul e sua baixada, sua "zona", sua Wall Street e seu ABC. É como se a cidade fosse um imenso quebra-cabeças, feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece seu lugar e se sente estrangeiro nos demais. É a este movimento de separação das classes sociais e funções no espaço urbano que os estudiosos da cidade chamam de segregação espacial (ROLNIK, 1988, p.40).

A desigualdade, a exclusão e a falta de mobilidade são características desafortunadas da vida dos brasileiros mais pobres. Essas pessoas têm grandes desvantagens econômicas, quando comparadas a outros setores da sociedade mais privilegiados e, a despeito de ondas crescentes de oportunidades potenciais, geradas pelo crescimento econômico e por melhorias na educação, permanecem aprisionados na pobreza, incapazes de progredir ou de singularizar um futuro, no qual pelo menos as vidas de seus filhos possam ser melhores. Embora se reconheça quão debilitante é esse problema, as grandes desigualdades existentes no Brasil continuam a ser percebidas pelos seus cidadãos como resultado de regras justas.

Além disso, na citação, vê-se uma análise das características das cidades contemporâneas, ou seja, a dualidade social urbana, a qual pode ser vista claramente na dimensão espacial, ou implícita nas contradições das relações entre os diferentes grupos no espaço urbano. Essas contradições, levadas muitas vezes pelo acúmulo de informações ou pela sua própria difusão no espaço, de forma truncada e difusa (em doses diferenciadas), se propagam no espaço-tempo junto à ideologização das classes dominantes, que conseguem apropriar-se dos mais elevados meios de difusão das técnicas e de quase todos os conhecimentos científicos gerados no mundo inteiro, em prol de sua dominação (PINTO, 1969).

Na análise sobre o espaço, a escolha dos espaços a serem analisados fica a critério do pesquisador, que pode privilegiar espaços mais significativos das transformações sociais na cidade, tais como “espaços problemas”, bairros pobres, ou que, na análise sobre o conjunto da cidade, adota-se uma abordagem mais sistemática da

cidade, onde os espaços são independentes, onde a segregação é vista como distribuição desigual de categorias da população, entre os espaços.

De acordo com Bader Sawaia (2006), exclusão é um tema da atualidade, usado hegemonicamente nas diferentes áreas do conhecimento, mas pouco preciso e dúbio do ponto de vista ideológico. Sendo assim, analisar a ambigüidade constitutiva da exclusão, é captar o enigma da coesão social sob a lógica da exclusão, na versão social, subjetiva, física e mental.

Sawaia elege um objetivo bem claro: abordar a exclusão social sob a perspectiva ético-psicossociológica para analisá-la como processo complexo, que não é, em si, subjetivo nem objetivo, individual ou coletivo, racional ou emocional, é processo sócio-histórico, que se configura pelos recalcamientos em todas as esferas da vida social, mas é vivido como necessidade do eu, como sentimentos, significados e ações.



FIGURA 07

Fonte: Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini
A dialética do social e do indivíduo

Conseqüentemente, a exclusão tem um caráter ilusório: a inclusão (inserção social perversa) faz com que a sociedade exclua para incluir e essa transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estão inseridos de algum modo, apesar de nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico.

Nesse viés, Bader Sawaia afirma que, no lugar da exclusão, o que se tem é a “dialética exclusão/inclusão”

A dialética inclusão/ exclusão gesta subjetividades específicas que vão desde o sentir-se incluído até o sentir-se discriminado ou revoltado. Essas subjetividades não podem ser explicadas unicamente pela determinação econômica, elas determinam e são determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e individual, e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência. Em síntese, a exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas e relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, é produto do funcionamento do sistema (SAWAIA, 2006, p.9).

Para Pedro Demo (1996), a política social continua sendo um desafio fundamental e contraditório da sociedade e do sistema produtivo. Na sua concepção, o problema das desigualdades sociais e o capitalismo representam os aspectos sociais mais discriminatórios na sua concepção. A superação dessas adversidades, todavia, não inaugura o fim das desigualdades, mas introduz outras formas possivelmente mais aceitáveis, ou seja, mais democráticas.

Pedro Demo ressalta que a democracia, por sua vez, não extermina o fenômeno do poder, apenas tenta “domesticá-lo”. As promessas de uma sociedade igual, geralmente, provêm do grupo dominante, para amansar os dominados. Sendo assim, para o autor, a política social poderia reduzir o espectro das desigualdades, sendo que não será “social” a política que não tocar as desigualdade ou desconcentrar renda e poder (DEMO, 1996).

Pedro Demo enfatiza também que pobreza é injustiça, o que conduz à necessidade de desenvolver a consciência política a respeito da pobreza. Para o autor, é comum a capacidade das oligarquias de produzir o pobre inconsciente, que não sabe que é pobre, pois não chegou a descobrir que é mantido pobre. Diante dessa percepção, podemos distinguir dois horizontes típicos da pobreza, ainda que, no fundo, seja um fenômeno só: pobreza socioeconômica e pobreza política.

Por pobreza socioeconômica, compreende-se a carência material imposta, traduzida na precariedade comumente reconhecida do bem estar social, a que se relacionam os seguintes termos: fome, favela, desemprego, mortalidade infantil, doença.

Por pobreza política, compreende-se a dificuldade histórica de o pobre superar a condição de objeto manipulado, para atingir a de sujeito consciente e organizado em torno de seus interesses. Pedro Demo discute a temática fazendo referência à pobreza socioeconômica, como cerne da “pobreza política” (DEMO, 2003).

Para esse mesmo autor, as condições de renda e vulnerabilidade fazem parte desse processo de exclusão, mas em particular o fator político é o cerne mais duro da pobreza. Exclusão social mais drástica não é só dispor de bens essenciais, é, sobretudo, não conseguir alçar-se à condição de sujeito capaz de comandar seu destino. Nega-se não só acesso material, mas, principalmente, autonomia de emancipação (DEMO, 2003).

A condição de pobreza dos 80% da população mundial não é indicativa de condições supérfluas, mas de “marginalização” historicamente produzida. Os excluídos, reprimidos na margem, estão aí incluídos, fazem parte intrínseca da dinâmica contrária. Não há aí dualismo (dicotomia estanque), mas dualidade dialética (DEMO, 2003, p.85).

Demo comenta também sobre os contingentes populacionais cada vez maiores, dos indivíduos lançados (expulsos e integrados) na margem do sistema, não porque sejam supérfluos, mas porque precisam ser “descartados”, não se podendo ignorar a condição de confrontos, a unidade de contrários. Demos afirma que uma das razões para esse descarte é ambiental, uma vez que, se toda a população mundial tivesse acesso ao mesmo nível de bem-estar existente nos países centrais, não haveria como sustentar o meio ambiente (DEMO, 2003).

Para Eduardo Marques (2004), a análise da pobreza como um processo de caráter heterogêneo é fundamental para a elaboração de políticas públicas, dentro de todas as esferas da vida:

Pensar a heterogeneidade da pobreza não tem apenas interesses acadêmicos, mas é também importantíssimo para políticas públicas. O território parece ser uma dimensão constitutiva da dimensão social em que se encontram os diversos grupos sociais na cidade, e em especial os mais pobres. Isso significa, por exemplo, que indivíduos e famílias igualmente pobres e escolarizados têm condições e características diferentes dependendo de onde morem. A existência de intensa segregação exerce particular influência sobre a situação social dos grupos mais pobres que habitam a cidade, ao isolá-los dos circuitos sociais mais amplos, reduzindo significativamente as possibilidades de interação e mobilidade social (MARQUES, 2004, p.11).

O autor define os elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado, sendo que, para ele, a periferia é entendida como o espaço da reprodução da força de trabalho no interior dessa ordem capitalista periférica e subordinada. Marques (2004) tece também relevante contribuição no que diz respeito à relação da distribuição espacial com a acessibilidade:

Partimos da convicção de que separação e desigualdade de acesso se constroem e reconstroem mutuamente, sendo, portanto, processos indissolúveis, que precisam ser pensados dinamicamente. Em nossas cidades, os grupos não apenas se localizam separados entre si em espaços homogêneos internamente e distantes um dos outros como, por causa disso, ocorre um acesso diferenciado desses grupos às oportunidades e aos equipamentos vigentes na cidade, com muitas conseqüências negativas para os grupos sociais segregados (MARQUES, p. 35).

Marques destaca o papel do Estado que, na produção da cidade, com suas atividades regulatórias e interventoras, privilegia os capitais interessados em se localizar na cidade, proporcionando uma relação desigual (especulação imobiliária) no uso dos espaços urbanos. Esses consomem e produzem espaço em suas atividades cotidianas, já que a espacialidade é uma dimensão de suas ações. Para Eduardo Marques, a segregação tem como causa as ações estatais e suas políticas públicas. Nesse contexto, ele ordena quatro fatores influentes no processo de segregação:

- 1) A dinâmica econômica, o mercado de trabalho e a estrutura social em si;
- 2) A dinâmica do mercado de terras, as ações dos produtores do espaço urbano e da produção da moradia;
- 3) O Estado e as políticas públicas (zoneamentos);
- 4) A ordem jurídica brasileira e sua relação com nossa sociedade, em suas dimensões de tradicionalismo, hierarquia social e preconceito.

O autor conceitua pobreza, para além da carência material, como sendo a falta de benefícios elementares à vida.

Alguns autores dessa tradição nos trazem a idéia da existência de “múltiplas dimensões da pobreza” não capturadas pela linha da pobreza. A idéia que está por traz deste conceito é que a pobreza não pode ser definida apenas em termos de níveis materiais de sobrevivência, mas tem de considerar aqueles indivíduos que, apesar de conseguirem sobreviver acima do mínimo, não têm acesso aos mais importantes benefícios das sociedades urbanas modernas como educação, saneamento básico, saúde, cultura e integração social. Para nós, está claro que o conceito de pobreza só pode ser entendido como uma construção social, já que a sociedade sanciona coletivamente o

conjunto de bens e serviços aos quais todos ou seus cidadãos devem ter acesso (MARQUES, p.40)

Assim, o fenômeno de desigualdade social é entendido pelo autor como a existência de características sociais (acesso aos benefícios produzidos no espaço urbano: educação, saneamento básico, saúde, cultura e integração social) distintas entre grupos sociais distintos, estabelecidos a partir de alguma clivagem contínua ou dicotômica de ordem econômica e acessibilidade de conjuntos de bens e serviços.

O sociólogo José de Souza Martins é categórico em dizer que é antieconomicista, o que, para ele, se deve aos processos sociais e às contradições que se determinam e se explicam pela ação poderosa de instâncias de poder (o Estado, as multinacionais, os órgãos reguladores da política e da economia mundiais, etc.). Portanto, a sua orientação antieconômica se baseia numa perspectiva social e política (e não econômico- social).

Para o autor, não existe exclusão social, existem vítimas dos processos sociais, políticos e econômicos excludentes. É um processo que empurra as pessoas para dentro das condições subalternas de reprodutores do sistema econômico, ou seja, seres consumidores, num consumo dirigido. Segundo Martins,

existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva. Essas reações, porque não se trata estritamente de exclusão, não se dão fora do sistema econômicos e dos sistemas de poder. Todos os problemas sociais passam a ser atribuídos mecanicamente a essa coisa vaga e indefinida a que chamam de exclusão [...] como se exclusão fosse um deus-demônio que explicasse tudo [...] essa categoria extremamente vaga (no sentido de imprecisa e vazia), que é a exclusão, substitui a idéia sociológica de processos de exclusão (entendidos como processos de exclusão integrativa ou modo de marginalização) o rótulo acaba se sobrepondo ao movimento que parece empurrar as pessoas, os pobres, os fracos, para fora da sociedade, para fora de suas “melhores” e mais justas e “corretas” relações sociais, privando-as dos direitos que dão sentido a essas relações. Quando, de fato, esse movimento as está empurrando para “dentro”, para a condição subalterna de reprodutores mecânicos do sistema econômico, reprodutores que não reivindicuem nem protestem em face de privações, injustiças, carências [...] assim, deixa de ser concebida como expressão de contradição no desenvolvimento da sociedade capitalista para ser vista como um estado, uma coisa fixa, como se fosse uma fixação irremediável e fatal [...] O risco, em distorções assim, tem sido o de imputar às características próprias da contradição e do conflito entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social (p. 15-17).

Isso quer dizer que a exclusão é apenas um momento da percepção daquilo que concretamente se traduz em privação: privação de emprego, privação de meios para participar do mercado de consumo, privação de bem-estar, privação de direitos, privação de liberdade, privação de esperança.



FIGURA 8

Fonte: Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini
A privação dos processos sociais

Ao se discutir a exclusão, corre-se o risco de deixar de considerar as formas pobres, insuficientes e, às vezes, até indecentes, de inclusão, como, por exemplo, o acesso às mídias. A reinclusão ou a falsa inserção social não só é produzida em relações precárias e marginais, como produz também uma reinclusão ideológica no imaginário da sociedade de consumo. (MARTINS, 2007).

O favelado, que mora no barraco apertado da favela imunda, com o simples apertar de um botão da televisão, pode mergulhar no colorido mundo de fantasia e luxo das grandes ficções inventadas pela comunicação de massa,; exatamente como faz, pelo mesmo meio e, provavelmente, no mesmo horário e canal, o milionário que vive nos bairros ricos das grandes cidades. A nova desigualdade separa materialmente, mas unifica ideologicamente. No entanto, a nova desigualdade se caracteriza basicamente por criar uma sociedade

dupla, como se fossem dois mundos que se excluem reciprocamente, embora parecidos na forma: em ambos podem ser encontradas as mesmas coisas, aparentemente as mesmas mercadorias, as mesmas idéias individualistas, a mesma competição. Mas, as oportunidades são completamente desiguais (MARTINS, p.22).

Para José de Souza Martins, estamos em face de uma nova mentalidade, a do moderno colonizado, mas que se sente suficientemente feliz por poder imitar os ricos e poderosos, pensando que nisso está a igualdade. Ele se torna, assim, um poderoso agente da falsamente nova sociedade: a sociedade da imitação, do falso novo, da reprodutibilidade e da vulgarização, no lugar da invenção, da criação e da revolução. Essa recolonização da sociedade tem como principal característica a perda da capacidade de criar, de cultivar a inteligência crítica (MARTINS, 2007).

O sociólogo salienta o falso problema da exclusão, ao desvelar o problema da inclusão marginal no sistema. O que se chama de exclusão nada é mais do que o modo e os problemas de uma inclusão precária e instável, marginal. O conceito de exclusão é, para esse autor, “inconceitual”, impróprio, uma vez que distorce o próprio problema que pretende explicar.

A palavra exclusão indica uma dificuldade, mais que uma certeza - revela uma incerteza no conhecimento que se pode ter a respeito daquilo que constitui o objeto da nossa preocupação - a preocupação com os pobres, os marginalizados, os excluídos, os que estão procurando identidade e um lugar aceitável na sociedade. Portanto, a palavra exclusão nos fala, possivelmente, de um lado, da necessidade prática de uma compreensão nova daquilo que, não faz muito, todos chamávamos de pobreza. Assim, é um erro admitir que existe exclusão. Certamente, um sério erro de interpretação, que todos podemos cometer, é o de trabalhar a possivelmente “nova” cara da pobreza, utilizando uma dicotomia interpretativa: existe exclusão e a exclusão é produto do “projeto” neoliberal (como se fosse possível, numa economia capitalista que tem como lógica a expansão e o crescimento, expandir-se e crescer sem mercado, sem compradores, sem incluídos, somente com incluídos. No caso brasileiro não é neoliberal. O capitalismo na verdade desenraiza e brutaliza a todos, exclui a todos. Na sociedade capitalista, essa é uma regra estruturante: todos nós, em vários momentos de nossa vida, e de diferentes modos, dolorosos ou não, fomos desenraizados e excluídos e incluídos. É próprio dessa lógica de exclusão a inclusão. A sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir, incluir de outro modo (MARTINS, 2007, p. 28).

Na integração, há uma deformação no plano moral; sendo que a transferência de responsabilidade registra uma sociedade neoliberal, onde a sociedade civil é projetada a solucionar os seus próprios problemas, isentando assim, o sistema. Martins ressalta a

complexidade que envolve o termo exclusão, considerando a sua origem múltipla, de esferas inter-relacionadas.

Essas pessoas, designadas como excluídas, estão desvinculadas no sentido material e afetivo e marginalizadas no nível simbólico. Enfim, a exclusão social se caracteriza não só pela privação material, mas principalmente, porque essa mesma privação material ‘desqualifica’ seu portador, no sentido de que lhe destitui a qualidade de cidadão, de brasileiro (nacional), de sujeito e de ser humano, de portador de desejos, vontades e interesses legítimos que o identificam e diferenciam (MARTINS, 2007).

Luciano Oliveira (1997) fala que, desde os clássicos, os autores previram que o modelo de “uma industrialização baseada em um mercado urbano restringido”, intensificaria, o “padrão de sistema social excludente que caracteriza o capitalismo nas economias periféricas” (p. 53). Nesse sentido, o autor recomenda que o termo ‘excluídos’ seja reservado para aqueles grupos que primeiro assim o foram designados, o que, no Brasil, compreende, conforme o autor:

os moradores e meninos de rua, os desempregados das favelas e periferias, muitos convertidos em “flanelinhas” e mesmo em delinquentes, os catadores de lixo etc. mais do que simplesmente pobres, eles estão mais próximos do que normalmente designamos miseráveis. Em termos mais analíticos, qual seria a sua especificidade? Como primeiro elemento desponta na sua constituição é o fato de serem pessoas sem inserção no mundo normal do trabalho, ou seja, um termo de “desafiliação”. No Brasil, a constituição de um mundo do trabalho nos moldes clássicos sempre conviveu com uma massa importante de mão-de-obra desqualificada, trabalhando no chamado setor informal, o critério do emprego na sua forma clássica continuaria bastante problemático. Utilizá-lo implicaria dizer que a exclusão é um fenômeno permanente na nossa história (OLIVEIRA, 1997, p.49-60).

Segundo Pedrinho Guareschi (1996), para “compreender com mais clareza e profundidade a importância da exclusão nos dias de hoje, é necessário ampliar nossa visão de mundo e identificar certos determinantes históricos que se fazem presentes” (p.141). Ser humano, para ele, é um ser que se constitui sobre “relação” e essa constituição é a prática de relações com outros seres humanos. Assim, o que faz um grupo ser um grupo são as relações estabelecidas. Nesse mesmo processo, o que modifica um grupo não é a mudança de seus membros, mas a sua atitude dentro do grupo.

Conforme esse autor, a competitividade gera desigualdade, sendo que:

a argumentação central é a de que finalmente, o mercado foi dotado de liberdade. A palavra chave, palavra de ordem, santa e sagrada, agora é competitividade. A competitividade é o “amai-vos uns aos outros” do novo evangelho. Mas esquece-se que a competitividade só é possível se houver diferenças e exclusões. Falando com mais clareza: a competitividade exige a exclusão (p.145).

Nesse sentido, diante da competitividade, a estratégia da “culpabilização” é conferida exclusivamente a pessoas particulares, renunciando, em absoluto, causalidades históricas e sociais. Isso motiva uma individualização do social e um endeusamento do individual, ou seja, o fator competição desmobiliza os seres para qualquer tipo de movimento em grupo. Para Guareschi, foi a modernidade que nos confinou numa ética individualista, uma microética que nos impede de pedir, ou sequer pensar, responsabilidades globais, como é o caso da exclusão de milhões. Os discursos são sempre os mesmos: o problema todo da sociedade são os outros, e nunca o ser na sua individualidade. Pedrinho Guareschi toma de empréstimo, de Boaventura Santos, a expressão ‘exclusão de saberes’, na qual, no decorrer das civilizações, foram descartados conhecimentos de outras civilizações, assim havendo uma espécie de genocídio dos saberes e de seres.

há muitas formas de conhecimento, tantas quantas as práticas sociais que as geram e a sustentam [...] Não reconhecer estas formas de conhecimento (conhecimento alternativo, gerado por práticas sociais alternativas) implica deslegitimar as práticas sociais que as sustentam e, nesse sentido, promover a exclusão social [...] o genocídio que pontuou tantas vezes a expansão europeia foi também um epistemicídio: eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho, porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos. O epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio, porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam constituir uma ameaça à expansão capitalista (SANTOS apud GUARESCHI, 1996, p.154).

No processo de legitimação da exclusão, é necessário encontrar uma vítima expiatória sobre quem descarregar o pecado de marginalização, ou quase genocídio de milhões, e essa vítima é o próprio excluído. O culpado, nessa perspectiva, não é um sistema, baseado em relações excludentes, que faz milhões de pobres e não existe, dentro da ideologia liberal, espaço para o social. Por isso o ser humano é definido como um indivíduo, alguém que é um, mas não tem nada a ver com os outros, sendo que só esse um poderá sair de uma situação de miserabilidade para uma situação de sucesso, status de ser um vencedor, ou um consumidor bem sucedido.

Simon Schwartzman (2004), ao analisar as causas da pobreza, aponta que o paradoxo da desigualdade encontra-se na maneira que especialistas e opinião pública tratam o problema das iniquidades sociais e de redistribuição dos recursos existentes no Brasil. Especialistas propõem uma redistribuição de rendas e benefícios enquanto a opinião pública e os políticos não consideram isso como um problema central. Uma coisa é certa, somente redistribuição de renda não satisfaz o problema, visto que as causas são manifestadas bem mais que um simples valor monetário.

Desse modo, essa distorção de fatos e ideais seria decorrente da própria constituição da sociedade brasileira, a qual faz parte de um “capitalismo defeituoso”, que seria fruto de um passado não virtuoso que, portanto, não resultaria numa sociedade virtuosa. Para o autor, as distorções, os conflitos internos de uma sociedade de senhores e escravos, letrados e iletrados, são fatos de um Brasil defeituoso.

Sendo assim, a questão do paternalismo não corrige os defeitos, mas segue como sendo a única alternativa de atendimento às necessidades sociais. Essa prática se evidencia, sobretudo, nos meios de comunicação de massa, através do apelo à distribuição de cestas de alimentos, às campanhas de cobertores, a outros bens no Natal e ao trabalho voluntário, etc. Portanto, o virtuoso assistencialista faz parte dessa dinâmica, contribuindo para a passividade social, para a continuação de seres reféns de uma situação, fruto de um capitalismo defeituoso e combinado (SCHWARTZMAN, 2004, p. 27).

O teórico em questão refere-se à pobreza e exclusão salientando que qualquer análise que se faça da sociedade brasileira atual mostra que, ao lado de uma economia moderna, existem milhões de pessoas excluídas de seus benefícios, assim como dos serviços proporcionados pelo governo. Para o autor, “pobreza e desigualdade não são frutos de uma dualidade que existiria entre diferentes segmentos da sociedade, como alguns autores do passado chegaram a propor: o país é hoje totalmente integrado pela língua, pelas comunicações de massa, pelos transportes e pelo mercado” (p. 30).

Conforme o autor, os altos níveis de pobreza e exclusão são causados por uma combinação de heranças, condições e escolhas de natureza econômicas, políticas e culturais. Na sua interpretação, “seria ingênuo supor que a pobreza e a desigualdade poderiam ser eliminadas pela simples “vontade política” ou pela redistribuição de recursos dos ricos para os pobres” (p. 32). Assim, Schwartzman é adepto da opinião que relaciona as desigualdades de renda às diferenças em educação no país.

O conceito de “exclusão social”, como tantos outros nas ciências sociais carece de definição [...] optam por exclusão como conceito que ajudaria a ir além da radiografia propiciada pelos diagnósticos de pobreza que, por longo tempo, constituíram o cânone. Mas ainda o conceito traz implícita a problemática da desigualdade; já que os excluídos só o são pelo fato de estarem privados de algo que outros (os incluídos) usufruem. Por que o termo exclusão preenche essa função? Porque ele alude a não efetivação da cidadania, ao fato de que, apesar da legislação social e do esforço das políticas sociais, uma grande massa de indivíduos não logra pertencer efetivamente a uma comunidade política e social. [...] o conceito de exclusão é, portanto, inseparável de cidadania, que se refere aos direitos que as pessoas têm de participar da sociedade e usufruir certos benefícios considerados essenciais (SCHWARTZMAN, 2004, p.36).

Assim, os termos exclusão e pobreza tornam-se mascarados, pois a situação se refere à falta de acesso e às condições precárias, que constituem uma falta de cidadania. Desse modo, o conceito é fonte de legitimação de uma opressão e, se realmente for feita uma averiguação dos processos de constituição de uma sociedade, ele será fator denunciante do sistema. Por isso ele é visto como um momento e não um processo.

Jean-Jacques Rousseau (1984), no discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens, explica que o homem natural é perfectível, mas não se transformaria se as “circunstâncias” não mudassem. Ele não tem em si um princípio interno de transformação. As grandes etapas da evolução do homem, que a fez sair do estado de natureza, segundo Rousseau, e passar para o estado social, foi circunstâncias externas. Conseqüentemente, o aparecimento da desigualdade é a seqüência de transformações na sua natureza e no seu meio, sujeito à história. A descoberta da metalurgia e o desenvolvimento da agricultura, com a divisão de trabalho, estão, segundo o autor, na origem da propriedade e da desigualdade.

Rousseau questiona sobre a igualdade que a natureza estabeleceu entre os homens e a desigualdade instituída por eles. Questiona também a origem dessa desigualdade, com o homem conhecendo a si mesmo e ressalta a crueldade que é a sucessão de progressos da espécie humana e, conseqüentemente, a privação de um autoconhecimento do próprio homem, ao promover um afastamento primitivo, natural (p.41).

Na reflexão acerca da desigualdade entre os homens, Rousseau concebe dois tipos de desigualdade: uma, que ele chama de natural ou física, estabelecida pela natureza, que compreende as diferenças de idade, saúde, das forças do corpo e das

qualidades do espírito ou da alma; e outra, a moral, ou a política, que depende de convenção, estabelecida pelo consentimento dos homens, entre homens.

Para Rousseau, o que difere o homem dos outros animais é a sua capacidade, a sua faculdade de aperfeiçoamento e é essa aptidão que nos segue atormentando e causa a desgraça do ser humano.

O primeiro que, tendo cercado um terreno arriscou-se a dizer: “isso é meu”, e encontrou pessoas bastante simples para acreditar nele, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, mortes, misérias e horrores não teriam poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou tapando os buracos, tivesse gritado a seus semelhantes: fugi às palavras desse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos pertencem a todos, e que a terra não é de ninguém. Entretanto parece que as coisas já haviam chegado ao ponto de não mais poder continuar como estavam; pois essa idéia de propriedade, dependendo de muitas idéias anteriores que não puderam nascer senão sucessivamente, não se formaram repentinamente no espírito humano (ROUSSEAU, 1981, p.84).

Jean Jacques Rousseau ressalta que uma das causas da desigualdade entre os homens está no momento em que o homem necessita do auxílio de outro, o uso do outro para benefício próprio. Desse modo, a igualdade desapareceu e as necessidades surgiram. Foi introduzido o trabalho com necessidade de excedente, logo, surgiu a escravidão e a miséria.

Para esse autor, o povo, na sua dependência, na sua incapacidade de mudança de atitude, acaba consentindo e aceitando sua servidão como normal, para fortalecimento de sua tranqüilidade. Em outras palavras, o homem civilizado se submete sem lamentar e prefere a mais tempestuosa liberdade a sua sujeição tranqüila. Para Rousseau, o direito de propriedade e a lei formam um primeiro marco da desigualdade entre os homens. Em segunda ordem, está a magistratura, o saber e, em terceira, seria a transformação do poder absoluto e legítimo em poder arbitrário. Mecanismos de diferenciação foram se manifestando: o rico e o pobre, o senhor e o escravo e, por fim, a diferenciação nos moldes atuais, de governo e suas legitimações, as disparidades e estratificações dentro de uma nação.

Para Luis Estenssoro (2003) a associação do capitalismo, essa estrutura imperial planetária, com as elites locais criou uma dupla desigualdade para a população da América Latina. A primeira consiste na desigualdade entre as nações ricas e as nações pobres e a segunda é a desigualdade interna, que chega a ser maior que em outros continentes. A pobreza e a desigualdade, não sendo exclusivas do capitalismo,

persistem e crescem nesse modo de produção hegemônico no planeta, devido a dois processos: a super exploração dos trabalhadores por crescente de mais-valia e a hegemonia financeira na economia mundial internacionalizada, em que ambos os processos têm se intensificado cada vez mais.

Estenssoro sustenta que a desigualdade é um comportamento estrutural do sistema, devido a processos conhecidos de exploração e dominação. Essa desigualdade inviabiliza que a pobreza seja erradicada, por meio apenas de políticas focalizadas e administradas por um bloco do poder de classes sociais, interessados apenas em consolidar o modelo econômico neoliberal nas formações latino- americanas. Para ele, cidadania e democracia devem existir conjuntamente, como um mínimo necessário para a erradicação da pobreza e a diminuição da desigualdade, tendo que nos deslocar de um campo essencialmente político para um campo onde estão as causa dos processos econômicos. Portanto, a lógica dos processos de exclusão deve ser vista sob o exame do capitalismo na sua história,

enquanto modo de produção e modelo de gestão econômica que dominou os últimos séculos da humanidade. Ou seja, as características como a racionalidade, a acumulação de riquezas, a separação das relações econômicas das sociais, a propriedade privada, o trabalho formal livre, a rede de mercados, manufatura e o extenso sistema monetário são próprios de uma era que reproduz a pobreza que sempre existiu e até incrementa. Nos últimos tempos a pobreza tem crescido por meio de políticas de desregulamentação das economias domésticas, aderência a estabilidade econômica, integração econômica global, privatizações e flexibilização do mercado de trabalho, isto é, políticas de ajuste estrutural que se contrapõe ao sistema de Estado do Bem Estar Social (ESTENSSORO, 2003, p.216).

Na percepção de Milton Santos, favela e circuito inferior possuem uma dimensão histórica, de condições que atribuem valores ao lugar. Uma análise dicotômica em relação ao centro e à periferia, à favela e ao centro é uma forma de considerar de maneira parcial e de aferir uma condição de dualidade. Segundo ele, o que difere centro de periferia é a forma que cada indivíduo encontra- se inserido em um dos dois circuitos: inferior ou superior. Este é o fator diferencial ao acesso à renda, que fornecerá o acesso aos bens produzido nos circuitos. Ao contrário, pensamos que o estudo da pobreza urbana que opõe a favela ou o cortiço ao centro da cidade, sendo este último representativo de uma economia próspera, constitui um grave desvio em relação à realidade. Portanto, na favela não existe somente pobres, existem seres que usufruem

desta condição que lhes proporcionam uma realidade diferente (acesso ao circuito superior). Os circuitos independem do fato de ser da periferia, do gueto ou do cortiço.

Favelas e cortiços constituem nos países subdesenvolvidos, uma realidade multiforme e mutável, de acordo com cada país e cada cidade. No interior de uma mesma cidade, podem-se encontrar tipos diferentes de cortiços, em função de sua localização, sua aparência, a proveniência e a atividade de sua população, a distribuição das rendas individuais e familiares. Com efeito, a favela não reúne todos os pobres da cidade, e nem todos que nela vivem podem ser definidos segundo os mesmos critérios de pobreza. Uma favela pode tanto compreender biscateiros, que vivem de rendas ocasionais, com assalariados de serviços e das indústrias e pequenos empresários. Seria muito apressado pretender que a explicação se encontra exclusivamente na posição dos indivíduos na escala das rendas muitos outros fatores devem ser considerados, e, em nosso modo de ver, o mais importante consiste, sem dúvida alguma, nos modos de integração e de inserção encontradas pelas camadas pobres de uma cidade diante das condições impostas pela modernização tecnológica. A atração exercida pelos tipos de consumo modernos oferece aos indivíduos bem pouca escolha entre os bens e serviços que consumirá. Portanto, não há oposição entre favela e centro, mas oposição entre circuito inferior e superior. Enquanto certos habitantes das favelas em parte escapam do primeiro circuito, outros que não residem nela, pelo contrário, estão completamente ligados a ele. Por conseguinte, toda abordagem que não leve em conta esta realidade está cheia de armadilhas e perigos (SANTOS, 2007, p.76).

A própria estrutura organizacional da sociedade provoca desigualdades de oportunidades entre os cidadãos. Nos mais diferentes domínios, como a educação, a saúde, as comunicações, os transportes e a energia elétrica, o progresso e a difusão devem-se essencialmente à intervenção do poder público. Essa repartição de recursos tem repercussões sobre a organização do espaço, que é organizado com o déficit dos lugares, criando espaços visíveis de falta de acesso e precariedades, mas não de fora dos circuitos: superior e inferior. Milton Santos salienta que podemos dizer que os circuitos independem do Estado e sim de uma dinâmica de mercado.

Nesse cenário, estar distante é sinônimo de ser prejudicado, nos países subdesenvolvidos, estar distante é ainda pior, é se condenar a ser pobre. O termo distância deve ser tomado numa acepção socioeconômica que caracteriza a situação geográfica das periferias; não é uma questão de distância física, mas é uma questão de acessibilidade:

A palavra periferia pode ser utilizada em diferentes ocupações. Em termos geográficos, a periferia não será definida pela dinâmica física entre um pólo e as zonas tributárias, mas antes em termos de

acessibilidades. Esta depende essencialmente da existência de vias e meios de transportes e da possibilidade efetiva da sua utilização pelos indivíduos com o objetivo de satisfazer necessidades reais ou sentidas como tais. Mas a incapacidade de acesso aos bens e serviços é, em si mesma, um dado suficiente para refletir o indivíduo, e também a firma, a uma situação periférica (SANTOS, p.290).

Alexandre Souza Rocha (2006), em sua tese, afirma que o processo político de produção da pobreza parte da constatação de que não se combate a pobreza, mas visualizam-se os pobres como objeto de inúmeras estratégias. Para o autor, a favela é uma das formas mais visíveis das desigualdades do processo de produção da pobreza e, portanto, é extremamente atraente para aqueles que procuram por necessitados (inclusive economicamente). As periferias são o resultado do poder e os periféricos estão à mercê e, conseqüentemente, a serviço da ação do poder. Se existe um lugar privilegiado é a periferia, pois ela é objeto dos cuidados do Estado, da Igreja e do narcotráfico. Para o autor, existe dentro das periferias uma territorialização formal e uma reterritorialização não formal. Os ambientes de autoconstrução podem ser interpretados como a demonstração real da limitação do Estado, na organização da sociedade (ROCHA, 2006). Assim, este capítulo contempla processos que numa causa e efeito, definem a forma que cada classe irá definir o seu lugar, de acordo com o seu nicho social. A causa e efeito foram postas pelos condicionamentos internos e externos que definem o social e o indivíduo sob condições que foram manifestadas através de movimentos excludentes e inclusivos, e que juntos tornarão a imagem de cada grupo social dentro das cidades e nos quais cada um será a manifestação de um movimento regressivo- progressivo e manifesto de usuários do espaço.

CAPÍTULO III

Ilusão moderna de pertencimento

O respectivo capítulo resgata os processos que promovem a ilusão moderna de pertencimento, com fatos e conseqüências na modernidade. O caráter moderno-colonial do sistema mundo¹. Este capítulo consiste numa reflexão sobre os grandes desafios contemporâneos que vivemos na cidade, o que contempla a ilusão de inclusão que a globalização promove, juntamente com mecanismos de mascaramento e legitimação de realidades. Em vista disso, o capítulo recupera as origens de formação da sociedade latino-americana, com vistas a explicar os processos de exclusão atuais, que são fatores que contribuem para as condições de distribuição das sociedades no espaço. Para isso, serão vistas leituras que contemplam e sustentam o objetivo de problematizar a dialética exclusão/inclusão.

Portanto, o que é buscado nesse capítulo são argumentos que constituíram processos de estruturação do sistema aqui elencado, sistema mundo. Todo processo que hoje atinge nossos olhos caracteriza-se como sendo espaços geográficos: velho mundo, novo mundo, novíssimo mundo, sistema mundo, são formas e sentidos criados por nós. Os sistemas são complexos e identificam os lugares conforme normas, qualificações e quantificações. Cada período é caracterizado pela existência de um conjunto coerente de elementos de ordem econômica social, política e moral, que constituem um verdadeiro sistema, sendo que as indústrias modernas comandam as modernizações atuais.

A deficiência de políticas públicas voltadas para as camadas populares gera miséria, marginalização e opressão, que podem ser comprovadas nas condições de vida das vilas, periferias e favelas, onde vive grande parte da população do Brasil. Nesse contexto de crise, tanto social, ambiental e ética, este capítulo se justifica na medida em que busca compreender e oferecer hipóteses do por que da discriminação existente nesses lugares.

¹ Carlos Walter Porto Gonçalves (2006), “Immanuel Wallerstein e Anibal Quijano, chamaram de sistema-mundo ao padrão de poder que passou a governar o mundo após 1492, com a descoberta da América” (p.23-24). Para Gonçalves, é fundamental a recuperação desse conceito, uma vez que traz importantes esclarecimentos para o que se vive hoje.



FIGURA 09

Fonte: Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini
O mascaramento da realidade organizada

O Brasil nasceu marcado pela dicotomia senhor x escravo e a sociedade brasileira se constituiu nessa dinâmica. O reflexo dessa estrutura é visto, atualmente, na disparidade social, em que a concentração de renda é um dos problemas mais graves. Assim, temos um país que, ao mesmo tempo em que é um lugar da multi-cultura, historicamente é também preconceituoso e mal tratante com seus habitantes.

O Brasil da "sociedade cordial" parece de um planejamento real para sua população, obedece a uma dinâmica externa, privilegiando uma minoria de seu povo. Todos estão inseridos na sociedade de consumo, mas poucos são os que usufruem dos meios técnico, científico e informacional. Somos uma nação que obedece a ciclos econômicos: Pau-Brasil, ouro, café, soja, e desertos verdes, sendo escassa a preocupação real com a educação e o fortalecimento de todas as conjunturas para um país sério.

A cidade brasileira, ao longo dos tempos, transformou-se e perpassou diferentes fases: política, comercial e industrial, as quais estão imbricadas uma na outra e formam sua dinâmica. Pode-se referenciar a concentração dentro do espaço urbano, ou mais precisamente dentro da cidade, local onde há planejamento e gestão (a cargo dos dominantes), os quais sobrevivem através de uma transformação contínua, entre os mais diferentes agentes, que envolvem o poder público, o poder privado e o cidadão.

Todos esses interagem numa dinâmica de uso, que envolve consumidores e usuários no espaço. Nesse mundo das trocas, há um mascaramento da realidade. A cidade constitui o lugar onde as diferenças são articuladas, planejadas e treinadas para o mundo do consumo.

No âmbito deste trabalho, o espaço urbano é concebido como o cenário concreto das ações de todos os cidadãos, que nele constroem e transformam. Utiliza-se, nessa dissertação, o recurso da geografia humanística (TUAN, 1995) para debater esse espaço, onde o homem atrofia-se na incompetência de gerenciamento de sua sobrevivência no mundo do trabalho, apesar de ser preciso no consumo dirigido. Esse é o foco das ansiedades dessa dissertação: refletir sobre os fenômenos geográficos com o propósito de alcançar melhor o entendimento do homem e de sua condição.

Diante de inúmeras contradições, com as quais nos defrontamos, é imprescindível que achemos uma causa primordial para este momento histórico. Os homens criam os meios e as formas de sua existência social (religião, economia, política e cultura) e é através da condição humana, com ênfase no trabalho, que se cria um mundo artificial, a “mundanidade” (MORIN, 1998), ou uma "Sociedade do Espetáculo" de acordo com Debord (2006), na qual o homem, na sua evolução biológica e intelectual, transforma o mundo e o sustenta.

A história do homem sobre a Terra é a história de uma ruptura progressiva entre os homens e o entorno. Na sua racionalidade, o homem torna-se fator geológico, geomorfológico, climático e principalmente juiz de vidas. O mundo será justificado pelas instituições, que são as mais puras manifestações do homem no espaço, o qual é contraditório. Entre as instituições encontram-se o Estado, a religião, a justiça e a ciência, as quais, de alguma forma, coordenam e manipulam o entorno humano.

O espaço manifesta-se como fonte do indivíduo, palco da administração de poucos; ele passa a ser reflexo do todo, embutido em verdades universais, ou seja, nas metáforas universais. Aquilo que é hoje, certamente, não será amanhã e surgirá, através de uma nova roupagem de verdades, um novo espaço, que é manifestado na ideologia de cada grupo, seja dominante ou dominado. Assim, esse espetáculo é concretizado através das diferenças e diante de conflitos de ambas as partes.

O ser humano nasce e não tem a oportunidade de escolher onde morar e com quem morar e, sendo assim, ninguém escolhe ser pobre ou ser rico. Essa diferenciação ocorre na formação do espaço humano. O mundo é criado por relações "mercado-filas", e a essência humana é concretizada pela desumanização de alguns indivíduos através da

inversão de valores e desta relação estética: o homem deixa de ser protagonista, para ser coadjuvante das mercadorias, ou seja, ocorre um processo de "coisificação do ser humano".

O bairro, a periferia e a favela de uma cidade são lugares onde a "falta" é constante. Esses são espaços planejados, não no sentido das coisas boas, mas num sentido de exclusão, na razão do "ter" e não do "ser". Assim, em todos os lugares do universo, percebe-se uma infinita diversidade, que determina os sítios, através de interesses, de ideologias, que não abrangem todos, mas uma parte do todo.

Cabe aqui ressaltar esta diferença de indivíduo a indivíduo, de classe a classe, na qual o conflito no espaço geográfico é concretizado numa forma desarmônica. Há sempre um jogo de interesse de uns sobre os outros e, nesse palco, os que governam procuram permanecer como chefes, enquanto os que os servem fazem esforços para reconquistar a liberdade. Num caso mais extremo, os oprimidos se submetem, tendo esgotado sua força de resistência: morrem lentamente, ou ficam a espera de uma ajuda externa, de uma revolução, que mude totalmente a condição de suas vidas. Entretanto, Elisé Reclus (1985) afirma que qualquer evolução na existência dos povos só pode ser criada pelo esforço individual.

Desse modo, está no indivíduo toda causa e conseqüência desse desequilíbrio. O equilíbrio das sociedades só é instável por causa do distúrbio imposto aos indivíduos, sendo que essa desarmonia passa despercebida. Diante disso e das circunstâncias que presenciamos no cotidiano das cidades, percebe-se o cenário no qual o homem construiu e constrói, ou seja, é onde encontramos "a sociedade do espetáculo".

Essa sociedade, por sua vez, cria hierarquias e divisões das quais o homem participa, ou condiciona-se. Todo o seu pensar torna-se evolução, competição e seleção. Criam-se, assim, desigualdades e, em cada batalha, acentuam-se as diferenças dos condicionamentos intelectuais, em que cada classe possui o seu grau de satisfação intelectual e sua carga de conhecimentos é reduzida diante de cada ordem social. A informação e o acesso serão obtidos através do mercado, que selecionará quem tem as melhores condições de inserção, do dito mercado de trabalho. A vida torna-se um mero consumo, sob diferentes patamares de consumo diário. O acesso à informação, nesse viés, será um dos obstáculos para a inclusão social.

Com isso, entende-se o porquê de o dito popular que diz "quem quer consegue" tornar-se uma utopia, pois há os condicionantes (formas de acesso ao mercado, consumo) para cada classe e os mesmos se transformam à medida que o capitalismo

evolui. Há uma construção de seres consumidores, o que torna o ser humano prisioneiro do intelecto (consumista), com o grau de satisfação intelectual ditado pelo mercado. Quanto mais na base da pirâmide social, maiores serão os empecilhos e as dificuldades de acesso às informações. Desse modo, as periferias terão seu papel basicamente no mercado da informalidade e nas profissões subalternas, reflexo de todos os problemas criados na trajetória da sua evolução. Surgem os buracos negros, manchas de descaso e opressão, marginalização de homens excluídos por homens. Isso é o sistema, fruto do pensamento humano (CASTELLS, 1999).

A condição humana compreende algo mais que as condições nas quais a vida foi dada ao homem (HARENDT, 1993). O mundo no qual transcorre a vida ativa consiste em coisas produzidas pelas atividades humanas. Essa condição humana está restritamente relacionada ao seu desenvolvimento natural na Terra. As ações humanas, que concretamente são o seu pensar, naturalmente viram condição de vida. As transformações e as tecnologias são frutos do pensamento humano (Pinto, 1969). O homem, na conjuntura do seu pensamento, estabelece entre si as divisões de classes sociais que são a hierarquia dentro do sistema atual, “o capitalismo”.

A evolução das civilizações deu-se através de inúmeras fusões e difusões (pensamentos e ferramentas), que muitos afirmam ter tido início no modo primitivo tribal e que hoje se encontra no estágio de sociedade do consumo. Isso acontece em diferentes níveis e escalas, pois encontramos ainda resquícios de modos primitivos no globo. Esse paradigma do consumo, que pressiona o diferente a aderir a esse modo de vida, tem como meta a acumulação de bens capitais, onde trocas de serviços são feitas. O seu sangue é o consumo e seu hospedeiro é a sociedade e, para seguir seu triunfo, devem existir as diferenças sócio-espaciais e as transformações da racionalidade contínua.

Um dos grandes problemas desse sistema é a seleção, onde a competitividade realça as batalhas cotidianas e, propondo hierarquias dentro das populações e das nações, causa uma desigualdade de lugares e indivíduos. A desigualdade é local, regional, nacional e global, criando o primeiro, segundo, terceiro e quarto mundo (CASTELLS, 1999).

Esse cenário é explicado pela origem da explosão demográfica, que surgiu com a revolução industrial, e, seguindo-se os tempos, a máquina do sistema foi proporcionando acúmulos para poucos e miséria para muitos. Vivemos uma realidade

metafórica, uma relação de apropriação, preconceito e dominação, não sabendo respeitar o outro e nem exercendo uma cidadania justa e planetária.

Com o intuito de exemplificar a explanação acima, far-se-á uma reflexão, junto ao que Milton Santos (1999) denominou de meio técnico, científico e informacional, relacionando seu estudo à realidade da família brasileira. Essa, por sua vez, originou-se com a vinda dos povos europeus, africanos e índios (aqui já constituídos) e que, numa nova dinâmica global, e ergueram de forma diferenciada o território brasileiro, ou seja, o sistema mundo moderno.

A estrutura de classes concretizou-se deste modo: senhores e escravos, patrões e empregados, possuidores e despossuídos, em que o meio técnico científico e informacional não ocorre de forma homogênea. É assim que a dialética humana manifesta-se no espaço: ela é a maneira de pensar, elaborada em função da necessidade de reconhecer a constante emergência do novo, na realidade humana. A humanidade deixa sua marca, transcendendo a barreira temporal: a oralidade e a escrita transcrevem o passar dos tempos. O mundo é uma eterna simbiose, uma eterna difusão de idéias, um eterno sincretismo. No estudo sobre a formação da população brasileira, devem-se conhecer todas as partes, com todos os membros constituídos.

Cada parte constitui uma característica diferente, cada membro age de forma diferente, mas todos dentro de uma mesma dinâmica que é a população brasileira, em que todos são agentes da história do território brasileiro. Nesse sentido, é preciso retomar as causas primordiais desse cenário com a finalidade de conhecer a verdadeira dimensão da constituição do povo brasileiro

Assim, o espaço é privilegiado conforme a sua carga de informação. A lei no papel transforma todos os seres iguais, mas, na realidade, o cotidiano dita as regras, as diretrizes, apontando quem pode e quem não pode destacar-se na sociedade do espetáculo.

O espaço geográfico é dominado por poucos e habitado por muitos, embora sejam muitas as relações dentro do mesmo. A manifestação do homem no espaço, no lugar, no território é concretizada também através da cultura (bens de produção e consumo), que fornece mecanismos para a diferenciação de cada ser humano ou de grupos. Essas diferenciações culturais ocorrem principalmente nas sociedades de escrita, onde o intelectual será um fator predominantemente de diferenciação e dominação do próprio ser humano.

Para analisar todo processo, deve-se saber que, o que hoje se caracteriza como sendo espaços geográficos (velho mundo, novo mundo, novíssimo mundo) são formas e sentidos criados por nós. Esses complexos sistemas identificam os lugares conforme normas, qualificações e quantificações. O mundo constantemente transforma-se, conjuntamente constrói e re-constrói suas relações em sistemas e circuitos que comandam o eixo das transformações.

O lugar – não importa sua dimensão – é, espontaneamente, a sede da resistência, às vezes involuntária, da sociedade civil, mas é possível elevar esse movimento a desígnios mais amplos e escalas mais altas. Para isso é indispensável insistir na necessidade de um conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico do território, interrogando-o a propósito de sua própria constituição no momento histórico atual. O território é a arena da oposição entre o mercado – que o singulariza – com as técnicas da produção, a organização da produção, à geografia da produção e a sociedade civil – que generaliza – e desse modo envolve sem distinção, todas as pessoas. Com a presente democracia de mercado, o território é suporte de redes que transportam as verticalidades, isto é, regras e normas egoísticas e utilitárias (do ponto de vista dos atores hegemônicos), enquanto as horizontalidades levam em conta a totalidade dos atores e das ações (SANTOS, 1999, p. 206-207).

Sendo assim, de 1970 para cá, passamos a viver um novo período histórico, ao qual Milton Santos (1996) chamou de “período técnico- científico e informacional” que integra a totalidade da sociedade. Carlos Walter Porto Gonçalves (2005) fala sobre a falsa neutralidade do termo globalização, característico da contemporaneidade. Além disso, para esse autor, a idéia de um mundo integrado, que superasse as limitações locais, sempre acompanhou o humanismo europeu, sobretudo após o renascimento e a instauração do sistema-mundo moderno-colonial.

Vivemos uma corrida tecnológica no (do) espaço, cujo marketing é o poder da imagem. Globalização, mundialização, planetarização são palavras que cada vez mais, começam a construir uma nova comunidade de destino, em que a vida de cada um já não se acharia mais ligadas ao lugar ou país onde se nasceu [...] não nos deve escapar que essa recusa da escala local e a idealização da escala global diz muito de quem são os protagonistas que fazem essa valorização/desvalorização [...] a sobrevalorização da escala global atinge seu auge por meio da afirmação daqueles que se valem dessa escala global: as grandes corporações transnacionais, as organizações multilaterais- o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comercio, as organizações (que) não (querem) governos nacionais (ONGs?). [...] assim globalização não é um termo neutro (GONÇALVES, p.12).

Segundo Aníbal Quijano (2000), a globalização é a fase final do processo que culminou com a constituição da América e do capitalismo colonial moderno e eurocentrado, visto como novo padrão mundial. A América constitui-se, a seu ver, como o primeiro espaço-tempo de um padrão de vocação mundial. Assim, formou-se a primeira identidade da modernidade, conseqüentemente, como fator de dominação por parte dos colonizadores. Para Quijano, foram nessas bases que a população da América foi constituída. Nada foi por acaso, mas sim no sentido de se estabelecerem fatores necessários para as práticas de domínio e conquista. Por outro lado, ocorreu a articulação das formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial.

Quanto à questão de raça, Aníbal Quijano diz que a América tem em comum três elementos centrais que afetam a vida cotidiana da totalidade da população mundial: a colonialidade do poder, o capitalismo e o eurocentrismo. Assim, na América, foram fundadas novas relações sociais, fundamentadas em novas identidades: índios, negros, mestiços, e outras. Termos como África/negros, América/índios, espanhol, português, e europeu, designavam segundo Aníbal, procedência geográfica, mas passam a adquirir, diante das novas identidades, uma conotação racial.

Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população. Segundo Quijano, a raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial em níveis, lugares e papéis, conforme a estrutura de poder da nova sociedade, o modo básico de classificação social universal da população mundial, o capitalismo: a nova estrutura de controle do trabalho.

No processo de constituição histórica da América, todas as formas de controle e de exploração do trabalho e de controle da produção-apropriação e distribuição de produtos foram articuladas em torno da relação capital-salário (de agora em diante capital) e do mercado mundial. Incluíram-se a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o salário. Em tal contexto, cada uma dessas formas de controle do trabalho não era uma extensão de seus antecedentes históricos. Todas eram histórica e sociologicamente novas. Em primeiro lugar, porque foram deliberadamente estabelecidas e organizadas para produzir mercadorias para o mercado mundial. Em segundo lugar, porque não existiam apenas de maneira simultânea no mesmo espaço/tempo, mas todas e cada uma articuladas com o capital e com o seu mercado, e por esse meio entre si. Configuram assim um novo padrão global de controle do trabalho [...] em terceiro lugar, e como conseqüência, para preencher as novas

funções cada uma delas desenvolveu novos traços e novas configurações histórico-estruturais (QUIJANO, 2000, p.2).

À colonialidade do poder e ao capitalismo mundial, neste instante, é associada uma nova estrutura global de controle do trabalho. A raça é relacionada à natureza de papéis e lugares, sendo a raça dominante - os brancos - os que ditam as regras.

O controle do trabalho no novo padrão de poder mundial constituiu-se, assim, articulando todas as formas históricas de controle do trabalho em torno da relação capital-trabalho assalariado, e desse modo sob o domínio desta. Nas formas de trabalho não remunerado, encontravam-se as raças colonizadas, originalmente índios, negros, e de modo mais complexo, os mestiços, na América e mais tarde as demais raças colonizadas no resto do mundo, oliváceos e amarelos. E, segundo, na adscrição do trabalho pago, assalariado, à raça colonizadora, os brancos. Essa colonialidade do controle do trabalho determinou a distribuição geográfica de cada uma das formas integradas no capitalismo mundial. Em outras palavras, determinou a geografia social do capitalismo (QUIJANO, 2000, p.5).

Como os processos descritos se iniciam com a constituição da América, de um novo padrão de poder mundial e da integração dos povos de todo o mundo nesse processo, de todo um complexo sistema-mundo, é também imprescindível admitir que se trate de um período histórico complexo. Não podemos esquecer que quando os colonizadores chegaram ao novo mundo, esse lugar já era ocupado, por múltiplos povos, com conhecimentos, culturas, linguagens, ou seja, com suas próprias histórias.

A história é muito distinta. No momento em que os ibéricos conquistaram, nomearam e colonizaram a América (cuja região norte ou América do Norte, colonizarão os britânicos um século mais tarde), encontraram um grande número de diferentes povos, cada um com sua própria história, linguagem, descobrimentos e produtos culturais, memória e identidade. São conhecidos os nomes dos mais desenvolvidos e sofisticados deles: astecas, maias, chimus, aimarás, incas, chibichas, etc. trezentos anos mais tarde todos eles reduziram-se a uma única identidade: índios. Esta nova identidade era racial, colonial e negativa. Assim sucedeu com os povos trazidos forçadamente da futura África como escravos: achantes, iorubas, zulus, congos, bacongos, etc. no lapso de trezentos anos, todos eles não eram outra coisa além de negros (QUIJANO, 2000, p.13).

Segundo Aníbal Quijano (2000), o processo de independência dos Estados na América Latina, sem a descolonização da sociedade, não pôde ser e não foi, um processo em direção ao desenvolvimento do Estado-Nação moderno, mas uma rearticulação da colonialidade do poder sobre novas bases institucionais. Os Estados-Nações, na América, foram oficializados sem o consentimento da maioria da população,

nesse caso índios, negros e mestiços. A colonialidade do poder ainda exerce seu domínio, na maior parte da América Latina, contra a democracia e a cidadania.

No decorrer da história da humanidade, vários fatores influenciaram a formação dos povos e sua capacidade de superação e de demonstração de poder e força. Segundo Diamond (2006), foram: do alimento às armas, aos germes e ao aço, as causas imediatas de germes, a alfabetização, a tecnologia e o governo centralizado. Conforme o autor, mecanismos engendrados serviram como questão de diferença e distinção, os quais diferem de sociedade para sociedade. Nesse cenário, a escrita fez parte desses mecanismos:

O saber engendra poder. Por isso a escrita é um instrumento de poder das sociedades modernas, permitindo a transmissão do conhecimento, das terras mais longínquas e dos tempos mais remotos, com muito mais precisão e maior quantidade e detalhes. A escrita era tradicionalmente a mais restrita do ponto de vista geográfico: até a expansão do islã e das colônias européias, ela esteve ausente da Austrália, das ilhas do pacífico, da África subequatorial e do novo mundo inteiro, com exceção de uma parte pequena da mesoamérica. Como resultado dessa distribuição limitada, os povos que se orgulhavam de serem civilizados sempre viram a escrita como a distinção mais nítida que os elevava dos “bárbaros” ou selvagens (DIAMOND, 2006, p. 238).

Jared Diamond não quis dizer que essas sociedades sem escrita estavam totalmente isoladas. Afinal, a África Ocidental recebeu animais domésticos do crescente fértil pelo Saara e mais tarde aceitou a influência islâmica, incluindo a escrita árabe. O milho propagou-se do México para os Andes e mais lentamente do México para o vale do Mississippi. Além disso, os eixos norte-sul e as barreiras ecológicas dentro da África e das Américas retardaram a difusão das culturas agrícolas e das criações de animais. Jared Diamond fala que a história da escrita ilustra os modos semelhantes pelos quais a geografia e a ecologia influenciaram de maneira impressionante, a expansão das invenções humanas (DIAMOND, 2006, p. 244).

A tecnologia: a mãe da necessidade.

A tecnologia, na forma de armas e transporte, proporciona os meios diretos pelos quais certos povos ampliaram seus reinos e conquistaram outros povos. Isso faz dela a causa principal do padrão mais geral da história. Por outro lado, se não há diferenças neurobiológicas entre os seres humanos que sejam responsáveis pelas diferenças continentais no desenvolvimento tecnológico, o que explica? [...] o ponto de partida da nossa discussão é a idéia comum expressa no ditado: “A necessidade é a mãe da invenção.” Ou seja, as invenções supostamente surgem quando uma sociedade tem uma necessidade não atendida. Certa tecnologia é vista como insatisfatória ou limitada

[...] a sociedade adota a solução se ela for compatível com seus valores e com outras tecnologias (DIAMOND, 2006, p. 242).

A tecnologia foi um fator diferenciado, através do qual certos povos conquistaram outros povos. Diamond ressalta que, não havendo diferenças neurobiológicas entre os seres humanos, “a necessidade é a mão da invenção”. A tecnologia passa a ser atrelada ao aspecto econômico, ou seja, ela passa a ter um valor social de troca. A questão do uso, e posterior desuso, torna-se uma prática da superação de uma tecnologia para outra. A mão-de-obra escrava constituía-se como um desestímulo para a inovação e a sociedade do salário foi o estímulo que faltava. A sociedade passa a ser gerida sob severa organização, exigindo treinamentos, e um forte individualismo, o qual é preciso para a invenção e propagação da tecnologia em série.

Conforme Milton Santos (2004), os períodos que marcaram a evolução da humanidade, de um modo geral, são conjuntos de ordens que constituem o sistema. Sendo que em cada período existem sistemas e subsistemas, dentro do conjunto sistêmico. Portanto, é preciso periodicizar cada período, ou seja, cada modernidade.

Para Milton Santos (2004), modernizações podem ser definidas como

Cada período é caracterizado pela existência de um conjunto coerente de elementos de ordem econômica social, política e moral, que constituem um verdadeiro sistema. Cada um desses períodos representa uma modernização, isto é, a generalização de uma inovação vinda de um período anterior ou da fase imediatamente precedente. Em cada período histórico assim definido, as regiões polarizadoras ou centro de dispersão do poder estruturante dispõe de energias potenciais diferentes e de diferentes capacidades de transformá-los em movimento. A cada modernização, o sistema tende a desdobrar sua nova energia para os subsistemas subordinados [...] Trata-se, pois, em escala mundial, de uma sucessão de modernizações, quer dizer, de períodos da história econômica. Esta noção aparece como fundamental para a compreensão dos impactos das forças de modernização e suas repercussões sociais, econômicas e políticas espaciais. A formação e a transformação desses espaços derivados dependem de dois fatores: 1) o momento de intervenção das primeiras forças externas; 2) os impactos sucessivos de outras modernizações. O primeiro impacto faz um país ou uma região entrar no sistema mundial; os impactos sucessivos de outras modernizações vêm acrescentar novos dados de origem externa às situações do presente (SANTOS, 2004, p.31-32).

Os períodos ou sistemas históricos, conforme Milton Santos, consistem na modernização de um espaço, o que significa unir-se a economia, a política e o social ao mundo moderno, podendo-se considerar que o mundo se modernizou várias vezes. Por

consequente, cada vez que, no centro do sistema mundial, os subsistemas econômico, social, político, cultural e moral e seus respectivos suportes criam novas variáveis ou renovam as do passado, a projeção do sistema mundial sobre os espaços dependentes, toma formas diferentes. As forças nascidas do período do grande comércio diferem daquelas das fases seguintes da manufatura, dos inícios da industrialização e da grande indústria, e do atual período tecnológico (SANTOS, 2004, p.34).

As modernizações atuais, criações do sistema tecnológico, são comandadas pelas forças da grande indústria, representada essencialmente pelas firmas multinacionais e seus suportes, tais como as formas modernas de difusão de informação. O peso da tecnologia é esmagador e dá à pesquisa um papel autônomo no interior do sistema. Milton Santos fala que, pela primeira vez na história dos países subdesenvolvidos, duas variáveis elaboradas no centro do sistema, encontram uma difusão generalizada nos países periféricos. Trata-se da informação e do consumo, sendo que a primeira, está a serviço do segundo, cuja generalização constitui um fator fundamental de transformação da economia, da sociedade e da organização do espaço (SANTOS, 2004, p.35).

No que concerne ao espaço, as repercussões desse novo período histórico são múltiplas e profundas para os países subdesenvolvidos. A difusão da informação e a difusão das novas formas de consumo constituem dois dados maiores de explicação geográfica. Por intermédio das suas diferentes repercussões, elas são ao mesmo tempo geradoras de forças de concentração e de forças de dispersão, cuja atuação define as formas de organização do espaço. A participação num consumo “moderno” tem a tendência de atingir mais e mais indivíduos, mesmo que essa participação é parcial ou ocasional das camadas menos favorecidas. Essas modernizações atuais nos países do terceiro mundo só criam um número limitado de empregos, visto que as indústrias instaladas são de alto coeficiente de capital. Por outro lado, uma boa parte dos empregos indiretos são criados nos países centrais ou para os naturais desses países. A indústria, portanto, responde cada vez menos às necessidades de criação de emprego [...] a existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que, tendo as mesmas necessidades não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são as causas e o efeito da existência, ou seja, da criação ou manutenção, nessas cidades de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços (SANTOS 2004 p. 36-37).

Conforme Santos, é um erro comparar o que ocorre no mundo subdesenvolvido com o que existe, ou o que existiu, no mundo desenvolvido. Com cada fenômeno econômico urbano, que acompanhou a revolução industrial na Europa, não é possível

fazer um paralelo com os processos geridos nos países subdesenvolvidos. Milton Santos enfatiza que a existência dos dois circuitos é um fenômeno atual, criação da modernização tecnológica e deve ser estudado como tal.

O espaço, como vimos, organiza-se segundo uma atuação dialética de fatores de concentração e de dispersão. As estruturas monopolísticas constituem um fator de concentração, a difusão da informação e do consumo desempenham um papel da dispersão, enquanto o Estado tem um papel misto. Modernização e tecnocracia, sendo sinônimas nas condições atuais, o movimento para a concentração é apoiado por uma poderosa argumentação técnica, que faz escrever num futuro não distante, a difusão geográfica e social do crescimento. O resultado, entretanto, é o contrário: pobreza difundida por toda parte, pobreza concentrada nos pontos de crescimento. Isso não podemos negar, constitui uns dos resultados mais graves da associação funcional do Estado com os monopólios (SANTOS, 2004, p. 281-282).

O filósofo Álvaro Vieira Pinto (1969) apresenta o homem dentro de seu processo de hominização (mundanidade), sob dois aspectos fundamentais na sua visão: a aquisição, pela nossa espécie, da capacidade de projetar e a conformação de um ser social, condição necessária para que se possa produzir o que foi projetado. Trata a técnica como “memória social do fazer novo, onde essa é inerente a este processo” (PINTO, 1969, p. 263). O autor comenta a importância da técnica como libertadora e recusa como um perigo de nossa espécie, tratando assim, que sempre é o homem o construtor de seu ambiente e de sua qualidade de vida. Para ele, é um erro primordial olhar para as coisas (processos de produção), “pois a verdadeira finalidade da produção humana consiste na produção das relações sociais, a construção de formas de convivência” (p. 265). Vieira Pinto, através da filosofia, percorre e pensa o ser nacional, a partir da periferia do sistema-mundo.

Assim, reservando ao mundo da periferia a condição de “paciente receptor” (consumidor) das inovações técnicas, ele acredita que na fase atual já poderia se romper com o cenário de obediência e promiscuidade da periferia perante o centro controlador e manipulador. É essa a proposta que o autor defende como um projeto nacional libertador.

Vieira Pinto ressalta que, nas periferias (Brasil, América Latina), há uma espécie de “consciência ingênua”, dada pelo abismo ocasionado por outras esferas de trabalho assalariado, ou gerado pela ilusão de uma participação da totalidade, ou seja, do “mundo globalizado”. A passagem do subdesenvolvimento para o desenvolvimento, para o autor, requer uma mudança coletiva da sociedade, uma relação entre o homem e o

mundo a qual exige que cada um possa manusear a realidade, com recursos cada vez mais elaborados, onde a consciência da mudança deverá partir de uma clareza da realidade, uma noção, do que é necessário para se mudar e o porquê mudar, e conseqüentemente, como mudar o seu mundo.

Essa clareza de realidade será dada por um processo educativo no qual a periferia deve propor e impor como sua condição de existência, onde consolide uma educação de projeto de nação desenvolvida, em que a alfabetização seja plena: não basta o país alcançar o grau de uma nação totalmente alfabetizada nas estatísticas, mas, na realidade, na sua grande maioria, esses “números” esconderem analfabetos funcionais. Segundo Vieira Pinto, o analfabetismo, fato negativo, não é uma essência em si, mas sim um grau da própria alfabetização. Assim, justifica-se sua argumentação de escala zero, pois os seres podem ser alfabetizados, no entanto, em escala zero, havendo assim, a necessidade de sobressair, desligar-se dessa realidade enganosa, ocorrendo desse modo um enfrentamento de uma consciência crítica, sob a ingênua.

Dessa forma, o trabalho realizado pelas massas contribui na elaboração de suas visões de mundo. Nas formas inferiores, nos trabalhos subalternos, explorados e humildes, o trabalhador não tem noção total de sua realidade, pois não lhe são fornecidas ferramentas que lhe construam condições de percepção e de modificação de suas realidades. Há, portanto, a necessidade de mobilização de suas existências, havendo um acesso pleno às técnicas vigentes.

Quem vive no nível da economia de subsistência tem preocupações tão elementares e imediatas que a consciência está ocupada totalmente pelo penoso afã de produzir a vida [...]. Não existem leis gerais sobre a população, válidas para toda a humanidade em todas as épocas e lugares, simplesmente porque cada fase histórica se define por condições superestruturais políticas que lhe são particulares e condicionam a correlativa configuração do processo demográfico [...]. Na periferia do capitalismo, as nações são um conglomerado de estamentos sociais representativos de fases históricas distintas, coexistindo no mesmo espaço geográfico (PINTO, 1979, p. 280-283).

Vieira Pinto recusa a expressão “era tecnológica”, como se não existissem sucessões de eras e invenções. Para ele, o homem não seria humano se não vivesse sempre numa era tecnológica. Logo, a raiz desse debate confronta os diferentes níveis de tecnologias, através da apropriação indébita que as nações ricas fazem das riquezas do mundo subdesenvolvido, ou periférico. Esse mundo contemporâneo concretiza-se através da diferença de acesso aos avanços tecnológicos. O conceito de “era

tecnológica” torna-se, portanto, um conceito ideológico de expressão de dominação, por parte dos grupos dominante, onde a cultura do consumo dirigido é justificada por metáforas, que justificam os desníveis dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

O conceito de “era tecnológica” constitui importantíssima arma do arsenal dos poderes supremos, empenhados em obter estes dois inapreciáveis resultados: a) revesti-lo de valor ético positivo; b) manejá-lo na qualidade de instrumento para silenciar as manifestações da consciência política das massas e muito particularmente das nações subdesenvolvidas (PINTO, 1979, p.43).

Assim, esse conceito anestesia as classes sociais sem distinção: ricos e pobres fazem parte da mesma dinâmica, dentro do endeusamento da “era tecnológica”. Desse modo, é possível concluir que, através da visualização das disparidades entre o centro e a periferia, é preciso romper o círculo infernal de uma falsa totalidade, onde todos estão inseridos e todos participam ao mesmo tempo das coisas e decisões sobre o futuro de cada nação, através da ciência unificada.

Para Vieira Pinto:

a sociedade produz a ciência por decisão voluntária, que põe como finalidade coletiva a descoberta das propriedades das coisas para efeito de aproveitá-las em benefício da espécie. A ciência não surge “do nada”, mas do grau de conhecimento existente a cada momento e que se encontra em poder de certos grupos sociais, desenvolvendo-se em função de um fim comunitário. Desde que a definição das finalidades sociais que comandarão o processo das transformações históricas, e em particular a elaboração dos projetos científicos, e a força de realizá-los, se encontram em mãos de um grupo minoritário, a consciência social apresenta uma fissão irreduzível, pois as massas, mesmo não tendo função decisória, não deixam por isso de representar um componente do processo, nele ingressando com finalidades que lhe são peculiares. As sociedades deste tipo são, pois, marcadas por um conflito de finalidades. A consciência reitora tem de tomar em conta no seu projeto o da consciência popular, raramente para coincidir com ele, mais freqüentemente para distorcê-lo, acomodá-lo ao seu, ou, em casos extremos, esmagá-lo. Estas ocorrências são de significativa importância para a sociologia da ciência. Revelam que a ascensão histórica de uma comunidade nacional deverá medir-se pelo grau em que a parte mais numerosa da população se torna capaz de criar uma consciência que faça realizar o projeto comum, ou seja, de fazer a sua finalidade converter-se em finalidade dirigente geral. Enquanto as massas permanecerem “incultas”, ou seja, não virem reconhecida como cultura sua própria concepção da realidade e os produtos, materiais e idéias, que elabora não haverá condições para que figure no seu projeto a criação da ciência. (PINTO, 1979, p.147-150).

Através da técnica que o mundo chegou a um grau de desenvolvimento que não poderá recusar, mas também não poderá abrir mão de projetar na autonomia e participação deste montante de conhecimento, sem estar de fora da dinâmica do pensar humano. A compreensão da técnica e da sua influência diante da mecanização do trabalho, agora entra em um novo estágio: o do saber.

O que atualmente se produz é a estrutura econômica e política da sociedade. Os homens nada criam, nada inventam nem fabricam que não seja expressão das suas necessidades, tendo de resolver as contradições com a realidade. Portanto, nenhuma filosofia da técnica, e muito menos qualquer espécie de futurologia será válida se não começar por prever serem legítimas e naturais as mudanças do modo de produção em vigor numa sociedade [...] tal desenvolvimento necessariamente conduz a fraturas e saltos qualitativos, pelos quais se instalam em certos movimentos novas formas de produção (PINTO, 1979, p. 49).

É mediante o trabalho que o homem projeta o seu ser, e não através de especulações metafísicas, tampouco diante da tecnologia; é através da transformação de realidades materiais, criando condições de vida, promovendo e estabelecendo novos vínculos produtivos com as forças e substâncias da natureza. Precisa-se, desse modo, saber a compreensão da divisão social do trabalho (PINTO, 1979).

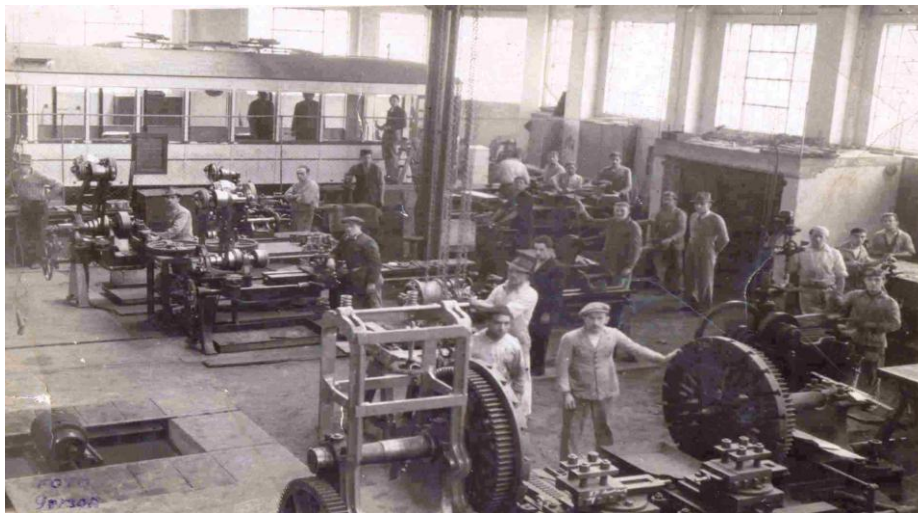


FIGURA 10

Fonte: Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini
A divisão social do trabalho: o homem e a máquina

O homem “desumanizado” (homem sem a reflexão da cadeia produtiva, constitutiva de parte do seu ser, da sua criação) perde sua capacidade de produção, na perda da capacidade de ser “produtor”, sendo caracterizado e reduzido a mero

consumidor, havendo uma apropriação do trabalho alheio, nestas condições de apropriação, através das condições de trabalho.

Outro fato que, de certa forma, prejudica o desenvolvimento econômico da população periférica é a existência das máquinas, que hoje substituem em larga escala o trabalho braçal. A mediação entre o homem e a máquina explica-se sob a forma de trabalho automatizado e da invenção de máquinas reguladoras e diretoras de linhas de produção. Esse é um tema de interesse de pensadores no mundo inteiro [CASTORIADIS (1982), CASTELLS (1999), PINTO (2005)], os quais se ocupam com a relação homem e máquina.

Essa relação remete às indagações propostas por Vieira Pinto: será que é o homem o único ser a quem se possa atribuir a qualidade de ser pensante, ou, as máquinas atuais poderão ser também consideradas possuidoras de pensamento? Vieira Pinto responde dizendo que a compreensão desse fundamento consiste na antecipação do homem em relação à máquina, ou seja, o homem é seu antecedente natural, uma vez que a cria.

A história da máquina por si não explica a máquina. O que a explica é a história natural do homem. As máquinas que nos cercam e das quais dependemos cada vez mais, não no sentido trivial da frase, mas no sentido autêntico, existencial, são resultado de um longo processo de acumulação de conhecimento a respeito das propriedades dos corpos, dos materiais e dos fenômenos da natureza (PINTO,1979, p.72).

A máquina somente se justifica na sua base social, como fruto do processo social, do pensamento do homem, ou seja, da cultura, que, em determinado momento, justifica a sua presença e sua geração. Conforme Vieira Pinto, é nessa relação dialética contraditória que, no ato de produção, o homem afasta-se de sua produção, através do consumo dos bens que produziu e que agora se tornam vivos. O homem é, ao mesmo tempo, produtor e consumidor, sendo que, assim, no ato do consumo, cada classe irá satisfazer seu grau de consumo através de sua satisfação de conforto.

São as relações sociais, diretamente, e não as relações no ato da produção, mantidas pelo trabalhador com os instrumentos que aviltam a dignidade do ser humano quando o tornam aparentemente “escravo da máquina” (PINTO,1979, p.106).

O autor acredita que é preciso elevar as condições de trabalho das massas, alterando as relações de trabalho entre os homens, se os países atrasados quiserem aproveitar as condições que a tecnologia de cada época proporciona, e também se

quiserem ser capazes de participar do progresso tecnológico, em pé de igualdade e não numa falsa totalidade, pois a teoria tecnológica não é uniforme, e sim é fonte de contrastes e de poder em diferentes escalas.

É na relação do trabalho e nos seus discursos que a tecnologia é desassistida a grande parcela de indivíduos da sociedade humana. O trabalho é o modo de ser do homem, e o seu valor determinará a estrutura das sociedades.

O trabalho escravo foi um bem na sociedade escravista, mas um mal na capitalista. Claro está que outras virtudes tomaram o lugar das antigas, mas a mudança indica a história que substituirão as atuais. Não nos esqueçamos de que entre os poderes desfrutados pela classe dominante em qualquer formação social dividida figura o direito de ditar os valores do trabalho. São valores que devem ser aceitos por todos e evidentemente acatados, para dar a impressão de pertencerem ao grupo dos “valores eternos”, valores a cada trabalhador (PINTO, 1979, p.417).

Portanto, toda essa discussão pertence, segundo o autor, a uma tecno-estrutura, onde perdemos o tempo no “capitalismo de Estado”, com discussões que flutuam entre o saber se as empresas, as indústrias mais poderosas e as de serviços públicos pertencem ou não ao Estado, bem como de qual lado está o Estado e a quem pertence: se ao povo ou não. Ainda de acordo com o autor, este é um dos problemas que economistas e políticos escamoteiam da realidade. Cabe saber a quem pertence o Estado. Assim não adianta nada, discursos de nacionalismo, estatização ou até mesmo privatização, se não soubermos a quem pertencemos. Ou seremos sempre, “paciente receptor”?

Tendo em vista, a estrutura de mecanismos para a realização e perpetuação de sistemas que funcionem com regras de mascaramento de uma realidade que ao longo dos tempos passam a ser vistas como justas e sem nenhum conflito, este capítulo procurou caminhar por autores que problematizam as condições de criação destas estruturas. Os processos que atingem os nossos olhos na contemporaneidade são reflexos de condições e manifestações pretéritas. Não importa a escala dos lugares, elas são a sede dos movimentos que culminam com o que se chama de globalização da natureza, o que inclui os homens. Foram criadas estruturas e ações que condicionaram e serviram de base para o surgimento de um mercado mundial de produção e consumo. Em vista disso, foi preciso navegar até meandros do século XV, onde foi implantado um novo espaço-tempo, uma nova mentalidade que se observa com a origem da América. A população da América foi classificada juntamente com o mundo, dentro de mecanismos de domínio e conquistas. Foi a articulação de todas as formas históricas de controle do

trabalho, de seus recursos e de seus produtos que proporcionaram a funcionalidade do capital e do mercado mundial. Assim, fatores que promoveram a exploração e dominação desde esses tempos, tais como a escrita, tecnologia, “raça”, fizeram e fazem a diferença na divisão e estruturação do que é o sistema-mundo, nesse caso a América Latina.

Não foi a técnica o rolar da história, mas sim a necessidade permanente de criação, inovação, e sobrevivência na qual o homem trava numa relação com a natureza. É na relação com o trabalho e nos seus discursos que a tecnologia é desassistida à grande parcela de indivíduos da sociedade humana. Assim, o trabalho é o modo de ser do homem, e o seu valor determinará as estruturas da sociedade.

CAPÍTULO IV

Especificidades brasileiras dentro de uma economia (dependente?)

O objetivo com este capítulo é fornecer subsídios que desenvolvam uma racionalidade para o problema central desta dissertação que é a dialética da exclusão/inclusão. Nesse sentido, não é possível isolar os estudos de fenômenos econômicos de seu quadro histórico, devido a circunstâncias de movimentos internos e externos que promovem o dito desenvolvimento econômico.

O Brasil sempre acompanhou estilos de vida dos países que lideraram o progresso tecnológico, o país foi envolvido por um emaranhado de racionalidades que o fizeram um mero complemento de outras economias.



FIGURA 11

Fonte: Arquivo de Solismar Fraga

Movimentos internos e externos dentro de uma economia dependente?

Esse reflexo aqui elencado serve de parâmetro de reflexão para as disparidades internas e seus ajustamentos de acomodação dessas diferenças. Desse modo, a economia brasileira, desde sua gênese, é ordenada como complemento de outras economias e ciclos que perduram até os dias atuais.

Assim, esse capítulo busca alicerces para a problemática do trabalho, junto ao estudo de teóricos que pensaram o Brasil como um país dependente economicamente, apesar de serem independentes politicamente. Desse modo, países subdesenvolvidos e em desenvolvimento são condicionados por decisões internas e externas em prol de economias desenvolvidas.

Nesse caminho, um estudo sobre desenvolvimento econômico deve procurar constatar, em primeiro lugar, se houve desenvolvimento ou se houve falso desenvolvimento (econômico com social) e a qual preço. Busca-se, neste capítulo, um diálogo com teóricos da economia brasileira, autores que pensaram o Brasil, não numa visão economicista, mas numa radicalidade e especificidade, a fim de compreender por que e como o país se desenvolveu. Um olhar para a história do desenvolvimento econômico do Brasil é preciso, pois, como afirma Ignácio Rangel: no Brasil, como em todos os países, o desenvolvimento sempre é um processo doloroso, sobretudo em se tratando de um país de dimensões continentais e com características tardias e de dependências.

Entre “o inconformismo e o reformismo” (formação do território como nação), Celso Furtado (1990) ressalta que, nos estudos sobre a pobreza no Brasil, constata-se que essa não resulta das disparidades entre o mundo urbano, e sim da concentração de renda urbana. Para o autor, o déficit habitacional é o grande empecilho para superar-se o quadro de pobreza. Os 53 milhões de pobres e miseráveis brasileiros não têm como pagar um aluguel, muito menos como possuir uma moradia (FURTADO, 1990).

Não se pode ignorar a evolução das técnicas, a qual conduz ao processo da planetarização dos circuitos de controle das empresas transnacionais. A questão da falta de autonomia decisória dos Estados Nações perante suas decisões internas na questão de ordenamentos políticos de ordem nacional contribuem para a instabilidade do montante. As disparidades entre os territórios dentro do Brasil foram proporcionadas, em grande medida, pelo rápido crescimento da economia brasileira entre os anos 30 e 70, o qual se apoiou em transferências inter-regionais de recursos e em concentração social de renda, facilitada pela mobilidade geográfica da população (FURTADO, 1990).

Celso Furtado afirma que as elevadas taxas de crescimento que as economias desenvolvidas na segunda metade do século XX conheceram foram, em grande parte, fruto da abertura crescente de seus mercados, a qual estimulou a concorrência e permitiu a grande concentração de poder econômico que está na base das empresas transnacionais.

Porém, o fator decisivo desse extraordinário período de crescimento foi o progresso das técnicas de coordenação e regulação macroeconômica, viabilizado pela chamada revolução Keynesiana. Desse modo, tratando-se de uma economia subdesenvolvida, as exaustões dos efeitos de sinergia provocadas pela integração internacional indiscriminada tiveram necessariamente resultados mais graves nos planos sociais. Os deslocamentos de população permitiram no Brasil, durante muito tempo, baratear a mão de obra nas áreas que absorviam o essencial dos investimentos industriais. Concentrava-se a renda, mas, ao mesmo tempo, cresciam os investimentos e o mercado interno.

Em um país ainda em formação, como é o Brasil, a predominância da lógica das empresas transnacionais na ordenação das atividades econômicas conduzirá quase necessariamente a tensões inter-regionais, à exacerbação de rivalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilização do país como projeto nacional. Em meio milênio de história, partindo de uma constelação de feitorias, de populações indígenas desgarradas, de escravos transplantados de outro continente, de aventureiros europeus e asiáticos em busca de um destino melhor, chegamos a um povo de extraordinária polivalência cultural, um país sem paralelo pela vastidão territorial e homogeneidade lingüística e religiosa. Mas nos falta a experiências de provas cruciais, como as que conheceram outros povos cuja sobrevivência chegou a estar ameaçada. E nos falta também um verdadeiro conhecimento de nossas possibilidades, e principalmente de nossas fraquezas (FURTADO, 1990, p.4).

Segundo Celso Furtado (1990), no caso do Brasil, um país ainda em formação, com disparidades regionais, multi-identidades, e com uma imaturidade nacional, todos os ajustes sofridos no último século nas relações internacionais, requerem uma visão global. Para isso, não basta apenas uma análise econômica, mas uma imaginação prospectiva sobre o futuro como nação. Celso Furtado afirma que não podemos perder de vista que as lógicas das transações internacionais sempre operaram e operam em detrimento dos países de economia dependente. Outra situação nessa direção é a relação desigual no comércio de produtos primários exportados pelos países do terceiro mundo (FURTADO, 1990).

Fora do quadro da dominação colonial, o fenômeno da dependência se manifestou inicialmente no plano cultural, mediante a transplantação de padrões de consumo que puderam ser adotados graças ao excedente gerado no quadro das vantagens comparativas estáticas obtidas no comércio exterior. E o forte dinamismo do segmento modernizado do consumo que projeta a dependência no plano tecnológico e a inscreve na estrutura produtiva. Na medida em que, os padrões de consumo da

minoria, que se apropria do excedente, devem acompanhar o estilo de vida dos países que lideram o progresso tecnológico (e se instalam em alto nível de capitalização), qualquer tentativa visando “adaptar” a tecnologia será repudiada. Se, se tem em conta que a situação de dependência está sendo permanentemente reforçada, mediante a introdução de novos produtos (cuja produção requer o uso de técnicas cada vez mais sofisticadas e dotações crescentes de capital), torna-se evidente que o avanço da industrialização faz-se simultaneamente com a concentração de renda [...] somente a vontade política poderá modificar esse quadro (FURTADO, 1990, p.3).

Para Celso Furtado (1990), não é possível isolar o estudo dos fenômenos econômicos de seu quadro histórico. Essa observação é particularmente necessária para sistemas econômicos heterogêneos social e tecnologicamente, como é o caso das economias subdesenvolvidas. Sem um estudo aprofundado da estrutura agrária, não é possível explicar a tendência à concentração da renda, tampouco a rigidez da oferta de alimentos que geram pressões inflacionárias.

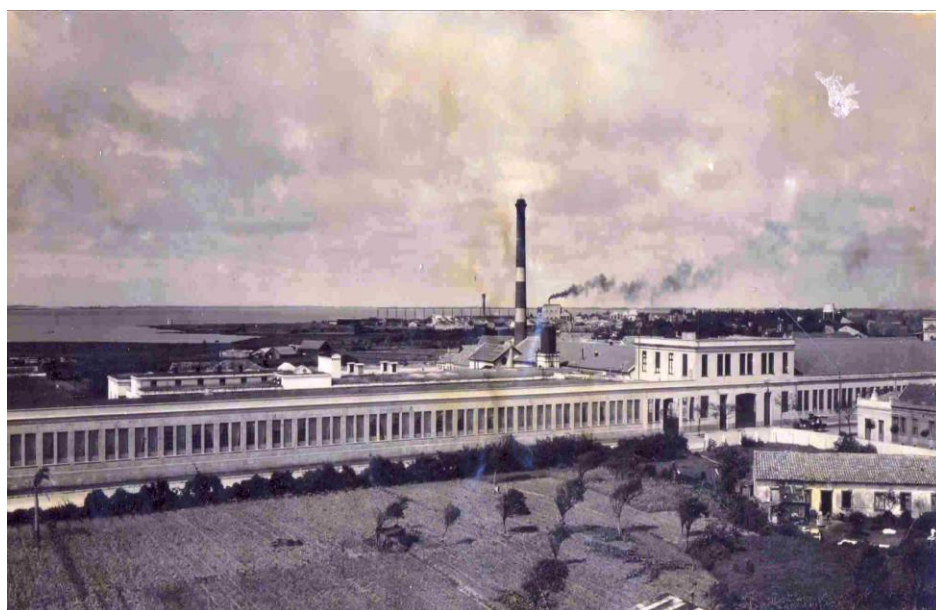


FIGURA 12

Fonte: Arquivo de Solismar Fraga

O consentido, tolerado e o desejado

Sem uma percepção da natureza da industrialização retardada (orientada para a substituição de importações) não será possível entender a “inadequação tecnológica”, que agrava o subemprego.

Uma teoria do excedente social dita por Celso Furtado:

Para agir com maior eficácia, o homem dota-se de técnicas [...] Portanto, o desenvolvimento da capacidade do homem para agir (e para produzir) funda-se num misto de inventividade e acumulação. Mas circunscrever o estudo do desenvolvimento à acumulação é perder de vista que as técnicas não são outra coisa que formas de comportamento, cuja racionalidade não é independente de fins preestabelecidos. A substituição do cavalo pelo automóvel não é apenas uma evolução do sistema de transporte: é a transformação de um estilo de vida. Falar de difusão ou transmissão de tecnologia é, portanto, um eufemismo, pois o que está difundindo nesse caso é uma forma de viver, o que implica a desarticulação do sistema de valores preexistentes na sociedade receptora das novas técnicas [...] ora, por trás dos indicadores quantitativos [...] desdobra-se o vasto processo de difusão da civilização industrial: a adoção por todos os povos da terra do que se convencionou chamar de “padrões de modernidade”, ou seja, a forma de viver engendrada pela industrialização nos países que a lideram (FURTADO, 2000, p.4).

É a estratificação social que permite a emergência do excedente, ou seja, de recursos com uso alternativos, abrindo caminho à acumulação. Mesmo no quadro do sistema colonial, havia limite de apropriação externa do excedente, pois a eficiência do sistema produtivo frequentemente dependia da retenção local de parte dele. Segundo Celso Furtado (2000) surgiram novos vínculos com a economia dominante, o que permitiu a identificação de quatro situações perfeitamente caracterizadoras de subordinações: apropriação do excedente exclusivamente em benefício do centro; apropriação de uma parte do excedente por um segmento da classe dominante local; apropriação de parte do excedente por grupos locais que o utilizam para ampliar a própria esfera de ação; apropriação de parte do excedente pelo Estado.

Em síntese, o que caracterizou a formação da periferia foi a dinamização da demanda (modernização) em condições de um relativo imobilismo social causado pelo lento desenvolvimento das forças produtivas. O que veio a chamar-se subdesenvolvimento não é outra coisa senão a manifestação dessa disparidade entre o dinamismo da demanda e o atraso na acumulação reprodutiva. Este último tem origem na forma de inserção na divisão internacional do trabalho e aquele na penetração dos padrões de consumo do centro, assim, cada tempo sofre sua influência (FURTADO, 1990).

Segundo Francisco de Oliveira (2001), a geração de 30, com autores como Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado, aceitou o desafio de pensar o Brasil. Francisco de Oliveira salienta que

hoje, no Brasil, os desafios são maiores e mais complexos, pois a velha estrutura foi lapidada pelo processo de globalização, não rompendo com o Brasil patriarcal.

Agora o desafio é maior, é mais complexo; não se trata só de industrializar. A inserção numa gama nova, mais densa, mais complexa, mais desafiadora, das relações internacionais, o que por economia de discurso podemos chamar de globalização, mais é necessário que aceitemo-lá como desafio. O desafio é também mais complexo porque o desenvolvimento capitalista não só rompeu em muitos sentidos as velhas estruturas patriarcais e patrimoniais, mas repôs, sob formas mais difíceis, mais intrincadas, tais estigmas (OLIVEIRA, 2001, p.3).

Octavio Ianni (2001) coloca que fazemos parte de uma conjuntura, ou de uma época, de um novo ciclo, em que o Brasil sobre o qual queremos falar ou pensar é um Brasil que não é mais nem o Brasil do projeto nacional e muito menos o Brasil das repúblicas velha e nova. O Brasil sobre o qual pensamos ou sobre o qual queremos refletir é, fundamentalmente, uma província do capitalismo mundial, ou seja, um país a serviço do mercado mundial (OLIVEIRA, 2001).

Paul Singer (2000) reflete sobre o Brasil inserido no limiar do terceiro milênio, dividindo os países em grupos orgânicos periféricos e orgânicos centrais.

Com o capitalismo industrial, a partir do fim do século XVIII, criou-se uma divisão internacional de trabalho que partiu o mundo, por quase dois séculos, entre um grupo de nações - o chamado grupo orgânico - de exportadoras de produtos manufaturados e de capitais e outro - periférico - constituído pelos demais, exportadoras de produtos primários. O núcleo orgânico da economia mundial monopolizava o progresso técnico e, por isso, era adiantado: tinha produtividade sempre mais elevada, ditava os padrões de consumo nos países semiperiféricos e periféricos, transmitia suas teorias científicas e ideologias políticas aos mesmos. O desafio dos países periféricos era superar o atraso mediante desenvolvimento acelerado, transformando-se em país importador de capitais. A América Latina, liderada de certa maneira por Brasil, México e Argentina, seguiu esse percurso. Tendo sido descolonizada muito antes de Ásia e da África, a América Latina pode iniciar seu desenvolvimento por substituição de importações antes da primeira guerra mundial e já integrava a semiperiferia em meados do século XIX. Não por acaso, a mais sofisticada teoria do desenvolvimento, a da dependência, é em sua origem latino-americana. Quando a teoria foi formulada, na CEPAL, o desafio de vencer o atraso estava bem consciente no Brasil e países vizinhos (SINGER, 2000, p. 1-2).

A questão do Brasil não foi e nem é vencer o atraso, mas a necessidade de que o desenvolvimento beneficie a maioria do povo, até hoje marginalizada da maior parte dos ganhos já logrados. A partir de 1980, profundas transformações ocorreram na

economia mundial. Conforme Paul Singer, a maior de todas foi a desregulamentação, ou seja, a privatização do mercado mundial de capitais. Esse processo retirou boa parte da hegemonia dos governos nacionais, de modo que o mercado financeiro passasse a ser gerido por regras internacionais, acordos dos quais as multinacionais fazem parte. Nesse contexto, o que se pode chamar de capital financeiro são relações desiguais onde seu processo é mediado pelo mercado e suas relações.

Segundo Paul Singer, o regime de desenvolvimento econômico acelerado adotado pelo Brasil foi um fracasso, uma vez que consagrou o livre funcionamento dos mercados com sua propensão a concentrar renda e a ampliar desigualdade econômica. Esse desenvolvimento acelerado estimulou, estimula a economia da informática e da telemática, gerando um número expressivo de postos de trabalho bem remunerados e que são ocupados por jovens, melhor adaptados às tecnologias de ponta. Ao mesmo tempo, libera pressões concorrenciais que expõem dos empregos grande número de assalariados, em todos os níveis, produzindo uma nova pobreza, que se traduz por números inéditos de desemprego (SINGER, 2000).

Paul Singer ressalta que situações de dependência, sejam elas “consentidas, toleradas ou desejadas”, sempre existiram e sempre existirão enquanto nações desiguais em desenvolvimento, tamanho, força etc., se relacionarem.

Hoje não há mais colônias quase e o mundo se compõe de mais de 180 nações soberanas. É obvio que são extremamente heterogêneas, distinguindo-se pelo tamanho dos territórios e das populações, pelo grau de desenvolvimento e por inúmeras características culturais. Grande parte das nações africanas e não poucas da Ásia e da América Latina vivem em dependência consentida, no sentido de que suas perspectivas de progresso ainda estão limitadas à ampliação de vendas ao exterior de produtos coloniais. Outras nações, espalhadas pelos três continentes do terceiro mundo, já superaram essa etapa e dispõem de economias ainda não completamente industrializadas. São os países que vivem situações de dependência tolerada ou de dependência desejada (SINGER, 1998, p.6).

A dependência, para Singer, trata-se de dependência econômica de países independentes politicamente, mas subdesenvolvidos ou em processo de desenvolvimento, como os da América Latina. Conforme esse autor, esses países, para se desenvolverem, condicionam suas decisões em prol de economias desenvolvidas. Segundo ele, nesse caso, a dependência surge de um jogo de conflitos e acordos entre classes e frações de classes, do qual resultam processos de desenvolvimento. Esses desenvolvimentos, por sua vez, são recolocados de tempos em tempos, e sua

fundamentação (as transformações do capitalismo, que no geral são feitas no centro), acaba por sacramentar o processo de uma dependência combinada e contínua (SINGER, 1998).

O processo de dependência consentida à tolerada deu-se depois que a América Latina tornou-se independente, ou, como queremos dizer, uma pseudo-independência. A criação da burguesia interna, a maioria oriunda da “terra”, fortificou uma relação de poder interno, antes disso, já existira uma relação centro- periferia, e agora há uma relação periferia-periferia, ou seja, há uma dinâmica de consumo entre os periféricos. Assim, esses conflitos e acordos seguiram uma ótica de dependência tolerada. A questão de dependência criou uma freqüente necessidade de negociação, em que houve e há uma relação desigual, sendo que à periferia é reservado apenas um avanço nos setores extrativistas e agrícolas (setores primários) e que tinham e tem que competir com o centro (SINGER, 1998).

Na época da dependência tolerada, tornaram-se dominantes teorias como as elaboradas e divulgadas pela CEPAL: centro e periferia têm participação qualitativamente diferente na economia internacional; enquanto o primeiro domina a produção de nova tecnologia, o que lhe permite adquirir o tempo todo novas vantagens comparativas, a segunda fica presa a um repertório limitado de vantagens comparativas decorrentes da disponibilidade de recursos naturais (SINGER, 1998, p.3).

Essa situação de dependência tolerada evoluiu até meados de 1980, começando num período pós-guerra, tendo sido incentivada pelo avanço da globalização dirigida e junto ao processo de industrialização tardia dos países menos desenvolvidos. O processo de dependência tolerada à desejada, segundo Paul Singer, começou a partir dos anos 80, com a liberalização financeira. Essa ultrapassando os limites do primeiro mundo, para o terceiro mundo. Nesses períodos, houve grandes endividamentos da América Latina (FMI, BIRD). Assim, a dependência passou a ser desejada. Desse modo, o mercado financeiro passou a ditar as regras do mercado nos países desenvolvidos, semi desenvolvidos e pouco desenvolvidos, o que promoveu a dependência desses países do capital privado, volátil e globalizado, imperando, desse modo, uma relação desigual entre centro-periferia e periferia-periferia (SINGER, 1998).

Para Paul Singer, é importante ressaltar que, nas tendências atuais da dependência, as pessoas continuam morando, trabalhando e fazendo política em países específicos. Para a maioria da população, a dependência desejada se traduz em crise de reestruturação industrial, que elimina milhões de postos de trabalho, e em ataques

reiterados a direitos decorrentes do Estado de bem-estar social, cuja única justificativa é a necessidade de equilibrar o orçamento público e reduzir a carga fiscal sobre as empresas para reter o capital que se encontra nos países e atrair mais capital, que venha eventualmente a gerar emprego, ou seja, o economicismo impera sobre o social.

Ignacy Sachs (2001) fala do Brasil em um século de transformações, onde a caracterização de país subdesenvolvido é uma situação particular de dependência.

Subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação econômica capitalista. É em si, uma situação particular, resultante da expansão destas, que buscam utilizar recursos naturais e mão-de-obra de áreas de economia pré-capitalista [...] o caso mais simples é da coexistência de empresas estrangeiras, produtoras de umas poucas mercadorias de exportação, com uma larga faixa de economia de subsistência, coexistência que pode perdurar, em equilíbrio, por longos períodos [...] A crise que agora aflige nosso povo não decorre, portanto, apenas do amplo processo de reajustamento que se opera na economia mundial. Em grande medida, ela é o resultado de um impasse que se manifestaria necessariamente em nossa sociedade, a qual pretende reproduzir a cultura material do capitalismo mais avançado privando a grande maioria da população dos meios de vida essenciais (SACHS, 2001, p.422 - 424).

Segundo Sachs (2001), a globalização opera em benefício dos que comandam a vanguarda tecnológica e exploram os desníveis de desenvolvimento entre os países. Para o autor, isso leva a concluir que países com grande potencial de recursos naturais e acentuadas disparidades sociais (caso do Brasil) são os que mais sofreram e sofrerão com a globalização (Sachs, 2001).

No capitalismo atual, convivem duas contradições centrais. De um lado a enorme escala de investimentos necessários à liderança tecnológica de produtos e processos e a necessidade de networks e mídias globais continuarão forçando em processo de concentração [...] a outra contradição que move o capitalismo contemporâneo é a exclusão versus inclusão. De um lado, desemprego estrutural crescente e precarização da mão-de-obra. De outro lado, uma forte dinâmica de inovação que força a queda de preços dos produtos globais, incorporando continuamente mercados que estavam à margem do consumo por insuficiência de renda. A nova lógica do poder mundial se assenta sobre competência e confrontação e baseia-se na combinação de uma série de mecanismos de poder no corpo militar, econômico, político, ideológico e cultural. O comportamento estratégico fundamental é o controle da tecnologia de ponta, dos recursos essenciais e da força de trabalho qualificada ou barata (SACHS, 2001, p.434- 437).

No caso brasileiro, a seqüência da história universal - comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo - , reproduziu-se de forma distinta dos

países desenvolvidos segundo Sachs,(2001). A dinâmica da história brasileira se distinguiram dos casos clássicos porque os processos sociais, econômicos e políticos não decorrem apenas da interação entre desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção internas ao país, mas também das relações que este mantém com as economias centrais.

As relações externas são determinantes do desenvolvimento das forças produtivas internas e, conseqüentemente, também das relações de produção internas. Em seus estudos, Ignácio Rangel (2005) identificou dois movimentos cíclicos que estão na dinâmica da economia brasileira: o ciclo de Kondratiev e ciclo de Juglar.

As ondas largas, ou ciclos longos de Kondratiev, são movimentos gerados pelas economias centrais, aqueles capazes de gerar novas tecnologias. Apesar de exógeno, do ponto de vista da economia brasileira, esse ciclo é de fundamental importância na medida em que define a intensidade e a natureza das relações da nossa economia, que é periférica, com as economias centrais. Os ciclos de Juglar, que caracterizam o desenvolvimento do capitalismo industrial europeu do século XIX, ressurgiram no Brasil. Esses ciclos industriais, no caso brasileiro, obedecem de forma truncada à lógica interna de um processo de industrialização que, sem prévia reforma agrária, assumiu uma característica de estrangulamento e capacidade ociosa.

Ignácio Rangel (1954) acrescenta que o Brasil é subdesenvolvido, por não ter, de princípio, um setor manufatureiro que fornecesse uma produção correspondente ao valor agregado pela manufatura. Assim, seguiu-se com a criação de uma produção nacional que correspondesse a uma substituição de importações. Essa nova dinâmica, de criação de um setor nacional de produção, provocou mudanças na divisão do trabalho. Segundo Rangel, foi preciso proporcionar novas condições para um desenvolvimento da tecnologia e produtividade e, para isso, foi precisa uma adequada divisão social do trabalho. Para Rangel, quanto maior é a divisão do trabalho, melhores são as condições para a substituição de importações e industrialização. Conseqüentemente, o crescimento se fez pela expansão de suas “indústrias”, ou atividades “tardias”, que foi o esforço para ajuste da estruturada oferta e demanda (RANGEL, 2005).

Outra contribuição de Rangel (1955) se dá no sentido de que:

Não é fácil e nem pacífica a caracterização do processo do desenvolvimento econômico. Trata-se, como em todo fator histórico, de processo extremamente complexo, ao longo do qual tudo muda na vida social: a distribuição da população, as condições de trabalho e produção, a distribuição da riqueza social e seu modo de apropriação,

a quantidade e qualidade do capital necessário ao processo produtivo, a técnica da produção. Paralelamente, muda também a cultura, isto é, a idéia de que o homem faz de si mesmo e do mundo em que vive. É absurdo pretendermos alcançar a compreensão do processo sem que o estudemos sob todos os seus ângulos, mas, por outro lado, que pretendesse abarcar de uma só vez, de golpe, todo o panorama, em toda a sua infinita complexidade, estaria inevitavelmente condenado ao malogro. A realidade não pode ser aprendida pelo espírito senão por partes gradativamente. Por isso é que o homem aprendeu a proceder metodicamente, primeiro pela análise no esforço de separar idealmente os diferentes aspectos da realidade estudada (p.133).

Ao comparar a riqueza e a renda de diferentes economias, Rangel destaca que devemos perceber os processos nos quais foi envolvida a sociedade em comparação, o que deve ser feito de uma forma gradativa e por setores, pois a trama é extremamente complexa e as mudanças são todas de ordem social, nas trocas e valores das vidas desta sociedade.

Se compararmos uma economia desenvolvida com uma não desenvolvida, vemos, em primeiro lugar, que a primeira é rica, isto é, dispõe de mais recursos para a satisfação das necessidades dos seus membros, e que a segunda é pobre, isto é, dispõe de menos recursos [...] mas a produção de riqueza é algo que não é puramente social, porque supõe relações entre a sociedade e algo estranho a ela, relações entre a sociedade e a natureza [...] assim, o fato de um homem ser mais rico do que outro é de natureza puramente econômica: mas o fato de a própria sociedade ser mais rica ou pobre extravasa os limites da economia porque se liga indissolúvelmente à técnica (2005, p.136-137).

Ignácio Rangel fala que Visconde de Mauá (1957), em prefácio a dualidade básica da economia do Brasil, concluiu que a nossa peculiaridade por excelência é a dualidade, no sentido que atribui a esse termo, o fato de todos os nossos institutos, todas as nossas categorias (latifúndio, indústria, comércio, capital, trabalho e nossa própria economia nacional), são mistas e possuem uma dupla natureza.

A economia brasileira tem, portanto, um setor capitalista e outro pré-capitalista. O próprio setor capitalista, no entanto, não é homogêneo, uma vez que, como elemento do mercado mundial, o Brasil é parte de um sistema econômico avançado. [...] a economia brasileira apresenta aspectos bem definidos de todas as etapas do desenvolvimento da sociedade humana. Temos o comunismo primitivo, nas tribos selvagens; certas formas mais ou menos dissimuladas de escravidão, em algumas áreas retrogradadas, onde sobre a aparência de dívidas, se compram e se vendem, não raro, os próprios homens; o feudalismo em diversas formas, um pouco por todo o país; o capitalismo em todas as suas etapas: mercantil, industrial e financeiro (RANGEL, 2005, p. 292-293).

Para Ignácio Rangel (2005), nossa economia nasceu e se desenvolveu como complemento de uma economia heterogênea e sempre esteve sujeita às suas artimanhas e dinâmicas. Rangel destaca que é preciso perceber as peculiaridades da história de nosso país, sendo preciso examinar quais são as relações de poder dentro e fora de cada unidade econômica, pois o que ele chama de dualidade básica é que as duas relações são dominantes: externo e interno (direta e indiretamente na sociedade local), o que, para ele, são duas ordens de regras que regem a nossa economia, as quais são simultâneas nos campos das relações externas e internas de produção.

Além disso, Rangel destaca também que, se a abertura dos portos e a independência foram meia revolução, modificando nossa relação externa de produção, a abolição e a proclamação da república completaram a ordem interna. Desse modo, a economia brasileira, desde sua gênese, é ordenada como complemento de outras economias e ciclos que perduram até os dias atuais, sendo que as economias centrais comandam a vanguarda do desenvolvimento e do envolvimento da humanidade.

Portanto, a inviabilidade de isolar os estudos de fenômenos econômicos de seu quadro histórico é comprovada na forma que sistemas econômicos heterogêneos, sociais e tecnológicos entram em confrontos e em estado de dependência e legitimação uns com os outros. O Brasil sempre acompanhou estilos de vida dos países que lideraram e lideram o progresso tecnológico, o país foi envolvido por um emaranhado de racionalidades e artifícios (a escravidão e a posterior abolição) que fizeram do país um mero complemento de outras economias. Assim, o rompimento com as velhas estruturas e a reposição de novas e sob a jurisdição de formas intrínsecas, agora dentro de uma complexidade de fatores, nos leva a percepção de que o Brasil ainda é um complemento da economia mundial. Desse modo, podemos justificar ações internas e externas combinadas ou não como promotoras das desigualdades e legitimações delas.

Para Gonçalves (2006), vivemos hoje um caráter moderno-colonial do sistema mundo. O que ontem foi a dispersão geográfica gerida pelos migrantes europeus, no início de industrialização na América Latina, em especial no Brasil, foi um alívio para a Europa. Sendo que aqueles migrantes eram uma espécie de exército de reserva deles, mas que para o novo mundo era mão de obra especializada. Portanto, as ideologias são feitas pelos mesmos, mas as roupagens ideológicas recebem outras cargas e efeitos.

CAPÍTULO V

A exclusão social na cidade

Neste capítulo, serão vistas questões de ordem geral sobre os processos de urbanização dentro de contextos das cidades brasileiras, onde não foram superadas características do passado espacial que foi marcado pela concentração de terra, renda e poder.

Dentro das cidades, o processo de segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma. Nesse sentido, é através da análise da expansão urbana, com seus serviços, infra-estrutura, espaços, relações sociais e níveis de consumo, aspectos diretamente ligados ao processo de acumulação do capital, que se pode verificar essa lógica da desordem.



FIGURA 13

Fonte: Arquivo do Pesquisador
A face da dialética exclusão/inclusão

Segundo Marcelo Lopes de Souza (2005), o que faz uma cidade é o seu singular e o seu particular que devem ser entendidos, havendo uma necessidade de saber o interno, pois é a chave privilegiada para observarmos e decifrarmos a sua complexidade

enquanto produto social. Com esse foco, o propósito deste capítulo visa observar as condições pretéritas e futuras, nas quais são criadas as condições de nossas cidades, espaços que são ocupados por seres humanos e que através de relações de consumo e distribuição são transformados nos homens das cidades, com suas relações desiguais.

Efetivamente, nas condições atuais da divisão internacional do trabalho, a industrialização nem sempre foi e é capaz de criar um “crescimento com desenvolvimento”, mas apenas um “pseudo-desenvolvimento”. É preciso distinguir e caracterizar essas relações dentro da cidade, pois elas fornecem ferramentas importantes para ter um olhar crítico de sua formação e andamento, sendo que a cidade não pode ser vista como uma máquina maciça.

Ermínia Maricato (2000) fala que o processo de urbanização no Brasil não superou características do passado (do colonial até hoje), o qual se deu em meados do século XX. Segundo Maricato, o universo urbano não superou algumas características dos períodos colonial e imperial, que foram marcados pela concentração de terra, renda e poder, pelo exercício do coronelismo ou política do favor e pela aplicação arbitrária da lei (p.1). Na cidade, o processo de segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma, ou seja, a desigualdade de acesso é a promotora do processo de segregação na cidade.

À dificuldade de acesso aos serviços e infra-estrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidade de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável [...] o desenvolvimento da desigualdade desafia a construção de conceitos: exclusão social, inclusão precária, segregação territorial, informalidade, legalidade, e alimenta um debate sobre a “funcionalidade” ou não do excesso de população para o capitalismo brasileiro ou a não aplicação do conceito marxista de exército industrial de reserva (MARICATO, 1994, p.51).

Ainda de acordo com Ermínia Maricato (1994), a exclusão social não é passível de mensuração, mas pode ser caracterizada por indicadores como a informalidade, a irregularidade, a ilegalidade, a pobreza, a baixa escolaridade, o oficioso, a raça, o sexo, a origem e, principalmente a ausência de cidadania. A definição de Maricato desenha um traçado bastante amplo desses não-aceessos e das vulnerabilidades. A autora aborda

também que as metrópoles brasileiras encontram-se dentro da periferia do mundo globalizado. Maricato (2001) fala que o processo de urbanização recriou e recria o atraso através de novas formas, como contraponto a dinâmica de modernização, sendo que o grau de dependência externa sempre interferiu decisivamente na produção do ambiente construído no Brasil. Assim, o grau de dependência externa sempre promoveu a desigualdade no Brasil e, posteriormente, aprofundou a exclusão social no território nacional. Para Maricato, na cidade, a segregação é associada a territórios diferenciados: são territórios vivos com suas estratificações sociais como reflexos.

Concentração territorial homogeneamente pobre (ou segregação espacial), ociosidade e ausência de atividades culturais e esportivas, ausência de regulação social e ambiental, precariedade urbanística, mobilidade restrita ao bairro e, além dessas características todas, o desemprego crescente que, entre outras conseqüências, tende a desorganizar núcleos familiares e enfraquecer a autoridade dos pais, essa é a fórmula das bombas ecológicas. É impossível dissociar território das condições sócio-econômicas e da violência (MARICATO, 2001, p.36).

Um dos caminhos apontados pela autora, alternativo ao rumo traçado pelas cidades brasileiras, é o caminho do planejamento e da gestão que contrarie a lógica vigente, amenizando em partes a situação de disfunção dentro das cidades. Ela traça caminhos por onde criar a consciência da cidade real, junto com indicadores de qualidade de vida. A autora adverte que há resistência para uma consciência de cidade real, pois é preciso convencer que os pobres fazem parte do descaso e que estão em pior situação dentro da cidade. Portanto, é preciso conhecer a cidade real e contrapor com a cidade oficial. Os indicadores da face oculta da cidade, com sua ilegalidade e segregação, formaram um conjunto de ferramentas em prol de um planejamento crítico e de fundo científico.

Um instrumento eficiente para evidenciar a cidade real, iluminando sua face oculta, ilegal e segregada, é o conhecimento científico da cidade a partir de alguns indicadores e sua evolução. A representação ideológica da cidade, entre nós, é extremamente forte, dado o grau de desigualdade e segregação espacial verificada na sociedade brasileira. Esta cidade “oficial” tem outro padrão de manutenção: suas ruas são varridas com mais freqüência, a sinalização urbana é reposta, a iluminação pública é melhor, o policiamento é maior. Há uma resistência muito grande entre dirigentes municipais de criar a consciência da cidade real, justificadamente. Isto significa convencer a população de toda a cidade (inclusive os mais pobres) que ela está em pior situação do que é sua expectativa ou do que fazem crer os cartões-postais (MARICATO, 2001, p.70).

Ana Fani Alessandri Carlos (2004), por sua vez, mostra que a crise da cidade é decorrente do aprofundamento das contradições do processo de realização da acumulação em escala ampliada (sinalizada pelo aprofundamento de processos de segregação urbana). Ana Fani coloca que, em uma análise espacial da cidade, há uma indissociabilidade entre espaço e sociedade, na medida em que as relações se materializam num território real e concreto.

Uma lógica que distribui homens e mulheres em espaços diferenciados, caracterizados pelo que a autora denomina de lugares luminosos e lugares opacos. Os lugares luminosos são providos do meio técnico científico e informacional na sua amplitude total, por outro lado, os lugares opacos (periferias, subúrbios, favelas e cortiços) são repletos de sofrimentos e constrangimentos, demarcados pela exclusão social e pelo desprezo por parte das políticas públicas, empreendidas pelos representantes do Estado. Nesse contexto, conforme a autora, a cidade é o lugar das trocas, onde a sociedade produz/reproduz um espaço, enquanto prática sócio-espacial, mas também passível de ser vista, percebida, sentida, vivida.

Iluminando o plano do vivido: a vida cotidiana e o lugar [...] a vida, no plano do cotidiano do habitante, constitui-se no lugar produzido para esta finalidade, e nesta direção, o lugar da vida constitui uma identidade habitante-lugar. Tal situação coloca-nos diante de redefinições importantes na articulação entre o lugar da realização da vida da identidade criada entre as pessoas no lugar e do cotidiano aonde a vida ganha dimensão real. A reprodução do espaço urbano, enquanto produto social é produto histórico [...] a aceitação das novas condições da vida, transforma radicalmente a sociabilidade empobrecendo as relações sociais à medida que as relações entre as pessoas passam a ser substituídas por relações mediadas pela mercadoria. O cotidiano perdeu o lado criativo, a norma e o modelo invadem todos os interstícios da vida eliminando aquilo que dá a dimensão do sentido do mundo (CARLOS, 2004, p.47-50).

Segundo Carlos (2004), uma análise sobre a estrutura e o desenvolvimento da cidade deve partir de três planos indissociáveis: o econômico - a cidade produzida enquanto condição de realização da produção do capital (convém não esquecer que a reprodução das frações de capital se realizam através da produção do espaço); o político - a cidade produzida enquanto espaço de dominação pelo Estado na medida em que este domina a sociedade através da produção de um espaço normatizado e o social - a cidade produzida enquanto prática sócio espacial, como elemento central da reprodução da vida humana.

Ana Fani, em sua análise sobre a estrutura da cidade e seu desenvolvimento, aborda que a mesma é produzida e normatizada e que a relação entre normas e leis dá-se numa prática social, elemento central da vida cotidiana humana. A cidade, para ela, é vista como resultado do mundo da mercadoria, como programa do capitalismo e do Estado, que organiza a vida cotidiana, sendo que os homens são orientados a serem seres econômicos e funcionais e contribuir para uma sociedade do consumo. Dentro desses espaços de vida, o cotidiano é realizado e concretizado na sua individualidade e coletividade, numa dinâmica que Ana Fani aborda como subordinada às concretudes do Estado, do privado e do indivíduo nas suas organizações sócio-culturais.

A espacialidade das relações sociais lê-se no plano da vida cotidiana, e a partir dela, articulada e redefinida no plano da reprodução das relações sociais, se compreende a multiplicidade dos processos que envolvem a reprodução da metrópole em seus mais variados aspectos e sentidos, iluminando a prática espacial, o modo como as pessoas se apropriam do espaço organizado pelas técnicas, por modelos sócios culturais, dominado pelo Estado, fragmentado pelos empreendedores imobiliários. Isto porque as relações sociais têm concretude no espaço, nos lugares onde se realiza a vida humana, envolvendo determinado emprego de tempo que se revela como modo de uso do espaço. Essa é uma característica da vida humana, além de condição da reprodução que se realiza, envolvendo dois planos: o individual (que se revela, em sua plenitude, no ato de habitar), e o coletivo (plano da realização da sociedade) (CARLOS, 2001, p.213).

Lucio Kowarick (1979) aborda o mito da sociedade amorfa e a questão da democracia. Segundo ele, é comum se ouvir que a sociedade civil do Brasil é amorfa, como se o povo brasileiro fosse, por sua própria natureza, impregnado por uma espécie de conformismo pacífico e passivo. No seu processo de formação e desenvolvimento, a sociedade brasileira vive uma dicotomia, com duas realidades bem distintas: a elite dominante, que passou e passa uma realidade de uma nação harmoniosa, distorcendo um passado negro, onde sua gênese já nascera dicotômica, com os senhores e escravos, conseqüentemente a outra realidade é subalterna a dominante, sendo que essa é a que predomina.

É ressaltado por Kowarick (1979) o mito de que o descobrimento do Brasil foi por acaso, a independência foi sem sangue e, na proclamação da República, tudo foi repartido em partes iguais e os direitos assegurados a todos. Tudo isso dito sem violência, de modo que a abolição da escravidão apagou-se da história, na “inclusão” do escravo ao mercado consumidor e não em sua consideração como ser, com necessidades. Assim, a sociedade brasileira é vista na sua realidade metafórica como

boa por natureza, mas, também frágil por natureza. É nesse sentido que se diz que é uma sociedade “amorfa”, com uma cidadania às avessas, sem uma real noção de sua constituição. (Kowarick, 1979).



FIGURA 14

Fonte: Arquivo do Pesquisador
A auto- sobrevivência da periferia

Essa lógica da desordem, vista em muitos aspectos, em que os processos são interligados e que condicionam parte dessa dinâmica, não desconsidera que há um crescimento econômico, entretanto este é acompanhado da pauperização de vastas parcelas das classes, sob suas condições de vida. Essas condições são visíveis através de uma série de fatores, dentre os quais a dinâmica das relações de trabalho é o ponto primordial para a percepção do espaço.

Segundo Lucio Kowarick, é através da análise da expansão urbana, com seus serviços, espaços, níveis de consumo, sua infra-estrutura, suas relações sociais e seus aspectos diretamente ligados ao processo de acumulação do capital, que há essa lógica da desordem. A desordem, por sua vez, cria a periferia, que é consequência direta do tipo de crescimento econômico, onde o Estado é o agente propulsor de infra-estrutura. Portanto, o Estado cria os suportes de infra-estruturas para as indústrias e assim mantém a ordem social.

De acordo com Kowarick, periferias são:

Aglomerados distantes do centro, clandestinos ou não, carentes de infra-estrutura, onde passa a residir crescente quantidade de mão de obra necessária para fazer girar a máquina econômica. A periferia, como fórmula de reproduzir nas cidades a força de trabalho, é consequência direta do tipo de desenvolvimento econômico que se

processou na sociedade brasileira nas últimas décadas. Possibilitou, de um lado, altas taxas de exploração de trabalho, e de outro, forjou formas de espoliativas que se dão ao nível da própria condição urbana de existência a que foi submetida a classe trabalhadora (p.41).

Ele escreve ainda que a espoliação urbana constitui:

o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência. Em ambos os processos, o papel do Estado é fundamental. Em primeiro lugar, por criar o suporte de infra-estrutura necessário à expansão industrial. Em segundo lugar, por manter a ordem social necessária à realização de um determinado modelo de acumulação [...] acirrando o processo de espoliação urbana, e quando a criação de excedentes se realiza também através da pauperização absoluta de vastos contingentes sociais. A autoconstrução de moradias é uma das soluções desenvolvidas pela classe trabalhadora, para sanar suas deficiências habitacionais (p.59).

Para Marcelo Lopes de Souza (2003), é preciso refletir sobre as cidades, seus problemas e suas carências, pois as vidas, em muitas delas, pra não dizer em quase todas, tem sido percebida com um misto de sentimento de orgulho e satisfação, por um lado, e descontentamento e frustração, e até mesmo medo, por outro. Segundo esse autor, o que faz de uma cidade uma cidade é o singular e o particular, que devem ser entendidos, havendo uma necessidade de saber o interno, o qual constitui a chave privilegiada para observarmos e decifrarmos a sua complexidade enquanto produto social.



FIGURA 15

Fonte: Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini
O singular e o particular da cidade

É necessário sempre analisar as variações, as especificidades, as causas e, inclusive, considerar os fenômenos singulares. A cidade é um objeto muito complexo e muito difícil de definir. É um centro de gestão do território não apenas enquanto sede de empresas (privadas e estatais), mas também enquanto sede do poder religioso e político. A cidade não é apenas um local em que se produzem bens, onde esses bens são comercializados e consumidos e onde pessoas trabalham, é um local onde pessoas se organizam e interagem com base em interesses e valores os mais diversos.

De acordo com Souza (2003), dentro das cidades do Brasil, a variável renda se reflete no espaço residencial, nos níveis de ocupação e, dentre esses níveis, o étnico (social) se encontra. A cidade reflete as diferenças econômicas, de poder, de status etc., as quais fazem parte de um fenômeno urbano, a segregação, a qual, conforme salienta o autor, sempre influenciou na acessibilidade do espaço na cidade.

O fenômeno da segregação residencial é, sem dúvida, muito geral ao longo da história da urbanização. Quase sempre existiram grupos que, devido à sua pobreza, à sua etnia ou a outros fatos eram forçados a viverem em certas áreas (geralmente as menos atraentes e bonitas, menos dotadas de infra-estrutura, mais insalubres etc.). No Brasil, diversamente, a segregação afeta uma enorme parcela, não raro a maioria da população de uma cidade, a qual mora em favelas, em loteamentos de periferias ou em cortiços [...] os pobres são induzidos, por seu baixo poder aquisitivo, a residirem em locais afastados do CBD [...] Nesses locais, não é apenas a carência de infra-estrutura, a contrastar com os bairros privilegiados da classe média e das elites, que é evidente; a estigmatização das pessoas em função do local de moradia (periferia, cortiços e, principalmente, favelas) é muito forte. Sérios problemas de integração e de convivência entre grupos sociais diferentes e de auto-estima coletiva costumam estar associados a essa questão (p.68).

Sobre o termo “exclusão”, o autor aconselha cuidado em seu uso. É preciso, ao usá-lo, no mínimo qualificar muito bem em relação a que ou de que os pobres urbanos estão excluídos. No sentido preciso de excluídos das benesses do sistema, ou de certos ambientes, o que não é correto é expressar-se genericamente, pois se corre o risco de esquecer que a maioria dos pobres urbanos está integrada, sim, econômica e mesmo política e culturalmente no sistema, embora sendo trabalhadores explorados, consumidores de baixo poder aquisitivo. O autor salienta que nem mesmo traficante de drogas de varejo baseados em favelas deixam, em última instância, de estar vinculados a um sistema que os arma e financia.

Outro fator levantado pelo autor é que, no Brasil, é comum, em meio a um universo cultural um tanto hipócrita (camuflagem da realidade, com mascaramento),

admitir a cor da pele de um negro ou mulato economicamente bem sucedido; é o chamado “branqueamento cultural” o qual, erroneamente, induz muitos a acreditarem que no nosso país não há racismo, e que a única questão relevante a ser enfrentada, em matéria de injustiça social, é a da pobreza.

Já Mike Davis (2006), em relação à urbanização, salienta que esta deve ser conceituada como transformação estrutural e intensificação da interação de todos os pontos de um contínuo urbano-rural. A “superurbanização”, em outras palavras, é impulsionada pela reprodução da pobreza, não pela oferta de empresas. Essa é apenas uma das várias decidas inesperadas para as quais a ordem mundial neoliberal vem direcionando o futuro. Para Davis, há uma classificação das favelas onde os pobres urbanos têm de resolver uma equação complexa ao tentar otimizar o custo habitacional, a garantia da posse, a qualidade do abrigo, a distância do trabalho e, por vezes, a própria segurança.

Assim, nas cidades de crescimento desordenado do terceiro mundo, “periferia” é um termo extremamente relativo e específico de um momento: a orla urbana de hoje, vizinha de campos, florestas a desertos, pode amanhã tornar-se parte de um denso núcleo metropolitano e o desenvolvimento da orla das áreas urbanas do terceiro mundo assume duas formas principais: assentamentos de invasores e, para utilizar o expressivo nome colombiano, *urbanizaciones piratas*. Ambos geram paisagens “faveladas” com grandes percentuais de habitações abaixo do padrão e construídas pelo próprio morador, com pouco fornecimento de infra-estrutura (DAVIS, 2006). Segundo o autor, “a principal função da orla urbana do terceiro mundo continua a ser de depósito de lixo humano” (p. 47).

Assim, as cidades do futuro, em vez de feitas de vidro e aço, como fora previsto por gerações anteriores de urbanistas, serão construídas em grande parte de tijolos aparentes, palha, plástico reciclado, blocos de cimento e restos de madeira. Em vez das cidades de luz arrojando-se aos céus, boa parte do mundo urbano do século XXI instala-se na miséria, cercada de poluição, excrementos e deterioração (DAVIS, 2006, p.29).

Os estudos sobre a urbanização do terceiro mundo são caracterizados por elementos de instabilidade, como o problema da habitação, do emprego e da marginalidade bem como o problema das migrações e do congestionamento urbano. Esses elementos podem ser vistos como contradições nos planos de planificação, onde as preocupações são maiores com as conseqüências da miséria urbana do que com suas

causas (tratamentos paliativos), o que sinaliza para uma contradição, que consiste na engrenagem que proporciona a disfunção da cidade com seus sucessos e fracassos, mesmo sendo “organizados”, voluntário ou involuntário. (SANTOS, 2004).

Desse modo, uma resposta ao desafio das cidades, segundo Milton Santos, é não estudar mais a cidade como uma máquina maciça, mas ela deve ser vista sob dois subsistemas, os quais são chamados por ele de “circuito superior ou moderno”, e “circuito inferior”.

O circuito superior originou-se diretamente da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos hoje são os monopólios. O essencial de suas relações ocorre fora da cidade e da região que os abrigam e tem por cenário o país ou o exterior. O circuito inferior, formado de atividades de pequena dimensão e interessando principalmente às populações pobres, é, ao contrário bem enraizado e mantém relações privilegiadas com sua região. A vida urbana é condicionada pelas dimensões qualitativas e quantitativas de cada circuito. Cada circuito mantém com o espaço de relações da cidade um tipo particular de relações: cada cidade tem, portanto, duas zonas de influência (SANTOS, 2004, p.22).

Para Santos, cabe ao próprio pesquisador atenuar tais deficiências, fazendo as pesquisas necessárias no campo para visualizar os problemas do circuito inferior. Segundo ele, para saber a formação e característica dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, é preciso perceber e visualizar as “modernizações”, numa constante periodização da história para conhecer os processos de modernizações sucessivas (SANTOS, 2004, p.30).

Se o crescimento e o desenvolvimento são somente um resultado da pura produtividade, quer dizer que não pode ser atribuída a uma mudança de capacidade de utilização, então, há confusão entre os dois termos. Efetivamente, nas condições atuais da divisão internacional do trabalho, a industrialização nem sempre é capaz de criar um “crescimento com desenvolvimento”, mas apenas um “pseudo-desenvolvimento”, devido à ausência de articulação local das atividades e da redistribuição regressiva de renda. Isso reforça a tendência a implantação de novas atividades nas condições de produtividade pura. Um dos circuitos é resultado direto da modernização tecnológica. Consiste nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles. O outro é igualmente o resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligados (SANTOS, 2004, p.38).

Dentro da cidade, cada circuito possui características distintas, mas complementares.



FIGURA 16

Fonte: Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini
O “ser superior” dentro da esfera cidade (circuito superior da economia)

Conforme Milton Santos, o circuito superior utiliza uma tecnologia importada e de alto nível, uma tecnologia de “capital intensivo”, enquanto o circuito inferior usa a tecnologia de “trabalho intensivo”, freqüentemente local ou localmente adaptada ou recriada. O primeiro é imitativo, enquanto o segundo dispõe de um potencial de criação considerável.



FIGURA 17

Fonte: Arquivo do Pesquisador
O “ser inferior” dentro da esfera cidade (circuito inferior da economia)

Cada circuito, portanto, oferece o emprego diante do resultado de combinações de diferentes variáveis. As relações de emprego em cada circuito serão dadas sob diferentes formas de gestão. Cada circuito terá uma fonte de visualização das instabilidades e contradições ocorridas nos países subdesenvolvidos.

As atividades modernas conduzem de preferência ao assalariado como forma de relação de trabalho, elas empregam, todavia, poucas pessoas, considerando-se o volume e valor da produção, apresentando também uma tendência constante a redução do emprego na indústria. Nos serviços, manifesta uma tendência geral à elevação, graças, em boa parte, a participação do governo. Mas, no que diz respeito aos serviços ligados diretamente à atividade econômica - os serviços privados -, uma boa parte dos empregos corresponde à atividade do circuito superior e criada nas cidades ou regiões mais desenvolvidas do exterior e do país. O emprego no circuito inferior, raramente é permanente, e sua remuneração situa-se com frequência no limite ou abaixo do mínimo vital. O contrato frequentemente assume a forma de um acordo pessoal, entre patrão e empregado, mas a importância do trabalho familiar, e do trabalho autônomo é grande. A média de ocupados por unidade de produção é baixa; mas, em compensação, o número global de pessoas ocupadas é considerável. Esse circuito é o verdadeiro provedor de ocupação para a população pobre da cidade e os migrantes sem qualificação. Tudo isso está ligado às condições tecnológicas e financeiras das atividades desse setor e as suas relações com o conjunto da economia urbana. (SANTOS, 2004, p.45).

Carlos Walter Porto Gonçalves (2006) fala sobre o mito da urbanização do mundo, no qual o fenômeno urbano vem tomando uma nova configuração nos últimos anos. O mito da urbanização recai sobre a ideologia de uma hegemonia do urbano industrializado, sendo que não é nos países industrializados que se encontra a maior parte da população urbana mundial².

Além disso, Gonçalves ratifica que estamos vivendo um processo de desruralização mais do que urbanização, isto é, estamos diante muito mais de um desfazer do rural do que da conformação do urbano. Segundo o autor, na verdade, a extensão territorial dessas aglomerações suburbanas, as quais, para ele, são sinônimas de subumanas, ensejou uma expressão-periferia. Esse processo indica que estamos diante de um fenômeno de outro tipo, aquém do urbano e aquém do rural. As populações dessas periferias, para ele, além da enorme vulnerabilidade ao risco da causa

² Conforme Gonçalves (2006), hoje, “de cada 10 habitantes em cidades do mundo, 7 estão na Ásia, na África e na América Latina e Caribe e somente 3 na Europa, EUA, e Japão.[...] dos quase 3 bilhões de urbanos (2,923 bilhões) cerca de 924 milhões estão em favelas, sendo que desta população favelada, 94% está na África, na Ásia, na América Latina e Oceania, segundo a ONU, ou seja, a população vivendo em favelas no mundo é maior do que a população total dos países desenvolvidos (Canadá, EUA, Japão e Europa)” (p.183).

imediate natural, vivem em um ambiente de insegurança generalizado, onde a principal causa mortis entre os jovens é o assassinato.

Desse modo, a compreensão da cidade, pensada na perspectiva geográfica, nos remete para a percepção de que o Brasil não superou características do passado colonial. Dentro da cidade, poderemos não ter como mensurar o grau de exclusão e pobreza, mas existem formas, indicadores que caracterizam os processos de exclusão/inclusão. Indicadores como a informalidade, a irregularidade, ilegalidade, a pobreza, a baixa escolaridade, o oficioso, a raça, o sexo, a origem e, principalmente a ausência de cidadania permitem que se conheça a cidade real para contrapor à cidade oficial.

Há uma indissociabilidade entre espaço e sociedade, na medida em que as relações se materializam num território real e concreto. A cidade é o lugar das trocas, onde a sociedade produz/ reproduz um espaço. A materialização do processo é dada pela concretização das relações sociais produtoras dos lugares, isto é, a dimensão da produção/reprodução do espaço, passível de ser vista, percebida, sentida, vivida.

A noção de produção tem um conteúdo mais amplo do que o que a economia lhe confere, pois essa se vincula à produção do homem, às condições de vida da sociedade em sua multiplicidade de aspectos e é por ela determinada. A periferia é consequência direta do tipo de crescimento econômico, e o Estado é o agente propulsor de infraestrutura. A cidade é um centro de gestão do território não apenas enquanto sede de empresas (privadas e estatais), mas também enquanto sede do poder religioso e político.

A cidade não é apenas um local em que se produzem bens e onde esses bens são comercializados e consumidos. Uma cidade é um local onde pessoas se organizam e interagem com base em interesses e valores os mais diversos. Não podemos estudar mais a cidade como uma máquina maciça, pois ela possui a sua dinâmica interna e externa e é comandada por circuitos superiores e inferiores, processos que influenciam no andamento e na dinâmica de cada cidade.

Portanto, os problemas são processos que consistem na maneira como são conduzidas as formações das cidades. Assim, as cidades são estruturas condicionadas pela valoração do mercado, onde cada qual terá um acesso diferencial dentro da produção, distribuição e circulação. É diante desses fatos que a cidade é problematizada, conforme ressalta Carlos Walter Porto, vivemos hoje um caráter moderno-colonial do sistema mundo, visto que não superamos características do passado colonial, apenas demos novas roupagens.

CAPÍTULO VI

O espaço urbano de Rio Grande – da gênese a realidade excludente

A relevância deste capítulo sobre a cidade do Rio Grande obedece ao propósito do trabalho que é a dialética da exclusão/inclusão, dentro de um processo contínuo regressivo e progressivo. Assim, sua estrutura obedece aos andamentos dos capítulos anteriores, visto que a condução de mecanismos leva para um debate sobre a cidade no singular. Portanto, este estudo de caso busca comprovar as noções teóricas propostas nos capítulos anteriores.

É de suma importância resgatar os processos de constituição, numa recuperação histórica de períodos sociais e econômicos sobre a cidade do Rio Grande. O sentido é contextualizar fatores que possibilitarão a análise, complementando as noções teóricas expostas nos outros capítulos. Assim, os movimentos globais e locais são privilegiados em contextos históricos, sob dinâmicas naturais (geomorfologia e fisiologia) e dinâmicas antropológicas (econômicas, sociais e poder) que conduziram esse capítulo na análise da cidade do Rio Grande como o lugar da dialética do social e do indivíduo.



FIGURA 18

Fonte: Arquivo de Solismar Fraga

A cidade cresceu e suas peculiaridades surgiram

Os traços sociais e históricos que se manifestam desde a origem da cidade, desde o século XIX, conduziram esta pesquisa, com a finalidade de tentar entender a constituição territorial da cidade do Rio Grande e seus vínculos com o desenvolvimento local e o do Estado do Rio Grande do Sul. Rio Grande é tanto uma cidade litorânea, de entrada e saída de objetos e pessoas, como uma cidade comercial, que nasce com hábitos urbanos (cidade comercial, militar e cultural), devido a sua geomorfologia e fisiologia, e que, no decorrer dos tempos, evolui para um aspecto industrial, que se evidencia nas grandes indústrias têxteis e de pescados existentes até a década de 80 do século XX.

Nesse âmbito de industrialização, destacam-se dois ciclos econômicos bem manifestos: um comercial, relacionado às atividades do porto velho, e um ciclo industrial (porto novo e Superporto). Na década de 70 do século XX, uma nova dinâmica se estrutura na cidade a partir do corredor de exportação e do complexo industrial instalado na zona do Superporto.



FIGURA 19

Fonte: Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini
A cidade e seu potencial

A cidade em questão também tem em sua estruturação a característica de ser aristocrata e escravocrata na sua origem. A partir da história de auge e declínio na dinâmica econômica da cidade de Rio Grande, que se evidencia através de indústrias que foram aqui se estabelecendo ao longo do tempo (pólo têxtil, pólo pescados, pólo químico, pólo naval), cabe o questionamento acerca do que ficou disso tudo, dentro do espaço urbano do período colonial aos dias atuais.



FIGURA 20

Fonte: Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini
O velho construído para um velho novo

Assim, nota-se que, como herança desse desenvolvimento, restou uma cidade com larga influência econômica e social externa, devido à sua localização litorânea, onde se estabeleceu um porto com grande dinâmica em escala de poder, que vai do local ao global, servindo ao Estado em suas necessidades (políticas econômicas) e sendo muito influenciado por fatores externos e internos (dinâmica de mercado, produção, circulação e consumo).

No entanto, como consequência desse processo de desenvolvimento portuário, tem-se muitos conflitos, os quais dizem respeito à segregação urbana, à espoliação e à marginalização de grande parte da sociedade. Assim, cabe refletir acerca da contradição que existe na cidade, a qual de um lado, conecta-se com o mundo, através de um porto marítimo e as indústrias e, de outro, sofre uma intensa marginalização interna na sua distribuição econômica e social.

A cidade do Rio Grande foi fundada em 19 de fevereiro de 1737, sendo o primeiro marco lusitano no sul do Brasil. Segundo Solismar Fraga (2004), Rio Grande, desde sua origem, vive dentro de uma hierarquia de escala política, envolvendo economias que vão do global ao local. Desde o período colonial, quando a coroa portuguesa gerenciava com seus interesses, seguido da ação do Estado com suas políticas e conseqüentemente as políticas do mercado diante de uma cidade portuária, todas estas escalas submeteram e submetem a cidade do Rio grande aos seus comandos.

A economia no sul do Rio Grande do Sul foi estimulada pela cultura do charque (aristocrata e escravocrata), a qual movimentou significativamente as cidades do Rio Grande e de Pelotas, estimulando uma economia regional. A produção de charque era escoada pelo porto de Rio Grande, sendo, a partir desse ponto, comercializado para o centro e norte do país, servindo, também, para a alimentação de escravos na América Central. Um fator importante neste fato é que a cultura do sul do Estado foi baseada no escravismo, onde senhores e escravos eram os pilares centrais das relações sociais existentes na época.

Conforme Solismar Fraga Martins (2004),

o desenvolvimento econômico propiciado pelo charque e pelo comércio de exportação e importação levou Rio Grande a um crescimento comercial considerável no século XIX [...]. Ao mesmo tempo, os interesses de criadores e charqueadores nem sempre caminham juntos, até mesmo porque a própria cotação do valor da carne representava uma disputa entre as duas categorias (p.66).

Neste tempo, a região sul do Estado era representada por uma ocupação dispersa oriunda da pecuária, pois essa atividade não necessitava de grandes levadas de trabalhadores, o que acabou por distinguir essa região da parte norte do Estado. Todo esse desenvolvimento de diferenciação levou à formação de relações e estruturas diferenciadas as quais foram possíveis de serem estruturadas devido a grandes investimentos através do acúmulo de capitais. Conforme Solismar Fraga Martins:

A instalação de grandes estruturas comerciais, estruturas culturais como teatros e clubes, atenderia a função de cidades que detinham segmentos populacionais elitizados não somente pelo acúmulo de capital propiciado pelo setor da pecuária e pelo setor comercial, mas também a insistência de que os filhos dos estancieiros e comerciantes fossem estudar em bons colégios e universidades da Europa. A questão cultural distinta entre as regiões também ajuda a explicar tais idiosincrasias: a do norte estava baseada na origem do imigrante do trabalhador ao patrão, em que o senso de liberdade estava ligado ao trabalho. Do outro lado, os imigrantes tiveram um papel decisivo no desenvolvimento comercial e industrial, no entanto ocupavam cargos a partir de determinados patamares, ficando os serviços de menor poder hierárquico para as mãos-de-obra escravas, libertas ou sujeitas aumentando o distanciamento entre as elites locais e a população trabalhadora. Rio Grande acabou incorporando um cosmopolitismo característico de cidades portuárias, mas improvável, tratando-se de uma cidade do extremo sul do Brasil e os interesses mercantilistas que moviam a colonização portuguesa no país (p. 69-70).

Outro fator elencado por Fraga diz respeito às atividades comerciais relacionadas à atração de pessoas tanto do interior do Rio Grande do Sul, quanto de

outras regiões do país e do mundo. Essas atrações só resultaram em uma população local e mão-de-obra local com o surgimento das primeiras grandes indústrias que aqui foram implementadas. Além disso, vale ressaltar que o estabelecimento dessas pessoas na cidade não necessariamente estava relacionado à fixação das mesmas nesse local (eram sem vínculos). No entanto, isso se modifica com a implementação dos primeiros parques fabris, o que acarretou atração e fixação de mão-de-obra, com vínculo local, ocasionando uma expansão urbana bem mais expressiva do que a registrada até aquele momento. Com isso, surge uma cidade cosmopolita, com pessoas vindas do mundo inteiro, para servir de mão-de-obra qualificada. De acordo com Solismar Fraga:

A gênese da primeira grande etapa fabril da cidade do Rio Grande está marcada pela fundação do complexo Rheingantz, na década de 1870, e se estende até a década de 1960. Já a ocupação espacial compreendida nessa periodicidade pode ser segmentada em fases, devido às peculiaridades espaciais e econômica das plantas industriais instaladas. Nessa primeira etapa, a gênese pode ser marcada com precisão através da data de fundação de um grande complexo fabril; já o término está representado em 1960, pois, embora a economia industrial citadina apresente-se movimentos ondulatórios de crescimento e estagnação, a economia industrial instalada desde o final do século XIX teve fôlego até a década de 1950-60, quando ocorreria o fechamento de parte substancial do parque produtivo até então instalado (p.103).

Em Rio Grande, no período comercial (início do século XIX), formou-se uma elite econômica e social a qual se consolida com o advento da industrialização. Essa elite privilegiou a cidade com uma grande estrutura comercial, proporcionando grandes investimentos em infra-estrutura ligados, muitas vezes, à cultura, originando assim a construção de vários clubes, teatros e prédios suntuosos, muitos deles até hoje existentes.

Rio Grande e Pelotas, conforme Fraga (2004), fizeram parte dos principais pólos industriais do Brasil pertencentes a uma industrialização dispersa, havendo crescimentos ondulatórios que culminaram com o surgimento de obras faraônicas (a construção do novo porto e um grande parque produtivo e suas edificações) com muitos empregados. Tendo assim, como exemplo, a Companhia. Française que empregou nessa época mais de 4000 mil pessoas. Essas mudanças atraíram muita mão-de-obra, o que transformou todo o terreno de Rio Grande. No entanto, por ser uma cidade portuária, as empresas passaram a se estabelecer, mas sem criar uma raiz no local, neste sentido, implicando em um não comprometimento real e efetivo com a região. Desse modo, Solismar Fraga,

declara que estas transformações proporcionaram um desajuste entre o ritmo industrial e o social.



FIGURA 21

Fonte: Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini
A ilusão de pertencimento

Outro fator elencado por Solismar Fraga refere-se que a estruturação social deste contexto histórico, não proporcionou em uma mão-de-obra qualificada. Com os processos de ondulação na economia e com o fechamento de grandes obras, resultaram em fatores significantes tais como: desemprego e pauperização de uma grande parcela de sua mão-de-obra. A cada fechamento de um parque de obra surgiu, como conseqüência, um lugar em condições de desqualificação e falta de infra-estrutura. Segundo Fraga, o surgimento de uma gigantesca favela, foi verificado, a exemplo a vila do cedro, hoje bairro Getulio Vargas. O bairro na verdade foi um resíduo da construção do porto novo e de sua estruturação deficiente, que gerou vínculos populacionais, mas não vínculos com as indústrias.

No início da segunda metade do século XX, ocorreu a desaceleração do primeiro período industrial da cidade do Rio Grande, com o término das atividades produtivas em várias grandes empresas, como as indústrias têxteis, os frigoríficos, a fábrica de charutos e outras. Tais fatos desencadearam uma crise em âmbito local e diminuição na oferta de trabalho, o que, conseqüentemente, afetou todo o município. Isso pode ser verificado na diminuição da mão de obra industrial entre as décadas de 1940 e 1960 e no crescimento negativo durante esse período [...] o fechamento de grandes fábricas como o frigorífico e a

fábrica têxtil, refletiu, significativamente, nessa metade de século, na perda do emprego pra 7.000 trabalhadores em Rio Grande para uma população absoluta de 82.000 habitantes. O frigorífico Swift, a indústria que mais empregou na cidade do Rio Grande, fechou suas portas no ano de 1964, e a Cia. Ítalo-brasileira encerrou suas atividades em 1961. Ainda na década de 60 a Cia. de charuto Poock terminaria sua vida produtiva em 1966 e a fábrica Rheingantz diminuiria drasticamente sua produção, sendo vendida posteriormente (FRAGA, 2004, p.182).

Solismar Fraga também cita a indústria pesqueira que foi um ramo industrial significativo para absorção de mão-de-obra menos qualificada, empregando grande parte da massa operária e também a absorção de trabalhadores que atuavam como pescadores na cidade. Nas indústrias pesqueiras, a riqueza era concentrada nas mãos de poucos, e não se transferia para a grande massa.

O ápice do setor pesqueiro ocorreu no começo dos anos 80, quando operavam 27 empresas fabris nas diversas atividades, englobado congelamento, salga, enlatamento, feitura de farinha, óleos, e gelo. Nesse período, o setor chegou a empregar 20.000 trabalhadores, conforme dados do centro de indústrias de Rio Grande apresentados por Barbosa [...] a crise do setor a partir da segunda metade da década de 1980 seria fruto de um complexo de valores que resultaram na falência de boa parte das empresas instaladas. A retirada do Estado como incentivador fiscal ao setor e a redução da matéria prima sobre pesca de algumas espécies, apesar dos decretos que buscavam regulamentar a captura, levaram à gradativa diminuição da produção fabril (FRAGA, 2004, p.212).

Outro setor mencionado por Fraga foi o que engloba as empresas instaladas, a partir de 1970, no distrito industrial de Rio Grande, sendo que esse envolveu maiores exigências na absorção de mão-de-obra, pois selecionava a qualificada, devido às exigências de uma renovação tecnológica exigida pelas empresas. Este fato, configurou-se em uma ótica da cidade, havendo desde o início de sua formação territorial uma desqualificação profissional, no qual reflete-se a cada processo de estagnação, com o empobrecimento de sua população. Neste sentido, a história da cidade nos remete a questões de oscilações econômicas, conseqüentemente, há perdas por parte da grande população, no qual é enquadrada como sendo uma população de mão-de-obra desqualificada e que a cada período é observado o seu empobrecimento. Podemos assim, expandir esta observação, para uma melhor argumentação dos fatos, pressupondo que em períodos de esplendor não se tem um acompanhamento do econômico com o social, cujo, um dos fatores seja a questão do não pertencimento neste instante de parte dos atores investidores e outro fator a falta de mão de obra qualificada. Assim, podemos

remeter estes fatos ao presente, numa discussão sobre as peculiaridades da cidade, e posteriormente, as conseqüências internas as quais são observadas no cotidiano atual. O tempo em vez de qualificar, desqualifica a grande parcela da sociedade Riograndina.



FIGURA 22

Fonte: Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini
O que era qualificado torna-se desqualificado

Desse modo, estes processos não evitaram e não evitam a pauperização da maioria trabalhadores. Então, a cada nova construção no espaço, não se produziu uma qualidade de vida para todos da cidade, mas houve, a cada período, ondulações econômicas com ganhos para a minoria e perdas para a maioria, o que agravou ainda mais as disparidades sociais, vistas desde a gênese da cidade do Rio Grande.

Às modificações ocorridas no setor industrial do Rio Grande do Sul a partir de 1970, podem-se tirar duas idéias básicas. A primeira é que Rio Grande se inseriu nesse contexto de alterações na economia gaúcha, como forma de se adequar a um novo padrão produtivo industrial nacional, o que fez com que essa cidade seja até o presente o único parque produtivo fabril que merece destaque na metade sul do Rio Grande do Sul. Por outro lado, apesar dos expressivos investimentos, a cidade continuou a expandir sua periferia e ter dificuldades crescentes quanto a agregar valor na qualidade de vida de sua população (FRAGA, 2004, p.228).

Com o fechamento de parte importante de suas fábricas, a cidade enfrentou sua pior crise econômica. Solismar Fraga colabora com duas idéias que explicam as modificações sofridas no setor industrial a partir de 1970: Rio Grande se inseriu nas mudanças da economia gaúcha, dentro de uma lógica do novo padrão industrial nacional (centralização da economia nacional), e, apesar dos grandes investimentos, continuou a expandir sua periferia, caracterizada pela frágil qualidade de vida.



FIGURA 23

Fonte: Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini
O vai e vem das oscilações e suas peculiaridades

A origem do proletariado no eixo Rio Grande/ Pelotas, segundo Silvia Clara Agnes (1990), é bastante problemática, desde a definição da sua origem, tendo, para isso, explicações relacionadas ao desenvolvimento, não somente do Rio Grande do Sul, mas também de todo um processo ocorrido na América Latina. A autora ressalta que o desenvolvimento do capitalismo na América Latina difere do ocorrido na Europa, pois existiram peculiaridades no desenvolvimento latino. Os empresariados industriais latino-americanos tiveram suas origens marcadas pela preocupação em assegurar a funcionalidade da articulação entre grupos dominantes internos e externos. Para a autora, a industrialização dita tardia da América não foi, como a europeia, um esforço tendente a impulsionar a independência econômica, mas sim uma complementação que permitiria satisfazer a demanda local sem alterar a eficiência das pautas de exportação dominantes.

A industrialização funcionou como uma reafirmação da sociedade estratificada socialmente herdada do passado colonial. Assim podemos ver a origem e composição da mão-de-obra à disposição dos empresários no Brasil: a estrutura escravista no Brasil. [...] A formação de uma mão-de-obra “libertada” de toda a propriedade, sem vínculos servis ou escravistas, sem acessos a meios de subsistências; um contingente com estas características só terá condições de sobreviver através da venda do único bem que lhe resta: sua força de trabalho (AGNES, 1990 p.18).

Para Agnes, a terra constitui o eixo fundamental da economia colonial, derivando-se daí um conjunto de elementos, tais como a procedência de capitais, a origem da força de trabalho, as relações de trabalho praticadas, as quais, através de inúmeras mediações, servirão para compor o processo de formação da mão-de-obra industrial nas sociedades. Nesse sentido, nos estudos de Agnes, o Rio Grande do Sul era uma região complementar do sistema, que acompanhou as tendências gerais do processo de industrialização ocorrido a nível nacional. As indústrias alimentícias e têxteis que surgiram no final do século XIX acompanharam o grau de desenvolvimento tecnológico em outros núcleos de industrialização no Brasil no mesmo período. Houve, nesse momento, uma migração interna: libertos da escravidão, imigrantes estrangeiros tornaram-se vulneráveis ao apelo do trabalho assalariado.

A questão é geralmente simplificada com a fórmula “ex- escravos e ex-peões”, porém é inequívoca a participação do artesão urbano que enfrenta um processo de pauperização [...] assim os artesãos que vão perdendo sua condição de produtores livres passam a constituir a mão-de-obra “nacional” mais especializada, tudo em vista que a maioria

das fábricas ainda possuía características manufatureiras. Esta afirmação é baseada no fato de Rio Grande e Pelotas não terem sido beneficiadas pelas correntes migratórias que foram canalizadas para o centro do país. Inclusive comparando-se com o outro pólo industrial do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Quanto aos trabalhadores estrangeiros vindos para Rio Grande e Pelotas, eles eram contratados na Europa para operar máquinas e equipamentos importados que demandavam melhor qualificação técnica. Na empresa Rheingantz, por exemplo, a partir de 1874 [...] os capatazes, contramestres e toda a mão de obra especializada foram importadas junto com máquinas (AGNES, 1990 p.136).

Segundo Agnes (1990), em Pelotas e Rio Grande, a nascente burguesia industrial identifica-se com alguns poucos capitalistas imigrantes que instalam fábricas modernas com capital e tecnologia muito superiores às manufatureiras já existentes na região. Para a autora, tão importante como a formação de uma burguesia industrial e o alargamento dos mercados consumidores para a internacionalização das relações de produção capitalista é a constituição de uma camada de trabalhadores que atenda às necessidades inerentes à produção capitalista. Rio Grande e Pelotas padeceram com a escassez de mão-de-obra, de modo que o proletariado inicial constitui-se de escassos artesãos pauperizados, por ex-escravos e ex-peões. Os empresários não contaram com um exército de reservas.

Marcelo Domingues (1995) discute a lógica que presidiu a formulação do projeto do Superporto do Rio Grande e sua implantação, ressaltando que é preciso compreender o que são corredores de exportação, projetados no início dos anos 70 e também o papel que teve a posição e o sítio portuário do Rio Grande, numa decisão tomada pelo Estado brasileiro de instalar grande complexo portuário-industrial nessa região.

A análise sobre o Superporto da cidade do Rio Grande, todavia, entende-se ser necessária, antes uma rápida contextualização sobre o período histórico recente no qual o Superporto foi concebido, não somente no plano interno, mas também no plano externo, pois os portos são, antes de mais nada, as grandes portas de entrada e saída do comércio entre as nações. Entrementes, a economia brasileira é parte integrante da economia mundial e, como tal, sofreu/sofre diretamente os efeitos positivos e negativos advindos dessa integração. Por conseguinte, boa parte de tudo o que se fez em matéria de planejamento econômico no Brasil, nas duas últimas décadas, esteve diretamente ligado a essa inserção na economia mundial (DOMINGUES, 1995, p. 9;12).

É diante de um modelo de concentração espacial que há uma forte centralização do poder político e econômico. Assim, é importante frisar a relação que a cidade do Rio Grande e, principalmente, o complexo portuário, tinham com uma real identidade de cidade portuária e é nesse sentido que sua ordem de fatores deve ser analisada conforme Domingues. Para Marcelo Domingues, Rio Grande não mais pode ser vista em escala reduzida, pois a sua identidade portuária obedece a uma dinâmica do micro ao macro na sua funcionalidade, passando a suas gerências para um âmbito maior de administração tornando-se maior em escalas externa do que interna.

Assim, o espaço local passou/passa/passará, a ser o produto da sobreposição de vários níveis/ escalas de interesses político-econômicos. A organização do espaço local seguiu/segue/seguirá as orientações de forças extra-locais sendo as decisões/ ações tomadas em gabinetes fechados na esfera federal, estadual, privada (regional, nacional e internacional) e, futuramente talvez regional supra-nacional (MERCOSUL). O Superporto do Rio Grande torna-se um nó fundamental na rede dos fluxos de comércio do Rio Grande do Sul (DOMINGUES, p.27).

As várias mudanças que aconteceram com a implantação do Superporto e do distrito industrial no Rio Grande, não surtiram efeito para as camadas populares da cidade, essas não alteraram o perfil sócio-econômico do município no que diz respeito à oferta de empregos, mas, pelo contrário, esse projeto foi responsável por um considerável fluxo migratório para a cidade.



FIGURA 24

Fonte: Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini
Cidade Portuária eis minha identidade

Para Marcelo Domingues, Rio Grande não mais pode ser vista em escala reduzida, pois a sua identidade portuária obedece a uma dinâmica do micro ao macro na sua funcionalidade, passando a suas gerências para um âmbito maior de administração tornando-se maior em escalas externa do que interna.

Assim, o espaço local passou/passa/passará, a ser o produto da sobreposição de vários níveis/ escalas de interesses político-econômicos. A organização do espaço local seguiu/segue/seguirá as orientações de forças extra-locais sendo as decisões/ ações tomadas em gabinetes fechados na esfera federal, estadual, privada (regional, nacional e internacional) e, futuramente talvez regional supra-nacional (MERCOSUL). O Superporto do Rio Grande torna-se um nó fundamental na rede dos fluxos de comércio do Rio Grande do Sul (DOMINGUES, p.27).

As várias mudanças que aconteceram com a implantação do Superporto e do distrito industrial no Rio Grande, não surtiram efeito para as camadas populares da cidade, essas não alteraram o perfil sócio-econômico do município no que diz respeito à oferta de empregos, mas, pelo contrário, esse projeto foi responsável por um considerável fluxo migratório para a cidade.

Assim, acontece a disfunção entre o social e econômico, em que um não reflete no outro, isso se tornou um problema sério, e pode-se dizer que é uma das características negativas da cidade, que Rio Grande enfrenta. Existem picos de emprego e de desemprego no município; da mesma forma, a situação reflete-se no comércio local, empregando e desempregando ao ritmo do porto e das indústrias. Domingues destaca também que, com a implantação de suntuosos projetos de grande infra-estrutura, houve um intenso surgimento de residências, na sua concepção, espontâneas, no entorno das áreas periféricas desses projetos. Como consequência dos grandes projetos, houve um crescimento desordenado das populações locais devido ao intenso afluxo de migrantes de outras áreas que vem em busca de emprego nesses grandes empreendimentos, este fluxo pode ser considerado uma das identidades da cidade.

Domingues ressalta que

a falta de especialização/qualificação profissional desses migrantes, as possibilidades dos mesmos de obterem um emprego em tais projetos é muito reduzida; e quando acontece, geralmente tem a duração do tempo de implantação/conclusão das obras de engenharia civil que exigem uma mão-de-obra pouco qualificada. [...] A consequência desse processo é o surgimento de um número considerável de desempregados, tanto de migrantes como da população local, que passam a disputar e, portanto, a pressionar o mercado local de

trabalho. O resultado é a favelização, a marginalização, a mendicância, a prostituição e a criminalidade; marcando o lugar (p.31).

Ainda, segundo o autor, a atividade industrial converte-se em números promissores para o município, mas que não refletem uma melhoria das condições de vida da maioria da população local; ao contrário, esses dados confirmam o caráter concentrador de renda e, portanto, o caráter excludente do ponto de vista sócio-econômico-espacial de largas parcelas das populações comuns a todos os lugares onde esses grandes “projetos de desenvolvimento” foram implantados.

Elena Salvatori (1989) também discorre sobre o crescimento horizontalizado da cidade de Rio Grande, o qual se dá como um produto de determinantes institucionais, de função portuária e posterior desenvolvimento comercial/industrial. O primeiro assentamento da cidade do Rio Grande teve início com a construção do forte Jesus Maria e José, em 19 de fevereiro de 1737, mas foi somente na metade do século XX que a intensificação urbana ocorreu.

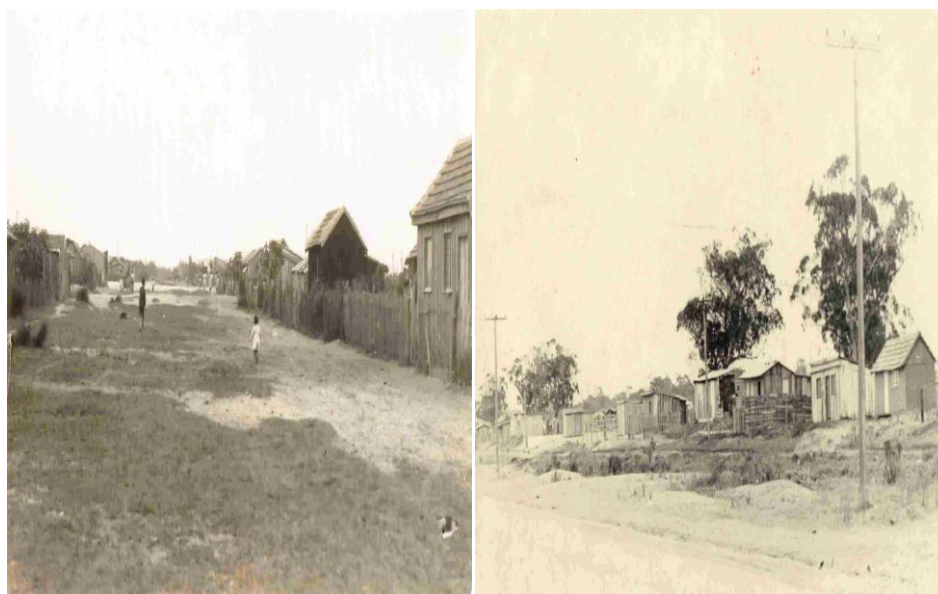


FIGURA 25

Fonte: Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini
Apenas uma mera semelhança, ou não?

Meados 1935 a 1940

Em meados de 1922, Rio Grande intensifica a sua ocupação junto ao porto novo, ao redor das indústrias instaladas, ocupando assim, os vazios deixados por essas indústrias. Surgiu, nessa época, o bairro Getúlio Vargas – ou, como outrora, Vila do Cedro. O período de industrialização, compreendido entre 1920 e 1950, propiciou um

importante fluxo migratório, com operariado industrial de baixa renda e pouca instrução, o que favoreceu o processo de marginalização nesse período. Os loteamentos na cidade começaram no período de 1940, os quais eram distantes do centro urbano.

Para Helena Salvatori, o fator sócio-econômico é o mais importante para uma análise de ocupação da cidade. Assim, tem-se que buscar, em datas passadas, relações históricas que possam justificar a distribuição populacional que ocorreu através do tempo.

Com isso, podem-se destacar a seguir períodos importantes relacionados a essa ocupação, iniciando pelo período da conquista (1650-1750) e tendo seguimento com o período da posse consolidada (1750-1822), período do comércio atacadista de importação e exportação e período de industrialização (1870-1920), no qual uma das indústrias que merece maior destaque é a Cia. União Fabril (de Carlos Rheingantz). A Autora destaca que essas indústrias exportavam tecidos de lã e algodão para todo o país, empregando, em 1910, mais de 1.200 operários, contando também com cerca de 120 moradias e uma creche.



Rio Grande. Rua Riachuelo.

FIGURA 26

Fonte: Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini
O começo poderá ser a chave do principio defeituoso

Assim ocorrerá também com as obras de melhoramentos e construção do porto novo , a responsável pelas obras a “Companhia. Française” empregou mais de 4.000 pessoas e abriu caminho para o estabelecimento de indústrias de capital estrangeiro, que visavam à industrialização dos produtos de pecuária em grande escala, isso após da primeira guerra mundial.

A autora também salienta que no período da modernização industrial que ocorreu entre 1920 e 1950. Necessitou-se, nesse período, de muita mão-de-obra, atraindo elementos de outros lugares. Porém, num período posterior, essa mão-de-obra não era mais necessária, gerando uma importante e gigantesca favela oriunda de tais obras de melhoramentos, na época, a Vila dos Cedros, hoje Bairro Getúlio Vargas. O período de estagnação (1950-1970) caracterizou-se pelo o fechamento de indústrias têxtil, ao final dos anos 50, e pela crise da indústria. Salvatori ressalta que os problemas sociais se agravaram, resultando em grande número de desempregados. Os anos 60 foram difíceis, com grande estagnação social, o que diminui o ritmo migratório. O período do Superporto e Distrito Industrial (a partir de 1970) é caracterizado pela ampliação da área portuária em grande terminal marítimo, o que criou para Rio Grande a condição de pólo de desenvolvimento, exigindo mão-de-obra qualificada (SALVATORI, 1989, p.48).

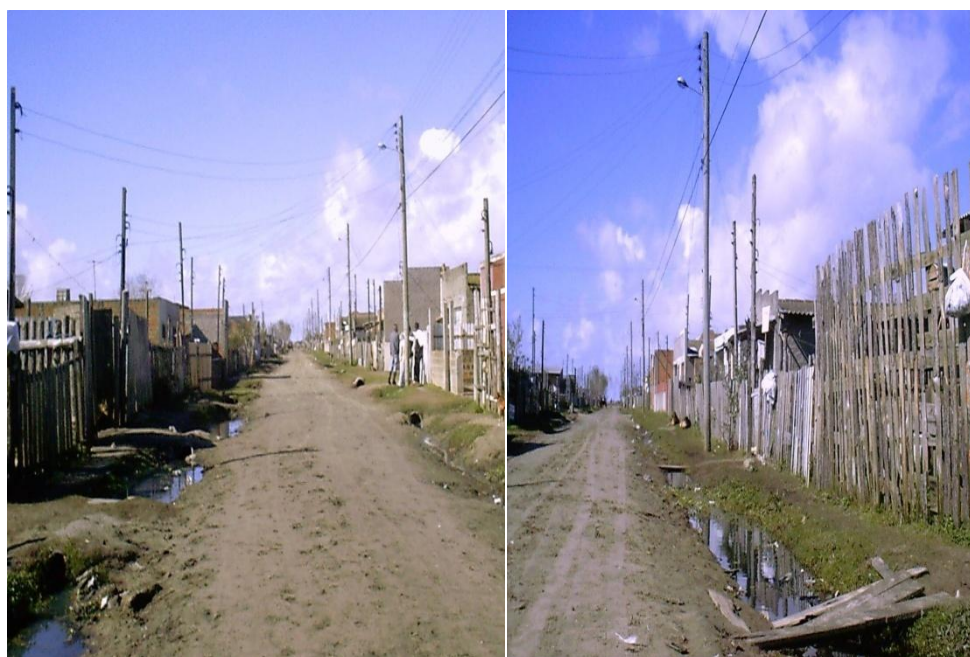


FIGURA 27

Fonte: Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini
A semelhança não é por acaso (Meados de 2000)

A análise da cidade do Rio Grande forneceu subsídios dentro da proposta do trabalho. Sua urbanização e sua industrialização ocorreram desde sua gênese, obedecendo a suas características de ser uma cidade litorânea e com capacidade portuária. Esses fatos justificam qualquer planejamento ou investimento que seja feito na sua área. Assim, Rio Grande foi e será palco de grandes manifestações de ordem sociais e econômicas, pois ela faz parte de uma dinâmica que vai do global ao local com entrada e saída de tudo.

Isso requer um olhar crítico para os acontecimentos pretéritos e futuros, pois eles remetem a peculiaridades que refletem para as condições dessa problemática que é a dialética da exclusão/inclusão. Sua origem, sua transformação e o seu desenvolvimento atual são oriundos de todas as manifestações elencadas em cada capítulo, pois ela é o reflexo da dialética social ao individual.

CAPÍTULO VII

As construções da subjetividade do indivíduo nos processos de inclusão/exclusão

Este capítulo remete para o reflexo de todos os argumentos construídos e vistos anteriormente. Ele tem como propósito chegar às manifestações das desigualdades as quais os indivíduos desenvolvem com suas racionalidades e que desencadeiam situações que resultam em comportamentos desiguais nos espaços. A pertinência do capítulo é alcançada a partir da análise dos movimentos inclusivos e exclusivos que, dentro deste estudo, são elencados diante da dialética social ao individual.



FIGURA 28

Fonte: Arquivo do pesquisador
Pelas mãos dos movimentos inclusivos e exclusivos

Assim, ele obedece a um ciclo de atitudes e comportamentos que permitirão uma visão da dita totalidade, visto que se acredita que os grandes distúrbios criados e manifestados no âmbito de sociedade de consumo dirigido referem-se ao ser humano com suas angústias e magnitudes e suas formas de expressões que são refletidas nas suas formações subjetivas que conferem suas atitudes do individual ao coletivo.

A história do esforço do homem para submeter à natureza é também a história da submissão do homem pelo homem. Essa dupla história se reflete na evolução do conceito do “eu” (CANEVACCI, 1984). Nesse sentido, buscam-se argumentos em teorias que forneçam subsídios que colaborem para uma dita argumentação da dialética exclusão/inclusão. Assim, caminhos em torno dos indivíduos, que, neste caso, são vistos como sujeitos e cidadãos pertencentes a uma classe ou grupo de classes, permitirão uma melhor visualização dos processos que conduzem para uma lei do crescimento desigual, o qual é a identidade do modelo de produção do qual cada indivíduo participa, neste caso como mero consumidor, usuário.

A ciência moderna prometeu ser o deus do *homo sapiens* e responder a tudo, mas ela nos traiu. Isso porque não desvendou as perguntas essenciais, como: quem sou? Quem somos? Assim, continuamos sendo um enigma, uma gota que por um instante aparece e logo se dissipa no palco da existência. Segundo, porque, apesar do salto na tecnologia, ela não resolveu os problemas humanos fundamentais, nos quais podemos incluir as questões referentes à violência, fome, discriminação, intolerância e às misérias psíquicas. A ciência é um produto do ser humano e não um deus do mesmo (PINTO, (1979); (2005)).



FIGURA 29

Fonte: Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini
A ciência como produto social

Conforme Álvaro Vieira Pinto, em *Ciência e Existência* (1979), houve um endeusamento, conseqüentemente o afastamento do ser humano com o propósito da ciência, fruto da ideação reflexiva que remete os feitos e as práticas como fruto da sua existência, este rompimento, afastamento remete para as contradições as quais a sociedade atual vive. A ciência nasceu para o social coletivo, uma forma de sobrevivência da própria espécie, hoje ela é idolatrada como parte promissora de um mercado, onde cada segmento se apropria da ciência como ferramenta de uso, e cada qual consumirá de acordo com o seu nicho social. A ciência de hoje serve para a estratificação e diferenciação de cada um que a consome. Como podemos dizer o conhecimento é poder.

As relações humanas podem ser vistas como uma grande teia dentro do sistema, nas quais ninguém é uma ilha física, dentro do escalão social, isoladamente, dentro da humanidade. Todos, de certa forma, são influenciados e ligados pelos outros através de atos, quer sejam conscientes ou inconscientes, quer sejam construtivos ou destrutivos, os quais alteram os acontecimentos e o desenvolvimento da humanidade.

Qualquer ser humano seja intelectual ou iletrado, rico ou pobre, ativista ou alienado é afetado pela sociedade e, por sua vez, interfere nas conquistas e perdas da mesma através de seus comportamentos. No entanto, o que é degradante é o fato de o sistema ter transformado os indivíduos em meras máquinas de consumo, vistos, muitas vezes, somente pela sua conta bancária; vivendo na verdade como escravos dentro de uma sociedade que carrega o nome de democrática.

Para alcançar um conhecimento mais total da realidade de nossas cidades e de lugares, é preciso confrontar as construções teóricas existentes e disponíveis com as percepções dos indivíduos que moram, transitam, interagem com as pessoas e com tudo mais. Após refletirmos sobre como se organizam os espaços em nossas cidades, numa perspectiva que buscou contemplar aspectos históricos, econômicos, políticos e sociais, nos preocupamos em identificar as percepções que os homens e mulheres têm ao construí-los de acordo com suas próprias experiências, resultando em um vínculo de vida. Cada indivíduo, sendo ele o sujeito do objeto em questão (inclusão/exclusão), é, naturalmente, o maior interessado numa profícua e precisa compreensão dos problemas e das relações sociais e na possibilidade de melhorias na qualidade de vida relacionada aos seus espaços.

O lugar torna-se palco de uma essência que é a existência através de experiências, sejam elas de prisão, liberdade, sonho ou ilusão, resultando na idéia de lugar como território. Os espaços são demarcados, defendidos, regidos por regras, sejam elas internas ou externas. O lugar torna-se de maior importância dentro do contexto de globalização, ou seja, torna-se estratégico com o destino da humanidade. A sua relação possui dimensões de profundos significados, é onde a humanidade interage com a natureza, com o Estado e consigo mesma.



FIGURA 30

Fonte: Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini
O futuro começa por aqui

A teoria do lugar, exposta por Carlos Mario Yory (2005), enfatiza a relação do homem com o mundo através do nosso habitar. Ele coloca o conceito de “Topofilia”, entendido como a teoria do lugar, salientando a importância de se entender a relação “Topofilia” (sentimento, apego) do homem com o lugar. Para Yory, o território deve ser uma construção coletiva, onde diferentes atores comprometidos promoverão um pacto de efetividade. Torna-se, então, de suma importância que a sociedade tenha gestões e governos fortes, planejamentos reais, uma relação de filiação, de pertencimento e de comprometimento de todos com o lugar. A falta de governabilidade, participação, efetividade da grande parte da sociedade, determina o desequilíbrio sócio-espacial.

O geógrafo Yi Fu Tuan (1983) elabora sua própria definição para também conceituar lugar, o qual é definido muito mais pelas suas características de afetividade, emoção, sentimento e apego, onde os sujeitos sentem-se identificados, pertencendo ao

mundo e apropriando-se deste, do que simplesmente por uma noção de questões ligadas ao poder.

Yory (2005) sustenta que Tuan é um pouco simplista na sua formulação, e vai mais adiante que a escala emocional proferida pelo geógrafo. Ele considera que o espaço habitado não se esgota, não se resume a uma simples relação emocional com os seus atributos (sendo apenas psicológicos). Pelo contrário, sua dimensão se estende para o nosso ser-no-mundo, numa questão mais existencial (YORY, 2005), um sujeito com suas próprias relações e suas relações com os outros formando, assim, um ser, um corpo social.

Carlos Mario Yory ressalta que o espaço é formado no exercício auto-afirmativo de nosso ser social, desse modo transcende qualquer juízo de valor sobre determinado cenário, fugindo, assim, do conceito de lugar como um simples local a ocupar. Se tentarmos tornar mais prática essa teoria podemos exemplificar, através de uma situação hipotética, levando em conta uma periferia violenta: para muitos que são de fora, o olhar acerca da periferia é somente relacionado à violência e sem atrativos, embora para os periféricos isto seja diferente, uma vez que esse é o lugar que habita.

A noção de lugar, defendida por Carlos Yory (2005), refere-se à consciência de nosso próprio ser espacial, ou seja, o comportamento de cada lugar, nos seus intervalos, nas maneiras de ser no mundo. Ele afirma que a forma de ser do homem é espacial: este ser ocupa e constrói espaços, e é habitando que abre o espaço. Assim, estar no lugar, pertencer, viver e habitar implica o conceito de pertencer, de estar afiliado. Dentro dessa proposta, o homem torna-se capaz de exercer a sua existência.

A Topofilia, assim, é a forma através da qual o homem se relaciona e se manifesta no espaço, no seu lugar. Ela abrange a relação tanto individual como coletiva, formando assim o corpo social, o qual irá se relacionar com estratificações diferentes e a “topos maiores”, que correspondem a um bairro, uma cidade, uma região, um continente e ao mundo. A Topofilia resulta da nossa condição humana; não se pode reduzir a um simples sentimento de “filiação ou anti-filiação”, pertencimento ou não pertencimento, ter ou não ter (TUAN,1983). Assim, a filiação, proposta por Carlos Mario Yory, é a própria construção do espaço de uma forma “aberta”, com suas espacialidades através do ato de habitar. O lugar passa a ser visto como destino da humanidade e com sua relação estratégica, por sua vez, caminha paralelamente a relação do mundo.



FIGURA 31

Fonte: Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini
O pescador de ilusões

A subjetividade nos lugares é consequência de manifestações internas e externas aos lugares, os indivíduos recebem uma carga de manifestações e condicionamentos que a dialética social e do indivíduo conferem a cada ser no seu habitat, que neste caso cada indivíduo é um consumidor de espaço, um usuário controlado.

O português Boaventura de Souza Santos (1997) destaca subjetividade e cidadania em diferentes vertentes teóricas, ligadas à teoria política-liberal, às teorias de Marcuse e Foucault e às teorias do marxismo. O autor afirma que Foucault tem razão ao denunciar o excesso de controle social produzido pelo poder disciplinar e pela normalização técnico-científico com que a modernidade domestica os corpos e regula as populações de modo a maximizar a utilidade social e a reduzir ao mais baixo custo o seu potencial político.

Conforme Boaventura de Santos (1997), três são os pilares que regulam esse excesso de controle, minimizando o potencial político de cada ser: o princípio do Estado (Hobbes), o princípio do mercado (Locke) e o princípio da comunidade (Rousseau). Ele defende que, em primeiro lugar, o princípio da subjetividade é muito mais amplo do que o da cidadania. A naturalização do Estado provoca uma passividade no ser político de

cada cidadão, fazendo com que cada cidadão deixe de ser Estado, passando a ser um recipiente de uma categoria universal, isso tudo devido a uma legitimação por parte de cada cidadão na sua ausência de ser político participante das ações do Estado.

A teoria liberal começa por teorizar: uma sociedade onde muitos - no início, a maioria - dos indivíduos livres e autônomos que prosseguem os seus interesses na sociedade civil não são cidadãos pela simples razão de que não podem participar politicamente na atividade do Estado [...] a naturalização do Estado é o outro lado da passividade política dos cidadãos; a naturalização dos indivíduos é o fundamento da igualdade formal dos cidadãos; a que levou Hegel a afirmar que “o individual é o geral” concebidos de modo abstrato, os indivíduos são fungíveis, recipientes indiferenciados de uma categoria universal. Para Rousseau, a vontade geral tem de ser construída como participação efetiva dos cidadãos, de modo autônomo e solidário, sem delegações que retirem transparência à relação entre “soberania” e “governo”. Por esta razão, o contrato social assenta não numa obrigação política vertical cidadão-Estado, como sucede no modelo liberal, mas antes numa obrigação política horizontal cidadão-cidadão na base da qual é possível fundar uma associação política participativa. A sociedade liberal é caracterizada por uma tensão entre a subjetividade individual dos agentes na sociedade civil e a subjetividade monumental do Estado (SANTOS, BOAVENTURA, 1997, p. 238-240).

Além disso, Boaventura de Souza Santos fala de Marcuse como o primeiro a denunciar uma relação de hipertrofia da cidadania, com um definhamento da subjetividade. Já em relação a Foucault, ele ressalta que, nas suas análises do processo histórico do desenvolvimento da cidadania, houve um prejuízo da subjetividade, promovido pelas normas, as quais constituíram formas modernas de dominação (propriedade, raça e gênero).

A razão tecnológica que preside ao desenvolvimento do capitalismo conduz inelutavelmente ao sacrifício da subjetividade individual na medida em que é incapaz de satisfazer todas as necessidades psíquicas e somáticas do indivíduo e de desenvolver em pleno as capacidades emocionais deste. Por isso, a docilidade e a passividade dos indivíduos e, sobretudo, dos trabalhadores são obtidas através das formas repressivas de felicidade “oferecidas” a esmagadora maioria da população por via do consumo compulsivo de mercadorias. Foucault analisou o processo histórico do desenvolvimento da cidadania em detrimento do da subjetividade, para nos permitir a conclusão de que a cidadania sem subjetividade conduz à normalização, ou seja, à forma moderna de dominação cuja eficácia reside na identificação dos sujeitos com os poderes-saberes que neles (mais do que sobre eles) são exercidos. Trata-se de um processo totalizante de que as ciências humanas são peça central e que opera por múltiplos fracionamentos da subjetividade (na família, na escola, no hospital, nas profissões, na prisão) para depois ser reconstruída, com base neles, a unidade do

indivíduo identificado com as exigências da dominação disciplinar, as quais, por isso, nada impõem (SANTOS, BOAVENTURA, p. 246).

Com relação ao Marxismo, o autor concede crédito à teoria de organização social da produção a qual determina a organização política e a desigualdade econômica vivenciada, criando uma ilusão da quebra de hierarquia social. Por outro lado, há um alargamento da cidadania, com uma ilusão atribuída a uma subjetividade individual sem consciência. Ontem se justificava a escravidão, hoje já não se justifica mais, a prática atual é que “todos livres”. Com o mascaramento de realidades pretéritas e ações paliativas, tratam cada ser como igual no espaço, onde até pouco tempo senhores e escravos conviviam juntos, hoje é patrão e empregado juntos, dentro de uma lei de desenvolvimento desigual. Desse modo, o modelo de desenvolvimento liberal transformou e transforma a subjetividade num processo de individualização que foi numerada e burocratizada. O alargamento da cidadania promoveu equidades, porém não converteu em emancipação.

É reconhecida a crítica de Marx à democracia liberal e, portanto, às idéias de subjetividade e de cidadania que a constituem. Porque a organização social da produção determina a organização política e cultural, a separação entre a igualdade política e a desigualdade econômica operada pelo capitalismo é pouco mais que ilusória: porque o ser social determina a consciência, a autonomia e a liberdade atribuídas à subjetividade individual no capitalismo são ilusões necessárias para a reprodução das relações capitalistas. Ao declarar não políticas as distinções de nascimento, classe social, educação e ocupação, o Estado capitalista permite que elas operem livremente na sociedade, intocadas pelo princípio da igualdade da cidadania política que, por essa razão, é meramente formal (SANTOS, BOAVENTURA, p. 241).

Segundo Boaventura de Souza Santos, o alargamento da cidadania tem dois lados. De um lado, foi a segurança da existência cotidiana propiciada pelos direitos sociais que tornou possíveis vivências de autonomia e da liberdade, de promoção educacional e de programação das trajetórias familiares que até então tinham estado vedadas a classes trabalhadoras. Por outro lado, os direitos sociais e as instituições estatais, as quais foram e são partes integrantes de um desenvolvimento social, aumentou-se o peso burocrático e a vigilância controladora sobre os indivíduos. O homem livre entrou na rotina da produção e do consumo, sendo marionetes do sistema. Desse modo, tudo isso transformou a subjetividade num processo de individualização e

numeração burocráticas e subordinou-se às exigências de uma razão tecnológica que converteu o sujeito em objeto de si próprio.

A fim de entender o processo político de produção da pobreza a partir da constatação de que não se combate a pobreza, mas visam-se os pobres como objetos de inúmeras estratégias, a questão dos avanços tecnológicos é primordial para a sociedade e para o indivíduo visualizarem suas influências sobre as disparidades dentro das sociedades. Todo o conhecimento humano, os avanços técnicos e científicos não se traduzem em sabedoria de vida para a totalidade da sociedade, o que é defendido por Bader Sawaia (1995).

Usufruímos dos fantásticos avanços da tecnologia, mas sofremos suas terríveis mazelas. Ficamos deslumbrados com o aumento sem limites da produção de alimentos e outros bens, mas nos revoltamos com a elevação (proporcional) da miséria. Vibramos e aplaudimos médicos habilidosos que realizam transplantes inimagináveis poucos anos atrás, para salvar uma vida humana, mas choramos a morte de centenas de outros, por cólera, fome, tuberculose (doenças que pensava terem sido erradicadas pela ciência). Por que o conhecimento científico não se traduziu em sabedoria de vida? Frente à constatação de que as três fontes de valores das sociedades contemporâneas foram insuficientes para servirem como pressuposto para um projeto de vida e ação: nem a ciência, nem a religião, nem a evolução nos deram respostas. Boaventura afirma que, neste momento de revolução científica que ocorre numa sociedade transformada pela própria ciência, o paradigma a emergir não pode ser apenas científico, tem que ser ético- social (SAWAIA, 1995, p.46).

Para Bader Sawaia (1995), é preciso entender que as ciências, especialmente as humanas, estão inseridas no reino da ética e que o debate epistemológico é regulado por valores de vida, morte e poder. Para a autora, nem a ciência, nem a religião e nem a evolução nos deram respostas tampouco soluções para os sofrimentos vividos pela sociedade, com os quais, apesar do desenvolvimento atual em vários campos, ainda nos afligimos. Desse modo, sofrer com os avanços, com a pobreza e a exclusão faz parte de nossas vidas, embora muitas vezes possuamos uma consciência distorcida.



FIGURA 32
Fonte: Arquivo do Pesquisador
A reprodução da dialética exclusão/inclusão

Os modos de vida, tanto individual quanto coletivos, evoluem com uma progressiva deterioração, idéia defendida por Félix Guatari (1990). As redes de parentesco tendem a se reduzir ao mínimo, a vida doméstica vem sendo gangrenada pelo consumo da mídia, a vida conjugal e familiar se encontra frequentemente ossificada por uma espécie de padronização dos comportamentos, as relações de vizinhança estão geralmente reduzidas a sua mais pobre expressão; o que permite a conclusão de que a subjetividade encontra-se comprometida: “A relação da subjetividade com a exterioridade, seja ela social animal, vegetal, cósmica que se encontra assim comprometida numa espécie de movimento geral de implosão e infantilização regressiva” (GUATARI, 1990, p. 23).

Portanto, é falho avaliar a sociedade através de modelos econômicos perfeitos, visto que o social é de uma enorme complexidade, sendo, muitas vezes, contraditório e combinado. O cidadão mutilado é formado nessa dinâmica de contradições, na qual os processos de estrutura econômica formam um ser consumidor. Entretanto, o fato de esse consumir bens materiais e usufruir de toda a estrutura vigente no sistema não quer dizer que mereça ser chamado de cidadão.

O consumidor não é o cidadão. Nem o consumidor de bens materiais, ilusões tornadas realidades como símbolos: a casa própria, o automóvel, os objetos, as coisas que dão status, nem o consumidor de bens imateriais ou culturais, regalias de um consumo elitizado como o turismo e as viagens, os clubes e as diversões pagas, como a educação

profissional, pseudo- educação que não conduz ao entendimento do mundo [...] o cidadão é multidimensional. Cada dimensão se articula com os demais na procura de um sentido para a vida. Isso é o que dele faz o indivíduo em busca do futuro, a partir de uma concepção de mundo (SANTOS, 2007, p.56).

O espaço foi e é moldado conforme a quantidade de dinheiro disponível no local e o cidadão, por sua vez, é formado de acordo com o lugar onde vive. Os espaços são diferenciados na sua infra-estrutura e, bem como os equipamentos sociais são diferenciados para cada classe, o acesso à informação e cultura também será um diferencial de ser cidadão neste sistema capitalista de consumo dirigido.

Deixado ao quase exclusivo jogo do mercado, o espaço vivido consagra desigualdades e injustiças e termina por ser, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos. Olhando-se o mapa do país, é fácil constatar extensas áreas vazias de hospitais, postos de saúde, escolas secundárias e primárias, informação geral e especializada enfim, áreas desprovidas de serviços essenciais à vida social e à vida individual. O mesmo, aliás, se verifica quando observamos as plantas das cidades em cujas periferias, apesar de uma certa densidade demográfica, tais serviços estão igualmente ausentes. É como se as pessoas nem lá estivessem (SANTOS, 2007, p.59).

O lugar e o valor do indivíduo dependem do território onde se encontra. As pessoas da periferia são menos cidadão, pois nestes lugares, são vistos com menores potenciais econômicos e de menores atrativos para o mercado. Pois suas produções e seus consumos irão ser fatores decisivos para sua localização no território.

Cada homem vale pelo lugar onde está, o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preços), independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário tem valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais, ou menos, cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto um lugar vem a ser condição de sua pobreza, um outro lugar poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhe são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam (SANTOS, p.107).

Portanto, se o papel do Estado é determinado pelo funcionamento da economia e dentro do Estado, a falta de ação política de cada indivíduo é fator falho. É real o fato de que o Estado não é a representação do povo. Assim, a sua representação é realizada por forças de poder de maiores escalas, como as multinacionais, transnacionais e outras

organizações. Nesse sistema, cidadão é aquele que consome em maior escala, e quanto mais é o seu poder de barganha, quanto mais será seu poder de ser cidadão.

Segundo Milton Santos (2007), nenhum modelo econômico deve ser tomado de maneira isolada numa gestão de território. Para o autor, a sociedade é muito mais do que simples modelos econômicos que visam apenas manter-se no mercado internacional de compras e vendas. A sociedade é uma múltipla-complexidade de fatores e cada indivíduo é o reflexo vivo das determinações que cada espaço lhe confere, somos o que o mercado deseja.

Um modelo econômico, tomado isoladamente, e por melhor que ele pareça, não bastará para que os grandes problemas da nação sejam solucionados. A sociedade é mais que a economia. Um modelo que apenas se ocupa da produção em si mesma (ainda que as diversas instâncias produtivas estejam incluídas: circulação, distribuição, consumo) nem mesmo para a economia será operacional. A sociedade também é ideologia, cultura, religião, instituições e organizações formais e informais, território, todas essas entidades sendo forças ativas. Não é tanto ao modelo econômico que devemos o extremo grau de pobreza de uma enorme parcela da população, o nível de desemprego, as migrações maciças em todas as direções e a urbanização concentradora gerando metrópoles insanas. Sustentamos que tudo isso se deve, em avantajada proporção, ao modelo de cidadania que adotamos. O hábito de tudo pensar em termos econômicos impede que o jogo de outras causas seja levado em conta (SANTOS p.122).

Milton Santos (2007) afirma que o homem moderno talvez seja mais desamparado do que seus antepassados, pelo simples fato de viver numa cidade informacional, mas que lhe recusa o direito a se informar, uma vez que cada segmento da sociedade recebe a carga informacional conforme o seu território habitado. Para o autor as desigualdades sociais que são, para ele, desigualdade nos territórios, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra e, por isso, seu tratamento não pode ser alheio às realidades territoriais.

Desse modo, os aparatos que condicionam cada ser na sua concretude, em meros consumidores passivos, colocam cada ser em uma espécie de roda viva, pois tanto podem ser um ator principal, como meros atores coadjuvantes. A dialética social ao individual permitirá ver as suas representações dentro de sua forma mais individual, e no qual interfere na sua representação maior que é o coletivo. Assim, é importante a visualização do processo de individualização no qual o ser humano, na sua trajetória, concebeu e concebe a cada momento a todo ser humano que nasce e que ocupa um lugar no espaço.



FIGURA 33

Fonte: Arquivo do Pesquisador
O coletivo e o indivíduo sociais

O autor Massimo Canevacci em dialética do indivíduo (1984) fala da condição de individualização/isolamento a qual se constituiu dentro de um processo histórico cultural e que proporcionou uma estratificação natural de classes.

O desenvolvimento histórico cultural da humanidade e ou pelo menos, foi o que ocorreu até a fase atual. Também um contraditório processo de individualização. Mas não do homem abstrato, puramente natural ou neutramente social, e sim do homem concreto, ainda que com sua capacidade única de realizar abstrações, em suas estratificações naturais de classe, em suas diferenciações raciais, sexuais, gerenciais, em suas diversidades culturais (CANEVACCI, 1984, p.7).

Essa individualização (competição) será o modo como o homem construiu e construirá a cidade, sendo que a sua gênese, organização, fragmentação e padronização são todos frutos dessa abstração, metáfora que se dá numa dialética individual e social. Nesse contexto, o homem vive sobre regras no coletivo e no individual, coloca-se como ser que poderá romper obstáculos através da competição e de um consumo exacerbado, seu papel dentro da cidade será condicionado pelas suas ações individuais e coletivas.

Assim, surge o que Massimo Canevacci distingue como consciência coletiva e individual dentro do seu papel de construção do espaço urbano. Esse processo de

consciência irá se fundir na existência do reflexo do indivíduo (visão) no coletivo e vice-versa.

Há um momento em que essa visão universal irá se cindir em Nietzsche, para quem a metáfora do diamante só pode pertencer ao verdadeiro indivíduo - o super-homem e sua vontade de potência [...] de qualquer modo, será somente a parte do renascimento - precisamente com o surgimento daqueles, “destino do indivíduo” que foram sempre ligados ao desenvolvimento da sociedade urbana, razão porque “o habitante da cidade é o indivíduo por excelência” - que o termo indivíduo irá assumir o preciso significado de homem singular que se diferencia dos interesses e das metas alheias [...] ou seja: instaura-se uma dialética entre a auto consciência do indivíduo e a autoconsciência social, que permite ao indivíduo tomar consciência de si tão somente em relação a um outro indivíduo, até chegar à descoberta e formalização daquela substância secreta que legitima o reconhecimento da individualidade para alguns e a exclui para outros: a propriedade (CANEVACCI, 1984, p.9).

Agora o fetiche das mercadorias se dilata e penetra até o interior da psique dos indivíduos oprimidos. Todos, sem exceção, participamos da vida dentro de um coletivo que é as cidades, vivemos uma espécie de construção, re-construção e destruição da cidade e dos hábitos urbanos, para novamente ressurgir a construção. Copiamos e criamos de formas diferentes, vivemos uma espécie de sincretismo universal, ou seja, as classes existem, mas o único que pode conquistar ou perder é o indivíduo. Nesse cenário, criamos a nossa existência numa contradição, onde o sujeito comporta-se num refinado jogo de aparências, onde todos pertencem, mas nem todos podem consumir nem transitar em condições sociais distintas no mesmo patamar. Cada segmento da sociedade será condicionado pelos atos e práticas de cada instância proporcionada pelas atitudes coletivas e individuais, as quais são pertencentes.

Vivemos sempre ondas de mudanças e grandes conquistas, mas também vivemos sempre aprisionados com as nossas limitações, o rompimento, o afastamento da natureza, a dependência pessoal de cada ser em maior ou menor escala, visto o poder de representação que, delegamos para os sujeitos representarem no mundo aquilo que não somos. De um modo mais claro, é a questão de auto-representação que vivemos atualmente. Em um sistema democrático, vivemos sobre uma esfera de direitos e deveres, onde a questão da cidadania é o auge desse sistema. Porém há controvérsias, não é pelo simples fato que alguém tenha o direito a uma célula de identidade que seja um cidadão pleno.

A sociedade burocratizou de todas as formas o sujeito, visto que, para ser cidadão real, a carga de cada ser deve ser integral, e não somente condição de pertencer a uma classe social, devendo ser um sistema de auto-representação e não uma delegação de poderes a cada setor, apropriando-se do direito de ser cidadão. Portanto, vivemos aprisionados sobre o desenvolvimento universal dos indivíduos, sobre a subordinação de sua produção social. Cada ser pode fazer parte a qualquer hora de cada seguimento da sociedade, desde que contemple as condições monetárias necessárias para tal, visto que a vontade de potência está no âmago do indivíduo. Assim, opressor e oprimido são faces da mesma moeda.

De acordo com Marx, a história do indivíduo pode ser dividida em três fazes às quais corresponde, segundo seu método, uma tríade dialética: as relações de dependência pessoal (inicialmente sobre uma base natural) são as primeiras formas sociais. A independência pessoal, fundada sobre a dependência material, é a segunda forma importante, na qual chega a constituir um sistema de intercâmbio social generalizado, um sistema de relações universais, de crescimentos universais e de capacidades universais. A livre individualidade, fundada sobre o desenvolvimento universal dos indivíduos e sobre a subordinação de sua produtividade coletiva, social, a seu patrimônio social. O segundo cria as condições do terceiro (Canevacci, p.21).

A dialética do indivíduo é dada pela sociedade individualista por excelência, onde se realiza como autonomia do capital e como repressão da esmagadora maioria dos indivíduos. Os “indivíduos foram domados”, essa expressão manifesta o estado de atrofia do ser, conseqüente de um ato de imitação coletiva dado pelo indivíduo.

Muito menos misteriosamente, todos os que são excluídos do supracitado “nós” são excluídos da individualidade, precisamente enquanto privados de espírito. Imitando inconscientemente os povos mais “primitivos” - que, não por acaso, eram por eles desprezados -, diziam que o diferente de si mesmo é um não-ser: contra ele pode ser cometido qualquer atrocidade com a diferença, em relação aos povos primitivos, de que o mistério da ausência de espiritualidade mas sem-sujeito é decretado após séculos de teologia, de filosofia, de racionalismo. A mulher é natureza, cuja ferida que todo mês volta a sangrar é uma advertência contra qualquer desvio do estereótipo “viril”; o operário é estômago, na tradição do mais vulgar dos apólogos de Agrippa, negros, judeus e, em geral, todos as raças diferentes são postas na condição de espécie inferiores na escala evolutiva. Todos esses não-eu são caracterizados por sua subordinação ao “materialismo”; são exceções sem regra do espírito absoluto, angústia concreta de Deus e de quem ocupa seu lugar, assim como os animais para o velho idealismo. De resto o extremismo idealista - sem se preocupar com as aporias - experimentará paixões imoderadas pelas máquinas produtivas e destruidoras, como no futurismo marinetiano. Depois da crise de 29 [...] com a firmação das gigantescas sociedades

anônimas de tipo multinacional, inicia-se um novo processo invertido em relação ao anterior: só os tradicionais excluídos da individualidade reivindicam a possibilidade de retomar a expansão da subjetividade, em conexão com os seus específicos modos de ser: o indivíduo-operário, o indivíduo-mulher, o indivíduo-estudante, o indivíduo-outro [...] os sem-sujeito emergem como negação materialista única da pessoa capitalista (CANEVACCI, p. 28-29).

Este capítulo analisou as manifestações que colocam os seres humanos com suas racionalidades em circunstâncias de ordens coletivas e individuais e com conseqüências em ambos. Os caminhos percorridos em cada capítulo promovem um caminho circular, que permitiu um olhar mais radical e crítico para as conseqüências de formação dos distúrbios sociais elencados nesta dissertação.

Por isso, o indivíduo, quer seja sujeito ou não, cidadão ou não, usuário ou não todos fazem parte desta “totalidade”, sendo o manifesto de um modelo de vida, o qual nós humanos programamos absorvemos e obedecemos. Foi preciso caminhar com alguns aspectos que dizem respeito aos indivíduos para poder rever alguns processos que são desenvolvidos em outras esferas, mas que conduzem uma espécie de ação e reação em relação às atitudes ou omissões de cada indivíduo.

Considerações Finais

A escolha por um trabalho essencialmente teórico foi dado por uma opção pessoal, onde é visto que não basta fazer um diagnóstico, de pobreza, marginalização e opressão, pois estes envolvem aspectos de privação deste meio técnico científico e informacional, onde é construída uma não participação do indivíduo na composição política e social. Defendeu-se, nessa dissertação, que a emancipação é somente individual e nunca pode ser de uma classe como um todo. Um indivíduo pobre pode chegar a sua superação individual e “crescer na vida”, mas uma classe pobre não pode e não consegue uma superação em conjunto dentro do sistema capitalista. Esta dissertação foi de um caráter exploratório das teorias cruzadas, sob um olhar crítico da realidade urbana, numa construção regressiva- progressiva do espaço e do tempo.

O homem, ao diferenciar-se das outras espécies através do raciocínio, cria estruturas conceituais para a sua sobrevivência. A base para esse estudo, nessa perspectiva, são as concepções de verdade e mentira (NIETZSCHE, 1983). Conforme Nietzsche, o homem precisa de justificativas para o seu viver. Com isso, nascem os conceitos, simplificadores das diferenças, que as enquadram em modelos únicos, como se tudo fosse igual, saído da mesma forma.

O pesquisador dessas verdades procura no fundo, apenas a metamorfose do mundo em homem, luta por um entendimento do mundo como uma coisa à semelhança do homem e conquista, no melhor dos casos, o sentimento de uma assimilação. Semelhante ao antropólogo que observa as estrelas a serviço do homem e em função de sua sorte e sofrimento, assim um tal pesquisador observa o mundo inteiro como ligado ao homem, como a imagem multiplicada de uma imagem primordial, do homem. Seu procedimento consiste em tomar o homem por medida de todas as coisas: no que, porém parte do erro de acreditar que tem essa coisa imediatamente, como objetos puros diante de si. Esquece, pois, as metáforas intuitivas de origem, como metáforas, e as torna pelas coisas mesmas (NIETZSCHE, 1983, p. 58).

Essa prática humana de conceituar ajuda o homem a justificar o seu raciocínio e criar uma justificativa do ser que é a ideologia. A causa disso seria obra da existência humana com suas produções: éticas, políticas, técnicas e mais os fenômenos naturais. Assim, essa causa final é uma questão de “uso” que defende a vontade de quem ordena a produção de algo. A história é um dos aspectos da ideologia. Segundo Marilena Chauí (1986), o homem projeta a sua existência, cria as formas de existir e sobreviver e cria as

hierarquias dentro da divisão social do trabalho, que é engendrada pela desigualdade social e de propriedade. Assim, a ideologia é o mascaramento da realidade social que permite a legítima exploração e dominação.

Dentro dos limites das conceituações, foi problematizado, no decorrer do trabalho, o conceito de exclusão. Foi defendido que, em lugar da exclusão, tem-se a dialética exclusão/inclusão. Para isso, foi feita uma revisão bibliográfica em que foram citados autores que falam sobre os fenômenos: exclusão, sistema-mundo, globalização, cidade, e usuário (subjeto deste). Indivíduos são distribuídos no território, segundo sua classe social e seu poder aquisitivo, sendo que, no território, a economia e a cultura do consumo promovem uma cidadania incompleta.

A contribuição deste trabalho constitui na exposição dos detalhes das contradições, as quais são apresentadas em cada parte do cruzamento de dados, que contemplaram a problemática exclusão/inclusão. Desse modo, os aferidos cruzamentos proporcionaram detalhes que justificam o estado contraditório e combinado que são os conflitos da dialética social ao individual.

A pertinência de cada capítulo diz respeito à exposição dos detalhes contidos na estrutura social estratificada e que ficam camufladas diante das metáforas das verdades. As escalas de realidades foram postas e sobrepostas, convergindo diversos caminhos de métodos, que contemplam os sistemas de objetos e de ações (Santos, 1996) que ocasionaram e condicionam os espaços nas suas ações de “uso”.

A desigualdade, neste trabalho, foi compreendida como sendo as estratificações e as segregações sociais. Já a injustiça foi entendida como a falta de mobilidade e oportunidade das pessoas. A cidadania está subordinada ao modelo cívico de exclusão, subordinada ao modelo econômico. Em lugar do cidadão, formou-se um consumidor, que pacificamente é intitulado como cidadão, o usuário da cidade. Dentro desse processo, a privação torna-se uma inclusão perversa, visto que, diante desse modelo vivido, não existem pessoas que não estejam inseridas. A sociedade exclui para incluir e essa transmutação é condição de ordem social desigual.

Cria-se uma dialética inclusão/ exclusão, sendo que a exclusão cria uma subjetividade específica que promove a ilusão de inclusão, ainda que seja excluído bem como a ausência de percepção da discriminação. Nesse sentido, foi problematizada, nesta dissertação, a pretensa homogeneização no cotidiano da cidade. Assim, concluiu-se que subjetividade da exclusão não pode ser vista como uma defasagem apenas de ordem econômica. Deve ser parte integrada de uma ordem social (coletiva e individual),

manifesta no cotidiano, como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência [(SAWAIA, 2006), (TUAN, 1983), (PINTO, 1969)]. A situação de exclusão não deve ser vista como uma simples falha e sim como um produto do sistema, um processo contínuo. A sociedade capitalista é tida como uma das sociedades mais discriminatória, o grande desafio é perceber que a exclusão social além de ser econômica é política. Segundo Bader Sawaia (2006), a exclusão tem um caráter ilusório que consiste na inserção social perversa: a sociedade exclui para incluir e essa transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica no caráter ilusório de inclusão e participação. Para o sociólogo José de Souza Martins (1997), não existe exclusão social, existem vítimas dos processos sociais, de políticas e economias excludentes.

Concluiu-se que a exclusão social não tem uma origem única, mas vem de esferas distintas e entrelaçadas, tais como: econômica (questão do consumo e do trabalho), cultural (identidade e forma de sociabilidade), política (crise das formas coletivas). A exclusão social se caracteriza não só pela privação material, mas principalmente porque essa mesma privação desqualifica uma classe, ou um ser. Foi constatado também nesse trabalho que um dos fatores geradores da desigualdade entre os homens que é a *competitividade*. Nos discursos midiáticos, políticos, religiosos, etc. Notou-se um apelo para que amemos uns aos outros, mas na prática devemos competir e ser individuais ao extremo, em atitudes que desencadeiam desigualdade de ser e estar, pois a própria competitividade não é possível sem haver a exclusão. Percebeu-se também nesse trabalho que uma das causas da desigualdade entre os homens é a relação que se dá entre os indivíduos, no auxílio e no uso do outro como benefício próprio. A questão de delegar o poder de representação está imbricada nessas práticas bem como a questão do trabalho, nas suas estratificações, com sua necessidade do excedente.

A exploração e dominação são os processos que fazem com que a desigualdade não seja erradicada. É preciso examinar o capitalismo na sua história, enquanto modo de produção e modelo de gestão econômica que domina a humanidade, juntamente com suas características: racionalidade, acumulação, separação (econômico e social), propriedades (privado e público), trabalho formal e informal. As diferenças devem ser bem esclarecidas visto que centro e periferia, para Milton Santos, são as formas como cada indivíduo encontra-se inserido em um dos dois circuitos que por ele são cunhados: circuitos superiores e inferiores, pois a favela, a periferia não reúne todos os pobres da cidade e tampouco todos que nela vivem podem ser definidos pelo mesmo critério de

pobreza. Uma favela pode tanto compreender biscateiros, que vivem de rendas ocasionais, como assalariados de serviços e das indústrias e pequenos empresários. Desse modo, se existe um lugar privilegiado esse é a periferia, pois ela é objeto de cuidados do Estado, das igrejas e dos poderes paralelos, ou seja do mercado.

Portanto, os lugares geográficos são vivos e não inertes sendo que os lugares são o resultado de relações sociais. Os territórios de uma cidade, de uma rua, de um bairro, de um município, etc. devem ser sensíveis aos olhos do pesquisador e, num caso externo, a todos os seres da sociedade. Outro caminho para compreender a complexidade é a questão da própria dialética social e individual, pois juntos são caminhos que explicam com muita propriedade as tendências da sociedade.

Entretanto, essa questão não se fecha numa dialética marxista, pois, apesar de a questão materialista ser contemplada com muita propriedade nessa dialética, considerando como nenhuma outra teoria o aspecto social, não abrange profundamente a dialética do indivíduo. Com isso, evidencia-se que a dialética marxista teria muito a ganhar com um diálogo com teorias de tendências existencialistas. Nesses caminhos, a ciência deve ser interdisciplinar, sem fragmentação de especialidades fechadas.

Portanto, a sociedade não pode ser analisada sob formas de modelos perfeitos, pois a própria forma (coletiva e individual) não é perfeita. A relação que cada indivíduo estabelece com o modo de produção capitalista, condiz com uma pseudo-autonomia e cria, na maioria dos indivíduos, uma repressão, visto que a dita autonomia é controlada e combinada dentro do dito consumo dirigido.

Todos os espaços geográficos (velho mundo, novo mundo, novíssimo mundo, sistema mundo) são formas e sentidos criados por nós. Os sistemas são complexos e identificam os lugares conforme normas, qualificações e quantificações. Cada período é caracterizado pela existência de um conjunto coerente de elementos de ordem econômica social, política e moral, que constituem um verdadeiro sistema.

Não importa a escala dos lugares, elas são a sede dos movimentos que culminam com o que é chamado de globalização da natureza e isso inclui os homens. Foram criadas estruturas e ações que condicionaram e serviram de base para o surgimento de um mercado mundial de produção e consumo.

Em vista disso, foi preciso, na presente pesquisa, voltar os olhos para meados do século XV, quando foi implantado um novo espaço-tempo, uma nova mentalidade que se configurou com a origem da América. A população da América foi classificada juntamente com o mundo, dentro de mecanismos de domínio e conquistas. Foi à

articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, que viabilizaram e proporcionaram a funcionalidade do capital e do mercado mundial. Assim, fatores que proporcionaram a exploração e dominação desde esses tempos, tais como a escrita, tecnologia, a diferença racial, fizeram e fazem a diferença na divisão e estruturação do que é o sistema-mundo, nesse caso a América Latina.

Em relação ao Brasil, foi observado que o país sempre acompanhou estilos de vida dos países que lideraram o progresso tecnológico, sendo envolvido por um emaranhado de racionalidades que fizeram do país um mero complemento de outras economias. Desse modo, a economia brasileira, desde sua gênese, é ordenada como complemento de outras economias, ciclos e que perduram até os dias atuais. Assim, podem ser justificadas ações internas e externas combinadas como promotoras das desigualdades e como legitimadoras delas. Assim, foram buscados alicerces para a problemática do trabalho, junto ao estudo de teóricos que pensaram o Brasil como um país dependente economicamente, apesar de independente politicamente. Desse modo, países subdesenvolvidos e em desenvolvimento são condicionados por decisões internas e externas em prol de economias desenvolvidas

Foi percebido, nesse trabalho, que, dentro das cidades, o processo de segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora dela. Nesse sentido, concluiu-se que é através da análise da expansão urbana, com seus serviços, espaços, sua infra-estrutura, suas relações sociais e seus níveis de consumo, aspectos diretamente ligados ao processo de acumulação do capital, que há a promoção da lógica da desordem. Segundo Marcelo Lopes de Souza (2005), o que faz uma cidade é o singular e o particular, os quais devem ser entendidos, havendo uma necessidade de investigar o interno, pois é a chave privilegiada para observarmos e decifrarmos a sua complexidade enquanto produto social. Nesse sentido, ficou evidente a necessidade de distinguir e caracterizar essas relações intra-urbanas dentro da cidade, pois elas fornecem ferramentas importantes para ter um olhar crítico de sua formação e andamento. Assim, ficou claro a indissociabilidade entre espaço e sociedade, na medida em que as relações se materializam num território real e concreto. A cidade é o lugar das trocas, onde a sociedade produz/reproduz um espaço, ou seja, a dimensão, da produção/reprodução do espaço, passível de ser vista, percebida, sentida e vivida.

Com base nisso, o propósito da dissertação foi observar as condições pretéritas e futuras, através das quais foram criadas as condições de nossas cidades, espaços que são

ocupados por seres humanos e que, através de relações de consumo e distribuição, promoveram e promovem relações desiguais. Efetivamente, nas condições atuais da divisão internacional do trabalho, a industrialização nem sempre é capaz de criar um “crescimento com desenvolvimento”, mas apenas um desenvolvimento parcial, considerando as catástrofes ambientais, a miséria e todas as intempéries promovidas pela lógica capitalista. Dentro da dissertação, cada etapa teórica, e juntamente com as próprias fotografias permitiram uma visualização da conjuntura atual, através de uma regressão no tempo e no espaço, permitindo visualizar as artimanhas nos quais os homens condicionam e justificam cada ação feita por cada segmento social.

A noção de produção tem um conteúdo mais amplo do que o que a economia lhe confere, pois essa se vincula a produção do homem, às condições de vida da sociedade em sua multiplicidade de aspectos, e o modo como é por ela determinado. A cidade não é apenas um local em que se produzem bens e onde esses bens são comercializados e consumidos: uma cidade é um local onde pessoas se organizam e interagem com base em interesses e valores os mais diversos. Assim, as cidades são estruturas condicionadas pela valoração do mercado, onde cada qual terá um acesso distinto dentro da produção, distribuição e circulação. É diante disso que a cidade é problematizada por Carlos Walter Porto, que ressalta que vivemos hoje um “caráter moderno-colonial” do sistema mundo, visto que não superamos características do passado colonial, apenas demos novas roupagens.

Nesse sentido, o capítulo que analisa a cidade do Rio Grande ilustrou o propósito do trabalho que é a dialética da exclusão/inclusão, dentro de um processo contínuo regressivo e progressivo. Assim, a revisão bibliográfica conduziu o debate sobre a cidade no singular. Portanto, esse estudo de caso comprovou as noções teóricas, propostas nos capítulos anteriores. Nesse sentido, foi de suma importância resgatar os processos de constituição, numa recuperação histórica de períodos sociais e econômicos, da cidade do Rio Grande. O sentido foi contextualizar fatores que possibilitam a análise desse estudo de caso, complementando as noções teóricas expostas nos outros capítulos. Assim, os movimentos globais e locais foram e são privilegiados em contextos históricos, sob dinâmicas naturais (geomorfologia e fisiologia) e dinâmicas antropológicas (econômicas, sociais e poder) que conduziram a cidade do Rio Grande como o lugar da dialética do social e do indivíduo. A análise da cidade do Rio Grande forneceu subsídios dentro da proposta do trabalho. Sua urbanização e industrialização ocorreram desde sua gênese, obedecendo à característica

de ser uma cidade litorânea e com capacidade portuária. Foi percebido que esses fatos justificam qualquer planejamento ou investimento que seja feito na sua área. Além disso, entende-se por que Rio Grande foi palco de grandes manifestações de ordem sociais e econômicas: pois ela faz parte de uma dinâmica que vai do global ao local com entrada e saída de tudo.

Ora, isto requer um olhar crítico para os acontecimentos pretéritos e futuros, pois, eles remetem a peculiaridades que refletem as condições da problemática da dialética da exclusão/inclusão. Viu-se que a origem, a transformação e o desenvolvimento atual da exclusão/inclusão são oriundos de todas as manifestações elencadas em cada capítulo, pois é o reflexo da dialética do social ao individual. Por outro lado, todos os argumentos vistos anteriormente tiveram como propósito chegar às manifestações das desigualdades, nas quais os indivíduos desenvolveram, com suas racionalidades, artimanhas que desencadeiam situações que resultam em comportamentos desiguais nos espaços.

A pertinência do trabalho foi alcançada a partir da análise dos movimentos inclusivos e exclusivos que, dentro desse estudo, são elencados diante da dialética social ao individual. Assim, ele obedece a um ciclo de atitudes e comportamentos que permitirão uma visão da dita totalidade, visto que se acredita que os grandes distúrbios criados e manifestados no âmbito da sociedade de consumo dirigido referem-se ao ser humano com suas angústias e magnitudes e suas formas de expressões, as quais são refletidas nas suas formações subjetivas que conferem suas atitudes do individual ao coletivo.

Nesse sentido, a história do esforço do homem para submeter a natureza é também a história da submissão do homem pelo homem. Essa dupla história se reflete na evolução do conceito do “eu”. Assim, foram buscados argumentos em teorias que fornecessem subsídios para uma argumentação da dialética exclusão/inclusão. Assim, acredita-se que caminhos em torno dos indivíduos, que nesse caso são vistos como sujeitos, cidadãos pertencentes a uma classe ou grupo de classes, permitirão uma melhor visualização dos processos que conduziram e conduzem para uma lei do crescimento desigual, o qual é a identidade do modelo de produção. Foi preciso, então, analisar alguns aspectos que dizem respeito aos indivíduos para poder rever alguns processos que são desenvolvidos em outras esferas, mas que conduzem a uma espécie de ação e reação para as atitudes e omissões de cada indivíduo. Isso nos coloca outros caminhos que terão que ser posteriormente percorridos para o estabelecimento de uma ordem que

contemple novas perspectivas para os indivíduos e para as coletividades nas suas potencialidades.

A partir deste instante, o objetivo deste trabalho que era buscar elucidar e iluminar a manifestação da complexidade do social, onde o homem e suas relações múltiplas evidenciaram uma extrema necessidade de transcender o ato de constatar. Assim como o autor Edgar Morin (1998), “o problema consiste em saber quais são estas inscrições, enraizamentos, dependências” dentro dos processos de relações, assim, o estudo entrou na dialética exclusão/inclusão. A cidade e suas organizações são técnicas de exclusão (consentida, tolerada e desejada). Deste modo, a democracia deste país permite aquilo que é pertinente a ela, sendo assim, os homens, as cidades e suas instituições são organizadas dentro de/ através de conflitos sociais.

Nesse cenário, criamos a nossa existência numa contradição, onde o sujeito comporta-se num refinado jogo de aparências, onde todos pertencem, mas nem todos podem consumir nem transitar em condições sociais distribuídas no mesmo patamar. Cada segmento da sociedade será condicionado pelos atos e práticas de cada instância proporcionada pelas atitudes coletivas e individuais, as quais são pertencentes.

Agora o fetiche das mercadorias se dilata e penetra até o interior da psique dos indivíduos. Seja qualquer indivíduo, rico ou pobre todos fazem parte da mesma moeda. Todos, sem exceção, participamos da vida dentro de um coletivo que é as cidades, vivemos uma espécie de construção, re-construção e destruição da cidade e dos hábitos urbanos, para novamente ressurgir a construção. Copiamos e criamos de formas diferentes, vivemos uma espécie de sincretismo universal, ou seja, as classes existem, mas o único que pode conquistar ou perder é o indivíduo.

A sociedade burocratizou de todas as formas o sujeito, visto que, para ser cidadão real, a carga de cada ser deve ser integral, e não somente condição de pertencer a uma classe social, devendo ser um sistema de auto-representação e não uma delegação de poderes a cada setor, apropriando-se do direito de ser cidadão. Portanto, vivemos aprisionados sobre o desenvolvimento universal dos indivíduos, sobre a subordinação de sua produção social. Cada ser pode fazer parte a qualquer hora de cada seguimento da sociedade, desde que contemple as condições monetárias necessárias para tal, visto que a vontade de potência está no âmago do indivíduo. Assim, opressor e oprimido são faces da mesma moeda. A vontade de potência escraviza o homem na sua interioridade, no seu pensamento, desejo, na ausência de um autoconhecimento e nas suas ações com os outros. O que confere ao homem a lei do desenvolvimento desigual e que transforma

a capacidade de cada ser, em mero produto de uma sociedade estratificada por condutas que servirão de controle de si próprio.

Sendo assim, a estrutura desta dissertação responde a inquietações subjetivas do meu ser (homem e pesquisador); caberá, daqui pra frente, a condução de mecanismos, onde servirão de base para a capacitação de projetos que promovam a emancipação do ser, emancipação aqui contrária ao economicismo, mas remetente ao político e social. A sociedade é uma multi- complexidade de fatores, e é percebido que no modo de produção capitalista cada indivíduo participa como “não sujeito,” e o que lhe serve de consolo é somente a capacidade de ser usuário, consumidor. Neste sentido, a pretensão não é querer criar a roda novamente, mas é reconstruir a própria história dos fatos contraditórios. A sociedade planeja, almeja e obtém seus desejos com a manifestação dos seres humanos através da “mundanidade”, cujo significado, é exemplificado pela tendência para gozos materiais. Assim, a própria história do homem é banalizada na sua inferioridade, diante do fato de ser mero consumidor, desconhecendo desse modo a sua própria potência atual, ou seja, opressor/oprimido, ambos no mesmo ser.

Não cabe aqui, colocar diretrizes para melhorar a situação da participação de cada ser dentro de suas existências, mas cabe aqui retratar cada parte deste trabalho como foco de estudo engajado e que colabora com cada questão para uma indagação de qual é o papel de cada ser na/sua história. Desse modo, cada parte deste trabalho é uma consideração final, no qual na complexidade do social não poderá ser visto como um método fechado, e sim, como um caminho a ser percorrido e percebido. Portanto, um questionamento no qual homens de todas as histórias perseguiram e se questionaram: Quem sou eu, para onde vou? E mais importante, por que vou?

Essa pesquisa teve a pretensão de contribuir tanto para uma reflexão teórica dos processos da contradição exclusão/inclusão, quanto para o próprio desenvolvimento intelectual do pesquisador. A potencialidade dos processos fornecerá novas atitudes para uma ciência nova, ou melhor, buscar a essência da ciência na sua criação onde o seu desenvolvimento é para o coletivo social. O passado e o presente registram cada atitude o qual cada ser participa, e nesse caso a de produção e de consumo. Assim, nada é por acaso, tudo tem um por que. Cada segmento faz parte de um todo e este todo confere as atitudes e não atitudes que esses submetem e são submetidos por justificativas nos quais cada período histórico é elencado. Portanto, a complexidade da vida, pede novas atitudes, e não permite persistirem com ingenuidades coletivas e

individuais. Os fatos são visíveis e plausíveis então, por que a humanidade não colocou uma nova ordem nos seus problemas: consentido tolerado e desejado?

A manifestação de uma nova ordem requer uma nova atitude, novos/ velhos caminhos onde o ato de existir não é somente o “consumo”, mas a existência da sabedoria de cada ser na sua ação individual e coletiva as quais privilegiam a sua natureza primitiva, ou seja, não uma involução do conhecimento geral, mas uma própria reconstrução do conhecimento da espécie humana. Desse modo, esse trabalho fez um caminho regressivo e progressivo, a própria atitude no espaço deverá recair para esses olhares. Hoje, o que aprendemos na família, na escola, na faculdade, na vida não nos coloca para outro patamar de uma consciência crítica, mas seja qual for o ser que ocupa um lugar no espaço atual, sendo ele rico ou pobre letrado ou iletrado todos sem exceção são ingênuos, consumidores de si mesmo. (Pinto, 1979, 2005). Não percebemos as artimanhas as quais estamos enveredados, sem nenhuma reação. Assim, as atitudes pequenas que ocorrem, são aptidões de mascaramento e ações paliativas. Digo pequenas, para ações envolvidas ao modo de produção capitalista, onde qualquer “discurso” é para o benefício de perpetuação dos conflitos sociais e suas artimanhas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- O velho e o novo na estrutura materialista de economicismo planejado

Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini: NR-11605-**Rua Riachuelo -Cais do Porto Velho**, data aproximada 1913.Fotógrafo- em processo de pesquisa/ NR-9235- Vista aérea da cidade, ano- 1999. Fotógrafo- João Paulo Ceglisky. (p.24)

Figura 02- As diferentes organizações sociais dentro da lei do desenvolvimento desigual

Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini: NR-750- **Fábrica Rheingantz**, ano aproximado- 1920. Fotógrafo- em processo de pesquisa/ NR-10406- **Oficina dos bondes**, ano-1942. Fotógrafo- em processo de pesquisa /NR-388- **Pescador no cais do porto**, ano aproximado 2000. Fotógrafo- Dário de Araújo Lima/ NR-792- **Calçadão**, ano-1984. Fotógrafa- Cleusa Maria Raymundo Cruz. (p.26)

Figura 03- As artimanhas do social no mundo contraditório e combinado

Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini: NR-1179- **Retrato de Família**, ano aproximado 1922. (em processo de identificação). Fotógrafo- em processo de pesquisa/ NR-792- **Calçadão**, ano 1994.Fotógrafa- Cleusa Maria Raymundo Cruz.

Família castelo, ano 2006. Fotógrafo- arquivo do pesquisador. (p.27)

Figura 04- A realidade sob metáforas

A autoconstrução, ano 2006. Fotógrafo- arquivo do pesquisador. (p.29)

Figura 05- O regressivo e o progressivo: uma mera coincidência

Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini: NR-4296- **Casas de madeira- Canal da cidade do Rio Grande**, ano aproximado 1935 a 1940. Fotógrafo em processo de pesquisa/ NR-3367- **Profilurb**, ano aproximado 1970 a 1978. Fotógrafo em processo de pesquisa.

2 Casas do bairro Castelo Branco I, ano 2006. Fotógrafo- arquivo do pesquisador. (p.36)

Figura 06- Cada classe com o seu pertencimento

4 fotos do Bairro Castelo Branco I, ano 2006. Fotógrafo- arquivo do pesquisador. (p.39 e 40)

Figura 07- A dialética do social e do indivíduo

Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini: NR-792- **Calçadão**, ano 1994.Fotógrafa- Cleusa Maria Raymundo Cruz. (p.42)

Figura 8- A privação dos processos sociais

2 fotos do habitat do Bairro Castelo Branco I, ano 2006. Fotógrafo- arquivo do pesquisador. (p.47)

Figura 09- O mascaramento da realidade organizada

Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini: NR-1179- **Retrato de Família**, ano aproximado 1922. (em processo de identificação). Fotógrafo- em processo de pesquisa. (p.59)

Figura 10- A divisão social do trabalho: o homem e a máquina

Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini: NR-10406- **Oficina dos bondes**, ano-1942. Fotógrafo- em processo de pesquisa. (p.73)

Figura 11- Movimentos internos e externos dentro de uma economia dependente?

Construção da fábrica Rheingantz. Foto do arquivo de Solismar Fraga. (p.77)

Figura 12- O consentido, tolerado e o desejado

Fábrica Nova, Foto do arquivo de Solismar Fraga. (p.80)

Figura 13- A face da dialética exclusão/inclusão

Habitat do Bairro Castelo Branco I, ano 2006. Fotógrafo- arquivo do pesquisador. (p.90)

Figura 14- A auto-sobrevivência da periferia

Habitat do Bairro Castelo Branco I, ano 2006. Fotógrafo- arquivo do pesquisador. (p.96)

Figura 15- O singular e o particular da cidade

Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini: NR- 411/ 582, ano 2002. Fotógrafo- Dário de Araújo Lima/ NR-9235- **Vista aérea da cidade**, ano- 1999. Fotógrafo- João Paulo Ceglisky. (p.97)

Figura 16- O “ser superior” dentro da esfera cidade

Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini: NR-9235- **Vista aérea da cidade**, ano- 1999. Fotógrafo- João Paulo Ceglisky. (p.101)

Figura 17- O “ser inferior” dentro da esfera cidade

Comércio do Bairro Castelo Branco I, ano 2006. Fotógrafo- arquivo do pesquisador. (p.101)

Figura 18- A cidade cresceu e suas peculiaridades surgiram

Porto Novo da cidade do Rio Grande, Foto do arquivo de Solismar Fraga. (p.105)

Figura 19- A cidade e seu potencial

Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini: NR-1194- **Mercado Público**, ano aproximado 1940. Fotógrafo em processo de pesquisa. (p.105)

Figura 20- O velho construído para um velho novo

Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini: NR-11605-**Rua Riachuelo -Cais do Porto Velho**, data aproximada 1913. Fotógrafo- em processo de pesquisa. (p.106)

Figura 21- A ilusão de pertencimento

Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini: NR-750 **Fábrica Rheingantz**, ano aproximado-1920. Fotógrafo- em processo de pesquisa. (p.110)

Figura 22- O que era qualificado torna-se desqualificado

Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini: NR-388/389//582/395 **Processos da pesca em Rio Grande**, ano aproximado 2000. Fotógrafo Dário de Araújo Lima. (p.111 e 112)

Figura 23- O vai e vem das oscilações econômicas e suas peculiaridades

Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini: NR-735- **Companhia de tecelagem Ítalo-Brasileira, ano 1910** Fotógrafo- em processo de pesquisa. (p.113)

Figura 24- Cidade portuária eis minha identidade

Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini: NR-9235- **Vista aérea da cidade**, ano- 1999. Fotógrafo- João Paulo Ceglisky. (p.116)

Figura 25- Apenas uma mera semelhança, ou não?

Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini: NR-4296- **Casas de madeira- Canal da cidade do Rio Grande**, ano aproximado 1935 a 1940. Fotógrafo em processo de pesquisa/ NR-3367- **Profilurb**, ano aproximado 1970 a 1978. Fotógrafo em processo de pesquisa. (p.118)

Figura 26- O começo poderá ser a chave do principio defeituoso

Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini: NR11605- **Rua Riachuelo- Cais do Porto Velho**, ano aproximado 1913. Fotógrafo em processo de pesquisa. (p.119)

Figura 27- A semelhança não é por acaso

2 fotos do Bairro Castelo Branco I, ano 2006. Fotógrafo- arquivo do pesquisador. (p.120)

Figura 28- Pelas mãos dos movimentos inclusivos e exclusivos

Foto do Bairro Castelo Branco I, ano 2006. Fotógrafo- arquivo do pesquisador. (p.121)

Figura 29- A ciência como produto social

Arquivo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini: NR1128- **Augusto Duprat, Local Paris**, ano 1882. Fotógrafo REYMANN & Cie. (p.122)

Figura 30- O futuro começa por aqui

Foto do Bairro Castelo Branco I, ano 2006. Fotógrafo- arquivo do pesquisador. (p.124)

Figura 31- O pescador de ilusões

Foto do Bairro Castelo Branco I, ano 2006. Fotógrafo- arquivo do pesquisador. (p.123)

Figura 32- A reprodução da dialética exclusão/inclusão

Foto do Bairro Castelo Branco I, ano 2006. Fotógrafo- arquivo do pesquisador. (p.130)

Figura 33- O Coletivo e o indivíduo sociais

Foto do Bairro Castelo Branco I Posto de saúde do Bairro, ano 2006. Fotógrafo- arquivo do pesquisador. (p.133)

Observações:

As figuras 1- 2- 3- 6- 7- 10- 18- 19- 26- 28- 31- 33. As figuras têm por objetivo fazer uma comparação, tanto na relação espaço e tempo, quanto na demonstração de especificidades. Com isso, demonstrar que a evolução não acontece numa uniformidade, mas numa relação desigual. As restantes figuras são individuais e remetem a uma só abstração, mas, correspondendo ao regressivo e progressivo e fotografias são oriundas da cidade do Rio Grande- RS- Brasil, os quais caracterizam esta cidade como parte de um todo, e sendo assim, a manifestação da dialética exclusão/inclusão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGNES, Silvia Clara. *A questão do geral e do específico na historiografia latino americana: análise do processo de constituição da mão-de-obra industrial em Pelotas/Rio Grande e a cidade do México*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 1990: Editora da UFRGS.

ARENDT, Hanna. *A condição humana*. 6. ed. Rio de Janeiro, Revista Forense Universitária, 1993.

_____. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

BASTIDE, Roger. *Sociologia*. Trad. Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Ática, 1983.

BEAUD, M. *História do capitalismo: de 1500 aos nossos dias*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

CANEVACCI, Massimo. *Dialética do indivíduo. O indivíduo na natureza, história e cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O Espaço Urbano: Novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *O Poder da Identidade*. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Trad. Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CATTANI, Antonio David (org.). *Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia*. 4. ed. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Morar, cozinhar. vol. 2. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *Convite à Filosofia*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1995.

CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson; COMPARATO, Fábio Konder; OLIVEIRA, Francisco de. *Como pensar?* São Paulo: Lua Nova, n. 54, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452001000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 mar. 2009. doi: 10.1590/S0102-64452001000100005.

DAVIS, Mike. *Planeta favela*: São Paulo: Boitempo, 2006.

DEBORD, G. *A Sociedade do Espetáculo*. Disponível em: <http://www.geocities.com/projetoperiferia4/se.htm>. Acesso em 12 out. 2006

DEMO, Pedro. *Políticas sociais, educação e cidadania*. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1996.

_____. *Charme da exclusão social*. Campinas: Autores Associados, 1998.

_____. *Pobreza da pobreza*. Petrópolis: Vozes, 2003.

DIAMOND, Jared M. *Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas*; trad. de nota Silvia de Souza Costa. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

DIONNE, Jean, LAVILLE, Christian. **A construção do saber. Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Editora UFMG, Reimpressão 2008.

DOLLFUS, O. *O espaço geográfico*. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

DOMINGUES, Marcelo Vinicius de La Rocha. *Superporto do Rio Grande: Plano e realidade. Elementos para uma discussão*. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 1995.

ESTENSSORO, Luis. *Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina*. Tese de doutorado. Departamento de sociologia. Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2003.

EZEQUIEL, Marcio da Silva. *Visões da pobreza: Estudo temático dos viajantes no Rio Grande do Sul do início do século XIX*. Porto Alegre 1999. dissertação de mestrado UFRGS.

FERRATER, Mora. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Loyola, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FURTADO, Celso. **A habitação**. São Paulo, v. 17, n. 48, ago. 2003 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 mar. 2009. doi: 10.1590/S0103-40142003000200015.

_____. *Entre inconformismo e reformismo*. São Paulo, v. 4, n. 8, abr. 1990. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141990000100013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 mar. 2009. doi: 10.1590/S0103-40141990000100013.

_____. *Globalização das estruturas econômicas e identidade nacional*. São Paulo, v. 6, n. 16, dez. 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141992000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 mar. 2009. doi: 10.1590/S0103-40141992000300005.

_____. *O fator político na formação nacional*. São Paulo, v. 14, n. 40, dez. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 mar. 2009. doi: 10.1590/S0103-40142000000300002.

GARCIA, Vinicius Gaspar. *Questões de raça e gênero na desigualdade social brasileira recente*. Dissertação de Mestrado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia, 2005.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GUATARI, Félix. *As três ecologias*. Trad. Maria Bittencourt. Campinas: Papirus, 1990.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HELLER, A. *O cotidiano e a história*. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HESS, Remi. *Produzir sua obra: o momento da tese*. Trad. Sérgio da Costa Borba. Brasília: Liber Livro, 2005.

IANNI, Octávio. *Teoria da Globalização*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1996.

JACOBI, Pedro. *Exclusão urbana e lutas pelo direito à moradia*. In: Revista Espaço e Debate, ano 2 , nº 7. São Paulo, NERU, 1982, p.53-70.

KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

_____. *O direito à cidade*. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

MARCUSE, Peter. **Enclaves, sim; guetos, não. A segregação urbana: convergências e divergências**. In: *Espaço & Debates: Segregações urbanas*. São Paulo. v. 24 n. 45. p. 1-136. jan/jul 2004. ISSN0101-5621p. 11-23

MARICATO, Ermínia. *Exclusão social e reforma urbana*. Rio de Janeiro, Proposta. n.62, set./1994, p.51-56.

_____. *Brasil, cidades. Alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. *Metrópole, legislação e desigualdade*. São Paulo, v. 17, ago. 2003. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?. Acesso em 26 mar. 2009.

MARQUES, Eduardo. Haroldo Torres (org): *Segregação, Pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Editora Senac, 2004.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. (org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MARTINS, Solismar Fraga. *A produção do espaço em uma cidade portuária através dos períodos de industrialização: o caso do município de Rio Grande*. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2004.

MARTINS, José de Souza. *As mudanças nas relações entre a sociedade e o Estado e a tendência à anomia nos movimentos sociais e nas organizações populares*. São Paulo, v. 14, n. 38, abr. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000100015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 mar. 2009. doi: 10.1590/S0103-40142000000100015.

_____. *Que fazer para gerar empregos no Brasil?* São Paulo, v. 17, n. 49, dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300019&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 mar. 2009. doi: 10.1590/S0103-40142003000300019.

MELLO, Marco. *Pesquisa participante e Educação Popular: da intenção ao gesto*. Porto Alegre: Isis, 2004.

MORIN, Edigar. **O Método. 4 As idéias**. Porto Alegre: Sulina, 1998.

NEVES, Hugo Alberto Pereira. **A importância do porto do Rio Grande na economia do Rio Grande do Sul (1890-1930)**. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1980.

NIETZSCHE, Friedrich. **Obras incompletas**. Seleção de textos de Gerard Lebrun. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

OLIVEIRA, Francisco de. **Vanguarda do atraso e atraso da vanguarda: globalização e neoliberalismo na América Latina**. Texto preparado para a conferência magistral no XXI congresso da associação Latino-Americana de Sociologia – ALAS. São Paulo, setembro de 1997, p. 6-10 e 52.

_____. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *Crítica à razão dualista – o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Luciano. *Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito*. Revista brasileira de ciências sociais. São Paulo: ANPOCS, n° 33, ano 12, fevereiro de 1997, p.49-60.

OLIVEIRA, Herbert Lopes de. *As atuações do Estado, da Sociedade Civil e do Terceiro Setor na dinâmica sócio espacial da favela de Paraisópolis*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas, 2006.

PINTO, Álvaro Vieira. *O conceito de tecnologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

_____. *Ciência e existência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PRÉTECEILLE, Edmond. *A construção social da segregação urbana: convergências e divergências*. In: Espaço & Debates: Segregações urbanas. São Paulo. v. 24 n. 45. p. 11-23. jan/jul 2004. ISSN0101-5621.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina*. In: *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Julio 2000. ISBN:950-9231-51-7. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/quijano.rtf>. Acesso em dez. 2008.

RAMOS, Aluísio Wellichan. *A cidade como negócio: Aspectos da atuação do setor imobiliário e da relação público-privado na barra funda e na água branca (município de São Paulo) - um exame crítico da operação urbana água branca e do projeto “bairro novo”*. Tese de Doutorado. Programa de pós-graduação em Geografia Humana. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

RANGEL, Ignácio. *Obras reunidas*. Editora Contraponto, 2005.

RECLUS, Elisée. *Geografia*. Trad. Manuel Correia de Andrade. São Paulo: Editora Ática, 1985.

RIQUE, Lenyra Rique da Silva. *Do senso comum à geografia científica*. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. *A natureza contraditória do espaço geográfico*. São Paulo: Contexto, 1981

ROCHA, Alexandre Souza da. **Objetos, Atos e situações no morar na periferia da metrópole. Momentos e implicação.** Tese de Doutorado. Programa de pós-graduação em Geografia Humana. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** Ed. Brasiliense. 1998

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

SACHS, IGNACY. **Quo Vadis, Brasil.** In: Sachs, Ignacy. Wilhelm, Jorge & Pinheiro, Paulo Sérgio (org). **Brasil, um século de transformações.** São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

SALVATORI, ELENA; HABIAGA, Lydia Angélica; THORMANN, Maria do Carmo. **Crescimento horizontal da cidade do Rio Grande.** In: Revista brasileira de geografia. Rio de Janeiro, v. 51. nº 1, p 27-71, 1989.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Um discurso sobre as ciências.** São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel. Terra, 2007.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SAWAIA, Bader (org.) et all. **As artimanhas da exclusão.** Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 6.edição editora Vozes Petrópolis 2006.

_____. **Exclusão ou inclusão perversa?** In: _____. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial de ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 7-13.

SAWAIA, Bader; LANE, T. M. (orgs.). **Novas veredas da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SCHWARTZMAN, Simom. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. **Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo**. São Paulo: Augurium, 2004.

SINGER, Paul. *A crise do “milagre”*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *De dependência em dependência: consentida, tolerada e desejada*. São Paulo, v. 12, n. 33, ago. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 mar. 2009. doi: 10.1590/S0103-40141998000200008.

SINGER, Paul. *O Brasil no limiar do terceiro milênio*. São Paulo, v. 14, n. 38, abr. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000100013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 mar. 2009. doi: 10.1590/S0103-40142000000100013.

SOBRINHO, Corival Alves do Carmo. *Dependência e estagnação: o debate sobre a crise dos anos 60*. (Dissertação de Mestrado). Campinas: São Paulo, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Planejamento Urbano e Ativismos sociais*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

_____. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. *A B C do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPOSATI et all. *A pesquisa sobre segregação: conceitos, métodos e medições*. Espaço e Debates. vol. 24, nº 45, p. 87-109, jan- jul/ 2004.

TOFFLER, A. *A Terceira Onda*. Trad. João Távora. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 1980.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais. A pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

TUAN, Y. F. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. Trad. Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

_____. ***Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente***. Trad. Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

_____. ***Geografia humanística***. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.) *Perspectivas da Geografia*. São Paulo, Difel, 1995.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. ***Pobreza urbana e a formação de bairros populares em Salvador na longa duração***. In: GEOUSP- Espaço e tempo. São Paulo: Editora da USP. n° 20, p. 19-30, 2006.

YORY, C. M. ***Ciudad y Sustentabilidad II. Componentes y contenido de un proyecto sustentable de ciudad a partir del concepto de topofilia: Una aproximación al contexto urbano de América Latina***. In: *CD-ROOM dos Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo, 20 a 25 de março 2005.